



**Helena Maria dos
Santos Ferreira**

**Impacto da adoção da NCRF 6 “Ativos Intangíveis”
do SNC**



**Helena Maria dos
Santos Ferreira**

**Impacto da adoção da NCRF 6 “Ativos Intangíveis”
do SNC**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica do Professor Domingos José da Silva Cravo, Professor Coordenador e co-orientação da Professora Graça Maria do Carmo Azevedo, Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

o júri

Presidente

Helena Coelho Inácio

Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Orientador

Domingos José da Silva Cravo

Professor Coordenador do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Co-orientador

Graça Maria do Carmo Azevedo

Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Arguente

António Rodrigues Neto

Equiparado a Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro (aposentado)

agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos os que acompanharam de alguma forma o desenvolvimento desta dissertação.

Um agradecimento especial ao Professor Domingos José da Silva Cravo e à Professora Graça Maria do Carmo Azevedo, orientador e co-orientador, por tornarem possível a realização desta dissertação.

palavras-chave

Transição, SNC, NCRF 3, NCRF 6, Ativos intangíveis

resumo

Na linha do processo de harmonização contabilística europeia, a 1 de janeiro de 2010 entrou em vigor em Portugal o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), revogando o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e legislação complementar.

A presente dissertação tem como objetivo analisar o impacto da transição do POC para o SNC no que se refere aos ativos intangíveis, através de um estudo de caso múltiplo, tendo por base as demonstrações financeiras (DF) de um conjunto de seis empresas que até ao exercício de 2009 elaboraram e apresentaram as suas DF individuais de acordo com o POC e que, por força da transição de normativos, a partir de janeiro de 2010 viram-se obrigadas a apresentar as mesmas em conformidade com o SNC. Com esta investigação pretende-se averiguar o efeito da aplicação da NCRF 6 – Ativos intangíveis (NCRF 6) do SNC no valor dos ativos intangíveis, na posição financeira e no desempenho destas empresas, bem como nos seus indicadores económico financeiros.

Da análise efetuada à informação do período de 2009 preparada segundo os dois normativos, verificou-se que a aplicação da NCRF 6 originou valores distintos em determinadas componentes do balanço e da demonstração dos resultados e, consequentemente, em determinados indicadores económico financeiros dessas empresas. Observou-se que os impactos da adoção da NCRF 6 nas empresas em estudo estão relacionados, fundamentalmente, com as diferenças entre os dois normativos relativamente ao reconhecimento das despesas de instalação e das despesas de investigação (que com a adoção da NCRF 6 deixaram de ser reconhecidas como ativos) e à valorização subsequente do *goodwill* (que deixa de ser amortizado, ficando apenas sujeito a testes de imparidade).

O estudo revela, assim, que a adoção da NCRF 6 teve um impacto significativo no valor dos ativos intangíveis das empresas analisadas, tendo afetado ligeiramente a posição financeira (de forma negativa e positiva em três e duas das empresas, respetivamente), à exceção de um caso onde não ocorreu qualquer alteração. Por outro lado, a adoção da norma afetou significativamente o resultado líquido do exercício de duas das empresas em estudo (uma de forma negativa e outra de forma positiva), não tendo sido detetados impactos significativos em outras duas empresas. Quanto às duas restantes empresas verificou-se que a aplicação da norma não provocou qualquer alteração nos seus resultados.

keywords

Transition, SNC, NCRF 3, NCRF 6, Intangible assets

abstract

In line with European accounting harmonization process, on January the 1st 2010 the *Sistema de Normalização Contabilística* (SNC) began, replacing the *Plano Oficial de Contabilidade* (POC) and its complementary legislation.

This dissertation aims to analyze the impact of the transition from POC to SNC in relation to intangible assets, through a multiple case study, based on the financial statements of a group of six companies that prepared and presented its financial statements in accordance with the POC till 2009 and, due to the change of rules and regulations, from January 2010, found themselves required to submit the same in accordance with the SNC. This investigation intends to ascertain the effect of applying *NCFR 6 – Ativos intangíveis* (NCRF 6) of the SNC on the value of intangible assets, on the financial position and performance of these companies, as well as on their economic financial indicators.

From the analysis of the information of the period of 2009 prepared according to two standards, it was found that the application of NCRF 6 originated distinct values in certain components of the balance sheet and in income statement and therefore in certain economic financial indicators of these companies. It was observed that the impact of the adoption of NCRF 6 in the companies being studied are primarily related to differences between the two standards in the recognition of the installing costs and research expenditure (that with the adoption of NCRF 6 are no longer recognized as assets) and the subsequent valuation of goodwill (which is no longer amortized, and only subjected to impairment tests).

The study thus reveals that the adoption of NCRF 6 had a significant impact on the value of intangible assets of the companies surveyed, and slightly affected the financial position (negatively in three and positively in two of the companies), except for one case where there was no change. On the other hand, the adoption of the standard significantly affect the net profit of two firms under study (one negatively and the other positively), but no significant impacts were detected in two other companies. As for the two last companies it was found that the application of the standard did not cause any change in their results.

Abreviaturas

AI	Ativos intangíveis
CAE	Concentração de atividades empresariais
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
DC	Diretrizes contabilísticas
DF	Demonstrações financeiras
EC	Estrutura conceptual
EUA	Estados Unidos da América
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IAS 38	IAS 38 – Ativos intangíveis
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
I&D	Investigação e desenvolvimento
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
NCRF	Normas contabilísticas e de relato financeiro
NCRF-PE	Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades
NCRF 3	NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
NCRF 6	NCRF 6 – Ativos intangíveis
NCRF 12	NCRF 12 – Imparidade de Ativos
NCRF 14	NCRF 14 – Concentrações de atividades empresariais
PCGA	Princípios de contabilidade geralmente aceites
PME	Pequenas e médias empresas
POC	Plano Oficial de Contabilidade
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
UE	União Europeia
§	Parágrafo

Índice de Figuras

Figura 1 – Despesas em atividades de I&D.....	8
Figura 2 – Componentes do investimento em intangíveis.....	9
Figura 3 – Divisão do <i>goodwill</i> adquirido.....	13
Figura 4 – Tratamento contabilístico da revalorização	52

Índice de Quadros

Quadro 1 – Perspetivas de análise do conceito de <i>goodwill</i>	12
Quadro 2 – Categorias e principais elementos dos ativos intangíveis/capital intelectual	19
Quadro 3 – Intangíveis identificáveis e não identificáveis.....	20
Quadro 4 – Exemplos de atividades de pesquisa e de desenvolvimento.....	37
Quadro 5 – Código de contas - Ativos intangíveis: SNC vs POC.....	39
Quadro 6 – Código de contas - Rendimentos e Gastos resultantes de AI: SNC vs POC	41
Quadro 7 – Ativos intangíveis com vida útil finita e indefinida	54
Quadro 8 – Métodos de cálculo da amortização previstos na NCRF 6.....	55
Quadro 9 – Indicadores económico financeiros analisados.....	75

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Impacto no valor dos ativos intangíveis da Cipan, S.A.	77
Gráfico 2 – Impacto no total do ativo, no capital próprio e nos AI da Cipan, S.A.	80
Gráfico 3 – Impacto da transição no Resultado líquido do exercício da Cipan, S.A.	82
Gráfico 4 – Impacto no valor dos ativos intangíveis da Inapa, S.A.	85
Gráfico 5 – Impacto no total do ativo, no capital próprio e nos AI da Inapa, S.A.	87
Gráfico 6 – Impacto da transição no Resultado líquido do exercício da Inapa, S.A.	89
Gráfico 7 – Impacto no valor dos ativos intangíveis da Lisgráfica, S.A.	92
Gráfico 8 – Impacto no total do ativo, no capital próprio e nos AI da Lisgráfica, S.A.	93
Gráfico 9 – Impacto da transição no Resultado líquido do exercício da Lisgráfica, S.A.	95
Gráfico 10 – Impacto no valor dos ativos intangíveis da Wavecom, S.A.	98
Gráfico 11 – Impacto no total do ativo, no capital próprio e nos AI da Wavecom, S.A.	99
Gráfico 12 – Impacto da transição no Resultado líquido do exercício da Wavecom, S.A.	100
Gráfico 13 – Impacto no valor dos ativos intangíveis da Compta, S.A.	103
Gráfico 14 – Impacto no total do ativo, no capital próprio e nos AI da Compta, S.A.	104
Gráfico 15 – Impacto da transição no Resultado líquido do exercício da Compta, S.A.	106
Gráfico 16 – Impacto no valor dos ativos intangíveis da Oliveira & Irmão, S.A.	109
Gráfico 17 – Impacto no total do ativo, no capital próprio e nos AI da Oliveira & Irmão, S.A. ...	110
Gráfico 18 – Impacto da transição no Resultado líquido do exercício da Oliveira & Irmão, S.A.	112

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Ajustamentos efetuados a ativos intangíveis da Cipan, S.A.....	78
Tabela 2 – Impacto nos rendimentos e gastos resultantes de AI da Cipan, S.A.....	81
Tabela 3 – Impacto da transição nos indicadores económico financeiros da Cipan, S.A.	83
Tabela 4 – Efeito da aplicação da NCRF 6 nos indicadores da Cipan, S.A.	84
Tabela 5 – Ajustamentos efetuados a ativos intangíveis da Inapa, S.A.	86
Tabela 6 – Impacto nos rendimentos e gastos resultantes de AI da Inapa, S.A.	88
Tabela 7 – Impacto da transição nos indicadores económico financeiros da Inapa, S.A.	90
Tabela 8 – Efeito da aplicação da NCRF 6 nos indicadores da Inapa, S.A.....	90
Tabela 9 – Ajustamentos efetuados a ativos intangíveis da Lisgráfica, S.A.	92
Tabela 10 – Impacto nos rendimentos e gastos resultantes de AI da Lisgráfica, S.A.	94
Tabela 11 – Impacto da transição nos indicadores económico financeiros da Lisgráfica, S.A.....	96
Tabela 12 – Efeito da aplicação da NCRF 6 nos indicadores da Lisgráfica, S.A.	96
Tabela 13 – Impacto nos rendimentos e gastos resultantes de AI da Wavecom, S.A.	100
Tabela 14 – Impacto da transição nos indicadores económico financeiros da Wavecom, S.A.....	101
Tabela 15 – Efeito da aplicação da NCRF 6 nos indicadores da Wavecom, S.A.	102
Tabela 16 – Ajustamentos efetuados a ativos intangíveis da Compta, S.A.....	103
Tabela 17 – Impacto nos rendimentos e gastos resultantes de AI da Compta, S.A.....	105
Tabela 18 – Impacto da transição nos indicadores económico financeiros da Compta, S.A.	107
Tabela 19 – Efeito da aplicação da NCRF 6 nos indicadores da Compta, S.A.	107
Tabela 20 – Ajustamentos efetuados a ativos intangíveis da Oliveira & Irmão, S.A.....	109
Tabela 21 – Impacto nos rendimentos e gastos resultantes de AI da Oliveira & Irmão, S.A.	111
Tabela 22 – Impacto da transição nos indicadores económico financeiros da Oliveira & Irmão, S.A.	113
Tabela 23 – Efeito da aplicação da NCRF 6 nos indicadores da Oliveira & Irmão, S.A.....	113
Tabela 24 – Síntese Impacto da adoção da NCRF 6 na posição financeira e desempenho das empresas analisadas.....	115
Tabela 25 – Impacto da adoção da NCRF 6 nos indicadores das empresas analisadas	116

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	7
1. Ativos intangíveis: Fundamentos conceptuais.....	7
1.1. Na teoria	10
1.2. No POC	24
1.3. No SNC	24
2. Tratamento normativo dos ativos intangíveis	28
2.1. Reconhecimento.....	29
2.1.1.No POC.....	29
2.1.2.No SNC.....	31
2.2. Instrumentos de reconhecimento	38
2.3. Mensuração	42
2.3.1.Mensuração inicial	42
2.3.1.1. No POC	42
2.3.1.2. No SNC	43
2.3.2.Mensuração após reconhecimento inicial	49
2.3.2.1. No POC	49
2.3.2.2. No SNC	50
2.4. Retiradas e alienações	58
2.5. Divulgações	59
3. Estudos comparativos	61
CAPÍTULO II – OBJETIVOS E METODOLOGIA	69
Objetivos.....	69
Metodologia.....	70
CAPÍTULO III – RESULTADOS	77
1. Caso <i>CIPAN, S.A.</i>	77
2. Caso <i>INAPA, S.A.</i>	85
3. Caso <i>LISGRÁFICA, S.A.</i>	91
4. Caso <i>WAVECOM, S.A.</i>	97
5. Caso <i>COMPTA, S.A.</i>	102
6. Caso <i>OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.</i>	108

CONCLUSÕES.....	117
BIBLIOGRAFIA.....	123

INTRODUÇÃO

Enquadramento geral

A apresentação de informação financeira em conformidade com normas contabilísticas diversas acarreta não só problemas de comparabilidade, compreensibilidade e credibilidade da informação contabilística a nível internacional, como também um aumento dos custos de preparação da informação, para as entidades que têm valores cotados ou operam em vários países, uma vez que têm de suportar custos para reconverter a informação financeira em conformidade com as normas vigentes em cada um dos países onde operem (Grenha, Cravo, Baptista, e Pontes, 2009).

Sendo a informação financeira um elemento determinante do processo de tomada de decisão, ao nível dos países da União Europeia (UE) tem-se já caminhado para uma harmonização contabilística que, através de bases comuns aceites internacionalmente, permite a comparabilidade da informação produzida por empresas localizadas em países distintos.

Destaca-se o Regulamento n.º 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, nomeadamente as *International Accounting Standards (IAS)/International Financial Reporting Standards (IFRS)* do *International Accounting Standards Board (IASB)*. Este regulamento, considerado uma referência decisiva no processo de harmonização contabilística europeia, “tem como objetivo a adoção e utilização das normas internacionais de contabilidade na Comunidade”, introduzindo a obrigatoriedade de todas as sociedades com valores admitidos à negociação num mercado regulamentado da UE elaborarem as suas contas consolidadas segundo as IAS/IFRS, a partir de 1 de janeiro de 2005. O regulamento introduz também a possibilidade de os Estados Membros permitirem ou exigirem a aplicação das IAS/IFRS na elaboração das contas individuais das sociedades com valores admitidos à negociação e na elaboração das contas individuais e/ou consolidadas das sociedades sem valores admitidos à negociação (Comissão Europeia, 2002).

A UE adotou, assim, as IAS/IFRS do IASB e, sendo Portugal um Estado Membro da UE, esta adoção tem e terá consequências no normativo contabilístico nacional.

Ora, face à crescente globalização ocorrida nos últimos anos e às alterações na conjuntura económica e financeira que daí advêm, o Plano Oficial de Contabilidade (POC) revelou-se insuficiente perante as maiores exigências de relato financeiro, para além de que carecia de revisão técnica no que respeita, por exemplo, a aspetos conceptuais, critérios de reconhecimento e mensuração (Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho de 2009). Surgiu, assim, a necessidade de um novo modelo de normalização contabilística em Portugal.

Neste seguimento, em 1 de janeiro de 2010 entrou em vigor o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, revogando o POC e legislação complementar. Com este novo modelo de normalização contabilística pretende-se acompanhar a modernização contabilística ocorrida na UE, garantindo um alinhamento com as suas diretivas e regulamentos em matéria contabilística. Deste modo, o SNC permite, também, uma aproximação às IAS/IFRS do IASB adotadas na UE, proporcionando vantagens às empresas portuguesas, principalmente ao nível de comparabilidade da sua informação financeira com a de empresas de outros países, o que certamente terá reflexos na sua competitividade e capacidade de negociação.

O SNC é um modelo de normalização contabilística “assente mais em princípios do que em regras explícitas” (Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho de 2009). A sua estrutura global inclui uma “Estrutura conceptual”, as “Bases para a apresentação de demonstrações financeiras”, os “Modelos de demonstrações financeiras”, o “Código de contas”, as “Normas contabilísticas e de relato financeiro” (NCRF), a “Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades” (NCRF-PE) e as “Normas Interpretativas”. Trata-se de um corpo de normas fortemente inspirado nas IAS/IFRS do IASB, embora não signifique apenas uma mera adoção destas normas, “mas sim da sua adaptação à realidade nacional e dando satisfação às obrigações nacionais decorrentes do cumprimento das Diretivas Comunitárias” (Grenha, *et al.*, 2009, p. 55).

Tendo o SNC entrado em vigor no primeiro exercício que se iniciou em ou após 1 de janeiro de 2010, a partir desta data as demonstrações financeiras (DF) elaboradas de acordo com o SNC são obrigatórias. Assim, as primeiras DF de acordo com as NCRF, as primeiras DF anuais em que uma entidade adotou as NCRF, foram apresentadas em 31 de dezembro de 2010 (até 3 ou 5 meses após o encerramento do exercício de 2010).

Na sua preparação as entidades adotaram a NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF 3), que determina que uma entidade deve incluir nas suas primeiras DF de acordo com as NCRF, pelo menos, um ano de informação comparativa (CNC, 2010c, § 13), pelo que a informação do exercício de 2009 apresentada nas DF do exercício de 2010, para efeitos de comparação com este período, deve estar preparada segundo as NCRF, pois apenas se poderão comparar estes dois exercícios económicos se os mesmos estiverem assentes em bases comuns.

Deste modo, na data de transição do POC para o SNC (1 de janeiro de 2010) as entidades tiveram que preparar um balanço de abertura de acordo com as NCRF, que iria servir não só para efeitos de comparação nas DF do exercício de 2010, mas também como ponto de partida para a adoção do novo normativo. A necessidade deste balanço a 1 de janeiro de 2010 reconduz as empresas para 31 de dezembro de 2009, uma vez que os saldos a 1 de janeiro provêm do final do ano anterior, neste caso 2009. A informação relativa ao exercício de 2009 preparada nos termos do POC teve, assim, que ser reexpressa para as normas do SNC, proporcionando informação para o mesmo exercício económico segundo os dois referenciais contabilísticos, o que se afigura propício para averiguar o impacto da aplicação do novo normativo.

A NCRF 3 estabelece no seu apêndice as quatro regras relativas ao reconhecimento, desreconhecimento, reclassificação e mensuração de ativos e passivos a ter em atenção na preparação do balanço de abertura de acordo com as NCRF pelas entidades, envolvendo, por isso, a aplicação de todas as outras NCRF do SNC. Assim, esta norma, apenas aplicada na transição do normativo POC para o SNC, visa assegurar que no balanço de abertura de acordo com as NCRF estão (CNC, 2010c):

- Reconhecidos todos os ativos e passivos conforme exigido pelas NCRF. Uma vez que podem ocorrer situações em que uma entidade reconheça ativos e passivos de acordo com as NCRF, mas que segundo o POC não eram reconhecidos como tal.
- Desreconhecidos os ativos ou passivos que não sejam de reconhecer como tal de acordo com as NCRF. Estas situações ocorrem quando ativos ou passivos reconhecidos como tal segundo o POC, não o são de acordo com as NCRF.
- Reclassificados itens que eram reconhecidos como determinado tipo de ativo, passivo ou capital próprio segundo o POC, mas que de acordo com as NCRF devem ser reconhecidos como um tipo diferente.
- Mensurados de acordo com as NCRF todos os ativos e passivos reconhecidos. No caso de determinados itens terem de ser mensurados segundo critérios diferentes dos previstos no POC.

A reexpressão do balanço de 31 de dezembro de 2009, segundo o POC, para o balanço de abertura a 1 de janeiro de 2010 de acordo com as NCRF, terá provocado diversas alterações, que são mais relevantes em determinadas rubricas do que noutras. Atendendo a que a presente dissertação incide sobre a análise do impacto da adoção da NCRF 6 – Ativos intangíveis (NCRF 6) do SNC, interessa neste trabalho analisar as alterações ocorridas nas rubricas de ativos intangíveis em consequência da mudança de normativos, pelo que ao longo do mesmo será dada especial atenção a esta norma e aos efeitos decorrentes da sua aplicação.

Motivação e objetivos

Dada a maior importância reconhecida aos recursos intangíveis nos últimos tempos, como fontes de criação de valor, torna-se necessário conhecer e compreender melhor estes recursos, não só para efeitos de estrutura e estratégias de negócio das organizações, como também ao nível do relato financeiro sobre os mesmos.

O tema em estudo “*Impacto da adoção da NCRF 6 “Ativos Intangíveis” do SNC*” é um tema de particular importância face ao contexto relativamente atual em que se insere – a adoção do SNC em Portugal. A inexistência, ainda, de estudos similares justifica também a relevância e o interesse desta investigação para uma melhor perceção dos efeitos da aplicação desta norma no momento da transição do POC para o SNC. Espera-se que o conhecimento destas mudanças contribua, também, para avaliar as vantagens e desvantagens da adoção de um novo modelo para os diferentes utentes das DF.

Este trabalho tem como objetivo analisar o impacto da adoção da NCRF 6 do SNC, isto é, analisar o impacto da transição do POC para o SNC concretamente ao nível dos ativos intangíveis. Pretende-se com esta investigação conhecer e analisar o efeito da aplicação da norma referida no valor dos ativos intangíveis que figura no balanço, na posição financeira, no desempenho e nos indicadores económico financeiros de uma entidade.

O trabalho é baseado num estudo de caso múltiplo constituído por seis empresas portuguesas que até ao exercício de 2009 elaboraram e apresentaram as suas DF individuais de acordo com o POC e que, por força da transição de normativos, a partir de janeiro de 2010 passaram a apresentar as DF em conformidade com o SNC, tendo registados ativos intangíveis no seu balanço.

A análise centra-se nos dados dos relatórios e contas relativos ao exercício de 2009 elaborados segundo o POC e a informação referente ao mesmo período reexpressa nos termos do SNC, apresentada para efeitos comparativos nas DF respeitantes ao exercício de 2010, procurando determinar o impacto dos ajustamentos de transição efetuados a rubricas de ativos intangíveis.

Estrutura da dissertação

A presente dissertação encontra-se estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo é efetuada uma revisão bibliográfica sobre os ativos intangíveis, apresentando-se os seus fundamentos conceptuais existentes no POC e no SNC. De seguida é apresentado neste capítulo o tratamento contabilístico dos ativos intangíveis preconizado nos normativos POC e SNC e, ainda, breves conclusões de estudos existentes no contexto de transições de normativos.

No segundo capítulo apresentam-se os objetivos desta investigação e a metodologia adotada para atingir os objetivos propostos. Descrevem-se concretamente os objetivos e as questões de estudo, a caracterização da amostra e a metodologia na recolha e tratamento de dados.

No terceiro e último capítulo apresentam-se os resultados do estudo realizado, acerca do impacto da adoção da NCRF 6 no valor dos ativos intangíveis, na posição financeira, no desempenho e nos indicadores económico financeiros das entidades analisadas.

Por fim, apresentam-se as principais conclusões do estudo realizado, bem como possíveis desenvolvimentos futuros.

CAPÍTULO I – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1. Ativos intangíveis: Fundamentos conceptuais

Desde o início da revolução industrial que as organizações têm sido concebidas principalmente para explorar economias de escala. Estas economias, caracterizadas pela produção em massa, têm como objetivo principal obter o máximo aproveitamento dos fatores produtivos através da produção de grandes quantidades de produtos estandardizados. Deste modo, as atividades produtivas têm sido largamente baseadas em ativos físicos, nomeadamente edifícios, recursos naturais, equipamentos e a força de trabalho das pessoas, pelo que os principais meios de criação de valor têm sido físicos, ou seja, ativos tangíveis.

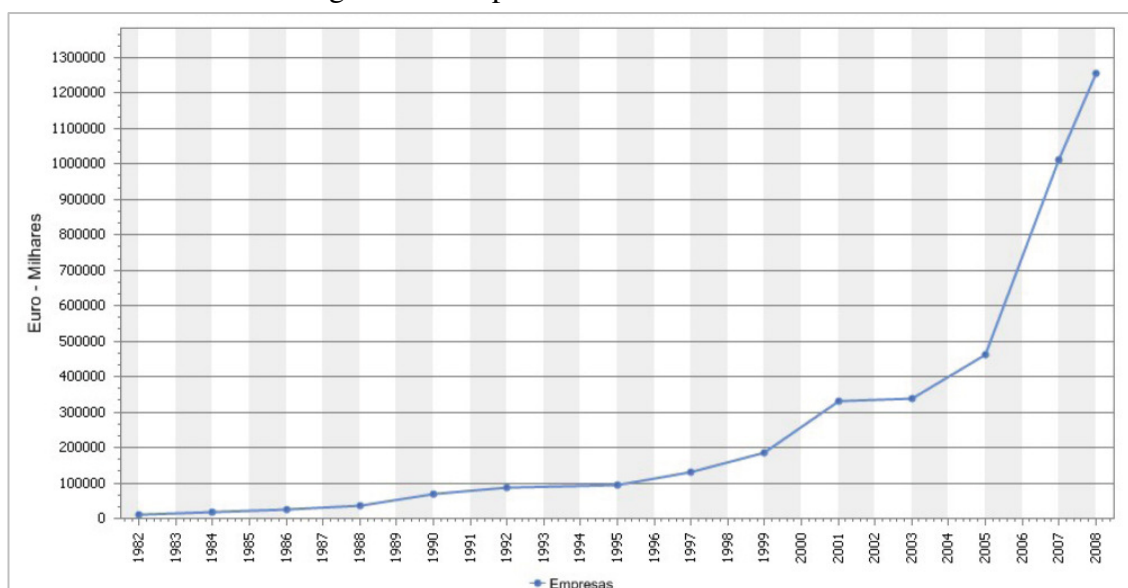
As mudanças tecnológicas mais recentes e a generalização da utilização dos computadores e das novas tecnologias da informação nas organizações, vieram alterar significativamente o ambiente empresarial, e um novo paradigma está a substituir o modelo de criação de valor baseado em ativos físicos predominante na era industrial (Brooking, 1998). Fatores como o forte desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, a globalização e a liberalização dos mercados têm contribuído para a elevada competitividade que caracteriza o atual ambiente de negócios (Hand e Lev, 2003; Lev, 2001). As economias centradas na produção em escala deixaram assim de ser capazes de proporcionar vantagens competitivas sustentáveis e o crescimento neste novo ambiente de negócios, o que tem obrigado a mudanças fundamentais na estrutura e nas estratégias de negócio das organizações (Lev, 2001).

No atual paradigma das organizações as fontes de criação de valor são intangíveis. A procura de vantagens competitivas tem levado as organizações, nas duas últimas décadas, a acreditar e a investir cada vez mais em recursos intangíveis para sobreviver ou criar riqueza (Hand e Lev, 2003; Lev, 2001; Stewart, 1999). Patentes, *copyrights* (direitos de autor), *software* e *know-how* do pessoal são exemplos comuns destes recursos em que as organizações investem.

Os intangíveis têm-se vindo a tornar importantes para a criação de valor nas organizações, uma vez que proporcionam vantagens competitivas que os recursos tangíveis não proporcionam por si só (Pablos, 2003). Por exemplo, o acesso a equipamento deixou de ser um fator de diferenciação, passando a ser fator diferenciador a capacidade e habilidade para os utilizar. Não quer isto dizer que os ativos tangíveis deixaram de ser necessários ou perderam a sua importância. Os ativos tangíveis, como edifícios ou equipamentos, continuam a ser indispensáveis para a produção de bens ou serviços. No entanto, face ao atual mercado competitivo em que as organizações operam, onde as tecnologias de informação e da comunicação estão em constante mudança e a importância do conhecimento é crescente, torna-se cada vez mais importante investir em recursos intangíveis, como o conhecimento, a informação ou a tecnologia. Estes recursos são, cada vez mais, um fator chave para um maior sucesso das organizações (Stewart, 1999).

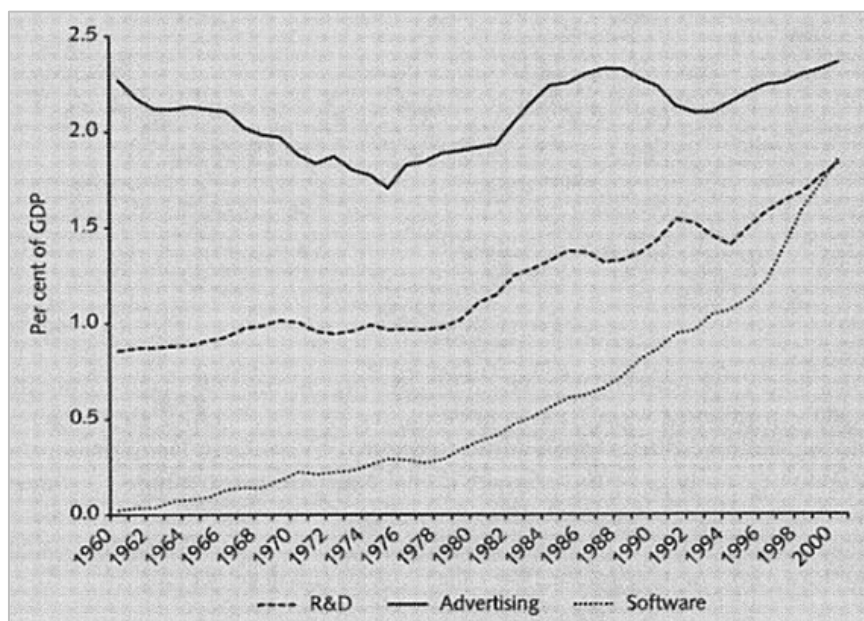
Prova da crescente importância dos intangíveis é o forte crescimento do investimento nestes recursos que se tem vindo a verificar. O gráfico apresentado na figura 1 mostra a evolução do investimento em investigação e desenvolvimento (I&D) realizado em Portugal entre 1982 e 2008. Para reforçar, apresenta-se na figura 2 a evolução do investimento em I&D, realizado nos Estados Unidos da América (EUA) entre os anos 1960 e 2000.

Figura 1 – Despesas em atividades de I&D



Fonte: Pordata (2009)

Figura 2 – Componentes do investimento em intangíveis



Fonte: Hand e Lev (2003, p. 21)

Da análise das figuras pode inferir-se que nos últimos anos o volume de investimento em I&D tem sido crescente, tanto em Portugal como nos EUA. Verifica-se que em Portugal o investimento em I&D sofreu um crescimento exponencial entre 2005 e 2008. Também nos EUA o investimento em I&D, expresso em percentagem do Produto Interno Bruto, tem vindo a aumentar desde finais da década de 70, tendo-se verificado um crescimento significativo a partir de meados dos anos 90.

Expostos os determinantes da crescente importância dos intangíveis nas organizações, apresenta-se de seguida uma análise do conceito de ativos intangíveis, abordando em primeiro lugar os seus fundamentos conceptuais na teoria, seguidos da análise do conceito prescrito nos normativos POC e SNC.

1.1. Na teoria

O tema “intangíveis” tem sido alvo de diversos estudos, realizados com o objetivo de ilustrar o seu conceito e a sua importância para a criação de valor nas organizações, bem como do seu reconhecimento nas DF enquanto fontes importantes de criação de valor. Os diversos estudos têm dado origem a uma diversidade de termos, definições e abordagens do tema. Alguns autores mostram claramente que nas publicações relacionadas com este tema existe ainda a falta de uma terminologia consistente (Hunter, Webster, e Wyatt, 2005; Kaufmann e Schneider, 2004).

Kaufmann e Schneider (2004) apresentam, num estudo onde foram analisadas as maiores publicações existentes entre 1997 e 2003, uma grande variedade de termos e definições que é possível encontrar na literatura relacionada com o tema. Segundo estes autores os termos geralmente utilizados para fazer referência ao conceito de “intangíveis” incluem, entre outros: intangíveis (*intangible*), ativos intangíveis (*intangible assets*), recursos intangíveis (*intangible resources*), capital intelectual (*intellectual capital*) e propriedade intelectual (*intellectual property*) (Kaufmann e Schneider, 2004).

Para melhor perceção destes termos analisou-se o seu significado dado por diferentes autores. Assim, Stickney and Weil (1994) in Cañibano, García-Ayuso, e Sánchez (1999) definem “intangíveis” como ativos sem forma física que proporcionam benefícios futuros.

Edvinsson e Malone (1997) adotaram os termos capital intelectual (*intellectual capital*) ou ativos intangíveis (*intangible assets*), que definem como os ativos que não têm existência física mas que criam valor para a entidade (in Kaufmann e Schneider, 2004). Os autores defendem ainda que o capital intelectual compreende a informação e o conhecimento utilizados para criar valor (in Hunter, *et al.*, 2005).

Brooking (1998) adotou o termo capital intelectual (*intellectual capital*) e define-o como a combinação dos ativos intangíveis que permitem à organização desenvolver a sua atividade e atingir os seus objetivos (*market assets*, *human centered assets*, *infrastructure assets* (infraestruturas) e *intellectual property assets* (propriedade intelectual).

Stewart (1999) adotou o termo capital intelectual (*intellectual capital*) e define-o como conhecimento, informação, propriedade intelectual e experiência que podem ser utilizados para criar riqueza.

Lev (2001) define ativos intangíveis (*intangible assets*) como recursos sem substância física (não físicos), criados pela inovação (descoberta), estruturas ou práticas de recursos humanos únicas da organização, que conferem a uma entidade o direito a benefícios futuros.

Os intangíveis são também muitas vezes identificados como o *goodwill* e compreendidos como o valor pago em excesso na aquisição de uma entidade, relativamente ao justo valor dos seus ativos e passivos identificáveis (Cañibano, Garcia-Ayuso, e Sanchez, 2000). A diferença entre o valor de mercado e o valor contabilístico de uma organização é frequentemente referida no contexto dos intangíveis. Como declara Pablos (2003, p. 63), uma definição geral de capital intelectual refere-se à “diferença entre o valor de mercado e o valor contabilístico de uma organização”.

Esta abordagem do *goodwill* como o valor pago em excesso na aquisição de uma entidade tem sido alvo de críticas, sendo uma delas o facto de esta conceção do *goodwill* se centrar mais na sua medição do que na análise da sua natureza (Carvalho, 2003). Com o objetivo de estabelecer uma nova conceptualização do *goodwill* Carvalho (2003) identificou as seguintes três perspetivas de análise deste conceito, conforme descrito no Quadro 1 a seguir apresentado.

Quadro 1 – Perspetivas de análise do conceito de *goodwill*

Perspetiva de análise	Conceito de <i>goodwill</i>
Lucros supranormais	O <i>goodwill</i> representa a capacidade de uma entidade para gerar lucros acima do normal (resulta da capacidade para gerar benefícios económicos futuros acima da média de outras entidades).
Ativos (intangíveis) ocultos	Esta abordagem privilegia a identificação da natureza do <i>goodwill</i> em detrimento da determinação do seu valor. O <i>goodwill</i> representa o pagamento de atributos intangíveis gerados pela entidade adquirida, de possível identificação e inerentes à entidade, mas que não são atualmente apresentados no seu balanço, funcionando, assim, como ativos ocultos.
“ <i>Master valuation account</i> ”	O <i>goodwill</i> corresponde à diferença entre o valor de uma entidade em continuidade e o valor dos ativos líquidos identificáveis individualmente considerados. Assim, o <i>goodwill</i> representa as vantagens e desvantagens atribuíveis à entidade como um todo, dado que não são atribuíveis especificamente a nenhum dos ativos líquidos identificados, sendo, por isso, um valor residual (a que se chega depois de identificados e contabilizados todos os ativos tangíveis e intangíveis). Como defensores desta conceção do <i>goodwill</i> encontram-se os organismos normalizadores.

Fonte: Adaptado de Carvalho (2003)

No que diz respeito às conceções adotadas pela contabilidade, são vários os autores que consideram que nenhuma das conceções contabilísticas é verdadeiramente uma definição de *goodwill*, argumentando que se tratam apenas de técnicas de medição encontradas pela contabilidade para justificar uma diferença (Carvalho, 2003). Segundo Tollington (1997) in Carvalho (2003, p. 35), “registar contabilisticamente o valor do *goodwill* como uma diferença é simplesmente revelador de que não se entende a sua natureza económica”.

Foi com base na conjugação das diferentes perspetivas de análise apresentadas que a autora procurou estabelecer uma nova conceptualização do *goodwill*. Desta forma, considerou que o *goodwill* representa a capacidade de uma entidade para gerar rendimentos acima do normal, sendo esta capacidade resultante de um conjunto de fatores intangíveis.

Através da análise dos elementos que concorrem para o valor do *goodwill*, bem como dos elementos do capital intelectual, a autora demonstra que existe uma ligação entre estes dois conceitos, uma vez que verificou que na sua maioria os mesmos são coincidentes, concluindo que o capital intelectual representa uma parte considerável do valor do *goodwill*.

Nestes termos, Carvalho (2003) propõe um modelo de desagregação do *goodwill* (veja-se a Figura 3), no qual uma parte substancial do valor do *goodwill* é atribuível a elementos do capital intelectual, existindo sempre um valor residual que, para o diferenciar do conceito contabilístico atual de *goodwill*, designou por *goodwill puro*. Este representa a parcela do *goodwill* adquirido que não é atribuível a nenhum elemento do capital intelectual individualmente considerado e é justificado por fatores muitas vezes circunstanciais e geralmente atribuíveis a atitudes da gestão da entidade adquirente.

Figura 3 – Divisão do *goodwill* adquirido

<i>Goodwill</i> Adquirido	Capital Intelectual
	<i>Goodwill Puro</i>

Fonte: Carvalho (2003, p. 129)

Vários autores têm procurado apresentar o conceito de ativos intangíveis através da sua classificação em determinadas classes ou categorias, isto é, através da definição dos seus componentes. Mas, tal como acontece com a definição, também não existe uma classificação de ativos intangíveis geralmente aceite. Apresentam-se seguidamente algumas classificações, propostas por diversos autores, consideradas relevantes para a compreensão do conceito de ativo intangível.

Como referem Kaufmann e Schneider (2004), Sveiby (1997) foi um dos primeiros autores a propor uma classificação dos ativos intangíveis de uma perspectiva extra contabilística (Kaufmann e Schneider, 2004, p. 377). Sveiby classifica os ativos intangíveis em três categorias: *employee competence* (competência dos indivíduos), *internal structure* (infraestruturas internas) e *external structure* (infraestruturas externas) (Sveiby, 1997).

Assim, de acordo com o autor, a competência humana compreende a capacidade de agir em diferentes situações, onde se incluem qualidades das pessoas tais como: competência, educação, experiência e conhecimento (Sveiby, 1998). Apesar de a competência de uma pessoa não ser propriedade da organização (mas sim da pessoa), Sveiby considera que esta é uma componente dos ativos intangíveis (e deve ser incluída como tal no balanço). Sem pessoas é impossível desenvolver qualquer negócio, pois todos os ativos e estruturas da organização, tangíveis ou intangíveis, são o resultado de ações humanas e dependem das pessoas para continuar a existir. São as pessoas que permitem criar as infraestruturas internas e externas, pelo que as suas capacidades são um elemento central do conceito de capital intelectual. Exemplos apontados pelo autor de infraestruturas internas criadas pelas pessoas são o desenvolvimento, implementação e execução dos processos da organização, bem como a criação de novos produtos. As relações que as pessoas estabelecem com outras entidades (como clientes ou fornecedores) são exemplos de infraestruturas externas criadas pelas pessoas. Mas o autor salienta que estas infraestruturas são independentes dos indivíduos, argumentando que no caso de algumas pessoas abandonarem a organização (mesmo que sejam pessoas consideradas valiosas) pelo menos alguma parte das infraestruturas internas e externas ficarão intactas e poderão servir como ponto de partida para uma nova organização, como é o caso, por exemplo, do nome, *software*, manuais e registos da organização.

Na categoria infraestruturas internas incluem-se patentes, processos, sistemas de informação e cultura da organização. Estes elementos podem ser adquiridos ou criados pelas pessoas da organização mas, mesmo sendo criados por estas, são geralmente propriedade da entidade (Sveiby, 1998).

As infraestruturas externas incluem relações com clientes e fornecedores, marcas, marcas registadas, reputação, canais de distribuição, licenças e outros contratos. Os elementos incluídos nesta categoria poderão ou não ser propriedade legal da entidade. O autor considera que o valor destes elementos é influenciado principalmente pelo modo como a entidade gere as relações com a sua envolvente, existindo sempre incerteza visto que a reputação e as relações podem ser boas ou más e podem sofrer alterações ao longo do tempo (Sveiby, 1997, 1998).

Brooking (1998) classifica o capital intelectual em *market assets*, *human centered assets*, *infrastructure assets* (infraestruturas) e *intellectual property assets* (propriedade intelectual), que descreve da seguinte forma:

A categoria *market assets* compreende os ativos que resultam da relação da entidade com os seus clientes e mercados, onde se incluem marcas, reputação, fidelidade dos clientes, canais de distribuição, licenças ou outros contratos favoráveis como franchises¹.

Os *human centered assets* são os ativos relacionados com as qualidades das pessoas da organização. Incluem-se nesta categoria qualidades como conhecimento, competência, educação, capacidade para resolver problemas, criatividade e liderança. Segundo a autora esta componente dos ativos intangíveis é importante pois nenhum negócio pode ser desenvolvido sem pelo menos uma pessoa. Compreender o conhecimento e as capacidades das pessoas permite saber como alguém é valioso e qual o papel que deve desempenhar dentro da organização e, assim, obter o máximo benefício das pessoas que trabalham com a entidade. Ao contrário dos *market assets*, *intellectual property assets* e *infrastructure assets*, os *human centered assets* não são propriedade da entidade.

¹ Do inglês *franchising*, acordo contratual no qual uma parte cede a outra o direito de uso da sua marca ou patente, associado ao direito de comercialização de bens ou serviços numa determinada área e, eventualmente, também ao direito de uso de tecnologias desenvolvidas pela primeira, mediante remuneração direta ou indireta (Porto Editora. Consultado em 3 de Setembro de 2010, em <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/franchising>).

As infraestruturas são os elementos que permitem o funcionamento e que contribuem para atingir os objetivos da organização. Além de proporcionarem o contexto para as pessoas trabalharem e comunicarem entre si, proporcionam ordem, segurança e qualidade à organização. Não se trata do valor dos elementos tangíveis mas sim da forma como estes são utilizados na organização. Esta categoria compreende tecnologias, redes de informação internas, metodologias de gestão e processos que permitem à organização funcionar.

Segundo Brookings (1998) a propriedade intelectual integra elementos tais como patentes, marcas registadas (*trade marks*) e direitos de autor (*copyright*).

Edvinsson e Malone (1997) adotam a classificação proposta por Sveiby (1997) mas utilizam os termos *human capital* (capital humano), *structural capital* e *customer capital* (in Bhartesh e Bandyopadhyay, 2005; Hussi, 2004), tal como se descrevem de seguida.

Edvinsson e Malone consideram que o capital humano não é propriedade da entidade, mas sim das pessoas, pois quando as pessoas abandonam a organização esta deixa de ter estes recursos – capital humano. Incluem-se nesta categoria dos ativos intangíveis o conhecimento, a experiência, as capacidades, as competências, a criatividade e a capacidade de inovação das pessoas (Bhartesh e Bandyopadhyay, 2005; Hussi, 2004).

A categoria *structural capital* é constituída pelas infraestruturas existentes na organização que suportam o trabalho das pessoas (Hussi, 2004). É tudo o que existe na organização que permite ao capital humano desempenhar as suas funções, e inclui, entre outros: edifícios, hardware, *software*, processos, patentes, *trademarks*, sistemas de informação, bases de dados e imagem da organização (Bhartesh e Bandyopadhyay, 2005). Tendo em conta a diversidade de elementos que podem ser incluídos nesta categoria, os autores classificam a mesma em *organizational capital*, *process capital* e *innovation capital* e que definem da seguinte forma (Bhartesh e Bandyopadhyay, 2005; Hussi, 2004):

- *Organizational capital*:

Compreende a filosofia da organização, os sistemas e as ferramentas que permitem o seu funcionamento.

– *Process capital:*

Inclui as técnicas, os procedimentos e programas que estão implementados, incluindo o conhecimento utilizado na definição e melhoria dos processos da atividade.

– *Innovation capital:*

Os autores referem-se à capacidade de inovação e de criação de novos produtos protegidos por direitos de propriedade (imateriais). Inclui propriedade intelectual (direitos comerciais protegidos como *copyrights*, *trademarks* e patentes) e ativos intangíveis (que representam todos os outros talentos).

Na categoria *costumer capital* adotada por Edvinsson e Malone incluem-se as relações da entidade com os seus clientes e a fidelidade destes para com a entidade. Satisfação dos clientes e vendas repetidas são indicadores relacionados com esta categoria (Bhartesh e Bandyopadhyay, 2005; Hussi, 2004).

No âmbito do *Proyecto MERITUM*² foi elaborado um conjunto de linhas de orientação para a gestão e divulgação de informação sobre intangíveis, onde o capital intelectual é classificado em três categorias: *capital humano*, *capital estrutural* e *capital relacional* (Cañibano, Sánchez, García-Ayuso, e Chaminade, 2002), conforme descrito de seguida.

Assim, o capital humano compreende o conhecimento exclusivo das pessoas da organização, tais como os seus conhecimentos, capacidades, experiências e habilidades (conhecimento que as pessoas levam consigo quando abandonam a organização), mas também o conhecimento genérico da organização como a capacidade de inovação, de motivação ou de trabalho em equipa.

O capital estrutural refere-se ao conjunto de conhecimentos que permanece na organização. Integra rotinas, procedimentos, sistemas, cultura, bases de dados e tecnologias da

² Do inglês *Measuring Intangibles To Understand and improve innovation Management*, é um projeto de estudo e investigação fundado pelo programa TSER da União Europeia, destinado a medir os intangíveis com o objetivo de compreender e melhorar a gestão da inovação, com início em novembro de 1998 e uma duração total de 30 meses, onde estiveram envolvidas equipas de investigadores de Espanha (Coordenação), Dinamarca, Finlândia, França, Noruega e Suécia.

informação da organização. Alguns destes elementos podem ser legalmente protegidos e, assim, ser convertidos em direitos de propriedade intelectual ou industrial como é o caso de direitos de autor ou de patentes.

Por fim, para os autores deste projeto o capital relacional é entendido como o conjunto de recursos que estão ligados às relações externas da entidade com os seus clientes, fornecedores de bens, de serviços ou de capital, ou com os seus parceiros de investigação e desenvolvimento. Compreende quer as relações da entidade com terceiros (investidores, credores, clientes ou fornecedores), quer as percepções que estes têm sobre a entidade. Exemplos de elementos desta categoria são a imagem, a fidelidade e satisfação dos clientes, os acordos com fornecedores, o poder comercial e a capacidade de negociação.

A literatura estudada mostra que apesar da utilização de diferentes níveis de decomposição e da adoção de diferentes categorias de ativos intangíveis pelos diferentes autores, na generalidade as mesmas são bastante coincidentes em termos conceptuais. Da análise das classificações apresentadas verificou-se que existe uma tendência em distinguir três categorias de ativos intangíveis (ou três categorias que constituem o capital intelectual), nomeadamente: capital humano, infraestruturas internas (capital estrutural/organizacional) e infraestruturas externas (capital relacional).

No Quadro 2 são identificados alguns dos elementos que podem ser incluídos em cada uma destas categorias. Importa referir que embora seja conveniente classificar os intangíveis em função das fontes de criação de valor utilizadas – recursos humanos, infraestruturas internas, infraestruturas externas – geralmente os ativos são criados através da combinação dessas várias fontes.

Quadro 2 – Categorias e principais elementos dos ativos intangíveis/capital intelectual

Categoria	Descrição	Componentes
Capital humano	Incluem-se nesta categoria elementos relacionados com os recursos humanos. Os elementos compreendidos nesta categoria não são propriedade da organização, mas sim das pessoas que nela trabalham.	Qualidades das pessoas: competência, educação, experiência, conhecimento, criatividade, liderança, capacidades (de agir em diferentes situações, de inovação).
Infraestruturas internas	Conjunto de estruturas e meios necessários ao funcionamento da atividade e que contribuem para atingir os objetivos da organização. Diz respeito aos elementos relacionados com as práticas e processos da organização e inclui os elementos de propriedade intelectual.	Processos e práticas da organização, computadores, <i>software</i> , bases de dados, sistemas de informação, tecnologias, cultura da organização. Elementos de propriedade intelectual, tais como patentes, <i>copyrights</i> , <i>trade secrets</i> , <i>trademarks</i> , e outros recursos similares que garantem o seu reconhecimento como direitos de propriedade legalmente protegidos.
Infraestruturas externas	Inclui elementos relacionados com as relações estabelecidas entre a organização e entidades externas (<i>stakeholders</i>).	Relações com clientes, fornecedores e outras entidades, fidelidade e satisfação dos clientes, marcas, reputação (imagem), canais de distribuição, licenças e contratos.

Fonte: Elaboração própria

Outra abordagem diferente é a adotada por Cohen (2005), que faz a distinção entre ativos intangíveis identificáveis e ativos intangíveis não identificáveis, tal como se apresenta no Quadro 3 seguinte.

Quadro 3 – Intangíveis identificáveis e não identificáveis

Intangíveis identificáveis	Intangíveis não identificáveis
Propriedade intelectual	<i>Goodwill</i>
- Patentes	Capital humano
- <i>Copyrights</i>	
- <i>Trademarks</i>	
- <i>Trade secrets</i>	
Investigação e Desenvolvimento (I&D)	
Marcas	
<i>Software</i>	

Fonte: Elaboração própria

Segundo o autor os intangíveis identificáveis incluem propriedade intelectual como patentes, *copyrights*, *trademarks* e *tradesecrets*, sendo a proteção ou reconhecimento legal que detêm uma característica que qualifica estes elementos como propriedade industrial. Porém, este estatuto legal não garante que irão ocorrer benefícios económicos resultantes de um ativo intangível como, por exemplo, uma patente. Embora tendencialmente estes intangíveis sejam claramente considerados propriedade da entidade e controlados por esta, não significa necessariamente que se traduzam em benefícios económicos.

Ao investirem em I&D as organizações podem, durante o seu processo de investigação, desenvolver conhecimentos, sendo estes conhecimentos essencialmente protegidos por patentes. A I&D é também muitas vezes um intangível identificável já que pode resultar diretamente em propriedade intelectual, através da sua transformação em patentes. Outros ativos identificáveis referidos pelo autor são as marcas e o *software*. Ao contrário dos ativos intangíveis não identificáveis, os ativos intangíveis identificáveis podem ser adquiridos separadamente, como parte de um grupo de ativos ou como uma parte de uma entidade adquirida.

O autor considera que os ativos intangíveis não identificáveis são os ativos que permanecem ocultos (pelo menos em termos contabilísticos) até que ocorra uma transação

(aquisição), visto que é no momento da sua transação que a sua identificação é possível. *Goodwill* e capital humano são ativos intangíveis não identificáveis apontados pelo autor.

Os membros do *Proyecto MERITUM* apresentam ainda outra perspectiva de análise dos intangíveis, que consiste em analisar os intangíveis tendo em conta o seu carácter estático ou dinâmico e classificar os intangíveis considerados nas diferentes categorias referidas anteriormente em recursos intangíveis (carácter estático) e em atividades intangíveis (carácter dinâmico) (Cañibano, *et al.*, 2002).

Quanto aos recursos intangíveis, os autores defendem que podem ser considerados como ativos em sentido amplo, e compreendem direitos de propriedade intelectual, marcas, tecnologias da informação (bases de dados ou redes), ou considerados como capacidades, onde se incluem os conhecimentos e competências do capital humano. De acordo com os autores, estes recursos podem ser medidos e o seu valor, que corresponde ao valor atual de determinados intangíveis num determinado momento, poderá ser dado através de indicadores financeiros ou não financeiros.

As atividades intangíveis são as atividades que implicam a afetação de recursos destinados a adquirir ou desenvolver internamente novos recursos intangíveis, a manter e melhorar o valor dos recursos já existentes e a avaliar e controlar os seus resultados. Incluem-se nestas atividades as ações destinadas a controlar e avaliar os resultados das restantes atividades. Atividades de formação (para melhorar o capital humano), investimentos em I&D (para melhorar as capacidades tecnológicas dentro do capital estrutural), ações específicas de *marketing* (para atrair consumidores e melhorar o capital relacional) são exemplos de atividades intangíveis segundo esta perspectiva.

Situação distinta e relevante apontada por Cañibano, *et al.* (2002) nestas “linhas de orientação” refere-se aos casos em que se associa ao termo “intangível” o termo “ativo”, nos quais se trata apenas de investimentos em intangíveis que, de acordo com as normas de contabilidade, podem ser reconhecidos no balanço de uma entidade. Deste modo, embora os termos “intangíveis” e “capital intelectual” possam ser considerados equivalentes, o conceito de “ativo intangível” é mais restritivo, uma vez que representa o conjunto de

intangíveis (ou de elementos do capital intelectual) da organização que são suscetíveis de reconhecimento como ativo de acordo com as normas de contabilidade em vigor (Cañibano, *et al.*, 2002).

Os autores acrescentam também que os termos “intangíveis” e “capital intelectual” são geralmente utilizados para fazer referência ao mesmo conceito – fontes de benefícios económicos futuros que não têm substância física, e que podem ou não estar evidenciadas nas DF, mas os mesmos são tendencialmente utilizados em contextos diferentes. Enquanto o termo “intangíveis” é geralmente utilizado na área de contabilidade, o termo “capital intelectual” é utilizado mais frequentemente na literatura relacionada com recursos humanos.

Da análise efetuada verificou-se que apesar da utilização de diferentes terminologias pelos diversos autores e de não existir uma definição de intangíveis geralmente aceite, os termos “intangíveis” e “capital intelectual” acabam por ter sensivelmente o mesmo significado. Na base das várias definições encontra-se a noção de que os intangíveis são recursos que:

- São baseados no conhecimento;
- Não têm substância física;
- Permitem gerar benefícios económicos futuros;
- Proporcionam vantagens competitivas;
- São úteis para a criação de valor nas organizações.

Contudo, trata-se de um conceito que apresenta alguma ambiguidade e que sugere também algum nível de abstração, verificando-se que por vezes não existe clareza relativamente ao que pode ser considerado como intangível. Por outro lado, através da análise de diversos estudos realizados sobre o tema constatou-se que os termos “intangíveis”, “capital intelectual” e “ativos intangíveis” são muitas vezes utilizados indistintamente, sendo “ativos intangíveis” e “capital intelectual” os termos mais vulgarmente utilizados.

Na perspetiva da contabilidade os ativos intangíveis são geralmente definidos como fontes não monetárias de benefícios económicos futuros, sem substância física, controlados (ou pelo menos influenciados) por uma entidade como resultado de acontecimentos e

transações passadas e que podem ser separados da entidade (vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados), tanto individualmente como em conjunto com outros ativos (Cañibano, *et al.*, 2002; IASB, 2004).

Como se pode verificar, na essência, o conceito de intangíveis do ponto de vista económico não difere significativamente do conceito contabilístico. Porém, no que respeita à contabilidade o aspeto essencial dos intangíveis consiste em determinar se os respetivos custos de aquisição ou de produção podem ser reconhecidos no balanço como ativo, ou se devem ser reconhecidos como gastos no período em que ocorrem, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites (PCGA) em vigor, pelo que um item (intangível) apenas será reconhecido como ativo intangível se cumprir os requisitos exigidos pelas normas de contabilidade em vigor.

Na generalidade, os recursos tangíveis de uma organização estão claramente definidos e reconhecidos nas suas DF. Como em muitos casos os intangíveis não podem ser vistos ou tocados (são invisíveis e imateriais), não são facilmente separáveis da organização e existem incertezas quanto ao seu valor, a sua contabilização pode tornar-se difícil. Os problemas de valorização e reconhecimento dos intangíveis estão relacionados com determinadas características únicas destes recursos, como o elevado risco que os investimentos nestes recursos apresentam e a falta de controlo total dos benefícios associados aos mesmos (Hand e Lev, 2003). Por outro lado, os intangíveis são muitas vezes parte integrante de ativos físicos, existindo uma ligação considerável entre os ativos tangíveis e intangíveis na criação de valor, o que também constitui dificuldades no reconhecimento e valorização dos intangíveis.

Face ao exposto concluiu-se que é possível que exista uma variedade de investimentos considerados intangíveis de acordo com a perspetiva económica, mas que segundo os PCGA podem não ser considerados como tal por não cumprirem os requisitos exigidos e, consequentemente, os dispêndios com esses investimentos não são reconhecidos no balanço como ativos intangíveis. *Copyrights*, contratos de *franchising*, patentes e *trademarks* são exemplos de ativos intangíveis que são apresentados no balanço. Pelo contrário, itens de natureza intangível como despesas com publicidade, estudos de mercado

e formação, cultura da organização, fidelidade dos clientes, satisfação dos trabalhadores, etc., normalmente não são incluídos separadamente no balanço, sendo apenas evidenciados através do *goodwill* após a aquisição da entidade, ou na data das primeiras DF consolidadas.

Apresentado o conceito de ativos intangíveis na perspectiva económico-financeira das organizações, seguir-se-á a análise dos intangíveis e seus componentes na ótica contabilística, sendo abordados nos pontos seguintes os seus fundamentos conceptuais nos normativos POC e SNC.

1.2. No POC

Em substância os ativos intangíveis correspondem às anteriormente denominadas “imobilizações incorpóreas” na terminologia POC (1989). Este normativo não inclui uma definição de imobilizações incorpóreas, contendo apenas um conjunto de contas que se referem a itens intangíveis.

No seu capítulo 12 – Notas explicativas, o POC determina que a conta 43 – Imobilizações incorpóreas “integra os imobilizados intangíveis, englobando nomeadamente, direitos e despesas de constituição, arranque e expansão” (CNC, 1989).

1.3. No SNC

Com o SNC passa a existir uma norma específica que prescreve o tratamento contabilístico dos ativos intangíveis – a NCRF 6. No parágrafo (§) 8 desta norma é identificado o conceito de ativo intangível, onde para tal são apresentados os conceitos de *ativo*, *ativo intangível* e *ativos monetários* da seguinte forma (CNC, 2010d, § 8):

- *Ativo* é um recurso controlado por uma entidade resultante de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros.

- *Ativo intangível* é “um ativo não monetário identificável sem substância física”.
- *Ativos monetários* são os “dinheiros detidos e ativos a ser recebidos em quantias fixadas ou determináveis de dinheiro”. Ativos não monetários serão aqueles que não se enquadram na definição de ativos monetários.

A NCRF 6 identifica também alguns exemplos de recursos intangíveis (e respetivos itens que poderão englobar) em que as organizações investem com alguma frequência, nomeadamente (CNC, 2010d, § 9):

- Conhecimentos científicos ou técnicos: *software* de computadores;
- Conceção e implementação de novos processos ou sistemas;
- Licenças: licenças de pesca, quotas de importação, *franchises*;
- Propriedade intelectual: patentes, *copyrights*, filmes;
- Conhecimento de mercado: listas de clientes;
- Marcas e objetivos comerciais (incluindo nomes comerciais e títulos de publicações): relacionamentos com clientes ou fornecedores, fidelidade de clientes, quota de mercado e direitos de comercialização.

Porém, nem todos os itens descritos cumprem os critérios da definição de ativo intangível exigidos pela NCRF 6. Assim, e de acordo com a análise do conceito de ativos intangíveis já apresentada anteriormente, embora diversos dispêndios de natureza intangível possam ser, segundo uma perspectiva económica, considerados como ativos intangíveis, tratando-se de itens que não preencham os requisitos exigidos pela NCRF 6 para satisfazer a definição de um ativo intangível, os mesmos não serão considerados como tal à luz desta norma. Tal como será analisado e exposto posteriormente no presente trabalho, nestas circunstâncias, o dispêndio para adquirir ou gerar internamente estes itens não deve ser reconhecido como ativo intangível, mas sim como um gasto quando for incorrido. Este dispêndio deverá ser incluído no *goodwill*, reconhecido à data da aquisição, quando esses itens sejam adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais (CNC, 2010d, § 67; 2010g).

Para que um item seja considerado “ativo intangível” nos termos da NCRF 6, além de satisfazer a definição de ativo preconizada na estrutura conceptual (EC) do SNC, esse item terá ainda que cumprir os critérios da definição de um ativo intangível. Assim, ao

determinar a existência de um ativo intangível, deverão ser preenchidos os requisitos necessários para que o item seja considerado “ativo” (existência de controlo sobre um recurso e existência de benefícios económicos futuros) e, cumpridos estes requisitos, esse ativo terá ainda que cumprir o critério de identificabilidade para satisfazer a definição de ativo intangível prevista na NCRF 6.

Assim, para que possa ser distinguido do *goodwill* a NCRF 6 exige que um ativo intangível seja identificável. Um ativo satisfaz este critério, ou seja, é identificável, quando for separável ou quando resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais (CNC, 2010d, § 11 e 12).

Um ativo é separável quando pode ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado. Os ativos que resultam de contratos ou de outros direitos legais satisfazem também o critério de identificabilidade, independentemente de esses direitos poderem ser transferidos ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações (CNC, 2010d, § 12).

Um ativo é controlado por uma entidade quando esta tem o poder de obter os benefícios económicos futuros que fluam desse recurso e puder restringir o acesso a esses benefícios por parte de terceiros (CNC, 2010d, § 13).

Como geralmente o poder de controlar os benefícios económicos futuros de um ativo intangível decorre de direitos legais, sendo estes de cumprimento forçado por um tribunal, na ausência destes direitos torna-se mais difícil demonstrar a existência de controlo sobre o ativo. Contudo, dado que uma entidade pode ser capaz de controlar os benefícios económicos futuros resultantes de um ativo de alguma outra forma que não seja através do cumprimento legal de direitos, este não é uma condição necessária para a existência de controlo. Por conseguinte, um item pode satisfazer a definição de ativo mesmo quando não exista controlo legal. Um exemplo é o *know-how* proveniente das atividades de desenvolvimento, que pode satisfazer a definição de ativo quando, ao manter secreto esse

know-how, uma entidade controla os benefícios que espera que dele fluam (CNC, 2010a, § 56).

Equipas de pessoal habilitado, carteiras de clientes e quotas de mercado são exemplos de recursos intangíveis que podem não ser controlados por uma entidade. Embora possam ser identificadas capacidades incrementais do pessoal que conduzam a benefícios económicos futuros derivados da formação, uma entidade geralmente não tem controlo suficiente sobre os benefícios económicos futuros provenientes de uma equipa de pessoal habilitado e da sua formação para que estes itens satisfaçam a definição de ativo intangível, a menos que estejam protegidos por direitos legais (CNC, 2010d, § 15).

Uma entidade pode ter uma carteira de clientes ou uma quota de mercado e esperar que os seus clientes continuem a negociar com a empresa. Mas, da mesma forma, na ausência de direitos legais para proteger ou controlar o relacionamento com clientes ou a fidelidade destes para com a entidade, esta geralmente não tem controlo suficiente sobre os benefícios económicos esperados resultantes desse relacionamento e fidelização para que tais itens (carteiras de clientes, quotas de mercado, relacionamento com clientes e fidelidade dos clientes) satisfaçam a definição de ativo intangível. Contudo, no que diz respeito aos relacionamentos com clientes, mesmo na ausência de direitos legais para os proteger, a NCRF 6 considera que as transações de troca dos relacionamentos com clientes ou outros semelhantes constituem prova de que a entidade está capacitada para controlar os benefícios económicos futuros esperados que fluam desses relacionamentos, e de que esses relacionamentos, em si mesmos, são separáveis, pelo que os relacionamentos com os clientes satisfazem a definição de ativo intangível (CNC, 2010d, § 16).

O conhecimento técnico detido por uma entidade pode também dar origem a benefícios económicos futuros. De forma semelhante, estes benefícios serão controlados pela entidade por exemplo se o conhecimento estiver protegido por direitos legais como *copyrights*, uma restrição de acordos de comércio ou por deveres legais dos empregados de manter a confidencialidade (CNC, 2010d, § 14).

Quanto à existência de benefícios económicos futuros, um item cumpre este critério da definição de ativo intangível se for provável que irão fluir para a entidade benefícios económicos futuros resultantes desse item. Assim, para cumprir este critério é necessário que exista probabilidade de que o item é capaz de gerar benefícios económicos futuros. O conceito de probabilidade é utilizado para referir o grau de incerteza dos fluxos, para a entidade, dos benefícios económicos futuros associados ao item, devendo o grau de incerteza destes fluxos ser avaliado com base nas provas disponíveis aquando da preparação das DF (CNC, 2010a, § 83).

A NCRF 6 determina ainda que os benefícios económicos futuros resultantes de um ativo intangível podem incluir réditos da venda de produtos ou serviços, poupanças de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade. Note-se o exemplo indicado pela norma relativamente ao uso da propriedade intelectual num processo produtivo, em que a sua utilização pode permitir reduzir os custos de produção, logo o item é capaz de gerar benefícios económicos futuros, embora dessa utilização possa não resultar um aumento dos réditos futuros (CNC, 2010d, § 17).

2. Tratamento normativo dos ativos intangíveis

Para uma melhor perceção dos impactos da adoção da NCRF 6, importa identificar o tratamento contabilístico dos ativos intangíveis preconizado nos normativos POC e SNC.

Assim, neste ponto inicialmente são apresentados os critérios de reconhecimento de um item como ativo intangível previstos nos dois normativos e os respetivos instrumentos de reconhecimento, seguindo-se a análise dos critérios de mensuração (inicial e subsequente) destes itens, dos procedimentos a seguir perante retiradas e alienações assim como das divulgações exigidas em cada um dos normativos.

2.1. Reconhecimento

2.1.1. No POC

No POC não se encontram identificados os critérios de reconhecimento de um item como imobilizado incorpóreo. O tratamento contabilístico da generalidade dos ativos incorpóreos não é preconizado pelo POC, existindo apenas diretrizes contabilísticas (DC) que regulam alguns daqueles, nomeadamente a DC n.º 1/91 – Tratamento contabilístico de concentrações de atividades empresariais, a DC n.º 7/92 – Contabilização das despesas de investigação e de desenvolvimento e a DC n.º 12/92 – Conceito contabilístico de trespasse.

Para efeitos de contabilização das despesas suportadas com a criação interna de ativos intangíveis, a DC n.º 7 faz a distinção entre as despesas de investigação e as despesas de desenvolvimento. Segundo esta DC “consideram-se despesas de investigação as relativas a um processo de pesquisa original e planeada com o objetivo de obter novos conhecimentos científicos ou técnicos”. As despesas de desenvolvimento são “as que resultem da aplicação tecnológica das descobertas anteriores à fase de produção” (CNC, 1992a)

A DC n.º 7 estabelece, como regra geral, que as despesas de investigação e as despesas de desenvolvimento sejam reconhecidas como custos do exercício em que ocorrem. No entanto, as despesas de investigação podem ser reconhecidas como ativo nos casos em que uma entidade possa assegurar, de forma inequívoca, que produzirão benefícios económicos futuros, pelo que, excecionalmente as despesas de investigação podem ser reconhecidas como imobilizações incorpóreas.

No que diz respeito às despesas de desenvolvimento é permitido o seu reconhecimento como ativo quando o produto ou o processo estejam claramente definidos e os custos atribuíveis ao produto ou ao processo possam ser identificados, separados e facilmente quantificados, e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições (CNC, 1992a, n.º 4):

- Esteja razoavelmente assegurada a viabilidade técnica do produto ou processo;
- A empresa pretenda produzir e comercializar ou usar o produto ou processo;

- A existência de um mercado para o produto ou processo, ou se ele se destinar a ser usado internamente em vez de ser vendido, esteja razoavelmente assegurada a sua utilidade para a empresa; e
- Existam recursos adequados ou a disponibilidade destes esteja razoavelmente assegurada, para completar o projeto e comercializar e usar o produto ou o processo.

O *trespasse* corresponde ao que se tem designado na literatura internacional por “*goodwill*”, sendo esta última a terminologia também preconizada no recente SNC em vigor em Portugal. De acordo com a DC n.º 12 um *trespasse* só deve ser reconhecido quando integrado numa operação de aquisição, isto é, no âmbito da aplicação do método da compra nas concentrações de atividades empresariais (CAE), podendo distinguir-se duas formas de aquisição de uma atividade empresarial (CNC, 1992b, n.º 3 e 4):

- Compra de um conjunto de ativos e passivos que constituam uma atividade empresarial (normalmente abrange a quantia relativa ao justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos, onde se incluem elementos identificados e também outros identificáveis como itens intangíveis e ainda a quantia relativa ao *trespasse*);
- Compra de partes de capital abrangidas pelo n.º 2.1 da DC n.º 1.

O *trespasse* só deve ainda ser reconhecido se existir a continuação da atividade anteriormente exercida pela entidade adquirida (CNC, 1992b, n.º 5). Assim, se os ativos adquiridos não constituírem uma atividade empresarial continuada o *trespasse* não deve ser reconhecido, devendo esses ativos ser reconhecidos pelo custo de aquisição total, a repartir pelos seus componentes (CNC, 1992b, n.º 7).

Quando o custo de aquisição de uma atividade empresarial for superior ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos trata-se de um *trespasse* positivo, que deve ser reconhecido como ativo em imobilizações incorpóreas (CNC, 1991, n.º 3.2.5).

Existe um *trespasse* negativo quando o custo de aquisição de uma atividade empresarial for inferior ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos. Segundo a DC n.º 1 a

quantia referente ao trespasse negativo pode ser repartida pelos ativos não monetários individuais adquiridos, na proporção dos justos valores destes ou, em alternativa, ser tratada como um proveito diferido (sendo imputado a resultados num base sistemática num período que não ultrapasse cinco anos, podendo alargar-se a vinte anos desde que uma vida útil mais extensa possa ser justificada nas DF) (CNC, 1991, n.º 3.2.6).

2.1.2. No SNC

A NCRF 6 para além de identificar os critérios de reconhecimento de um item como ativo intangível, prescreve também a aplicação dos critérios de reconhecimento a determinados casos particulares, nomeadamente:

- Ativos intangíveis adquiridos separadamente (§ 25 a 32);
- Ativos intangíveis adquiridos numa concentração de atividades empresariais (§ 33 a 42);
- Ativos intangíveis adquiridos por meio de um subsídio do Governo (§ 43);
- Trocas de ativos intangíveis (§ 44 a 46);
- *Goodwill* gerado internamente (§ 47 a 49);
- Ativos intangíveis gerados internamente (§ 50 a 66).

Os critérios de reconhecimento de um ativo intangível encontram-se previstos no parágrafo 18 da NCRF 6, no qual é determinado que para reconhecer um item como ativo intangível uma entidade deve demonstrar que esse item satisfaz a definição de ativo intangível e os critérios de reconhecimento. Não sendo cumpridos estes critérios o item não deve ser reconhecido como ativo intangível, mas sim como um gasto do período em que foi incorrido. Um item satisfaz a definição de ativo intangível se forem cumpridos os critérios da definição já descritos aquando da análise do conceito de ativos intangíveis previsto no SNC (identificabilidade, existência de controlo sobre um recurso, existência de benefícios económicos futuros).

Relativamente aos critérios de reconhecimento, a NCRF 6 determina que um ativo intangível seja reconhecido se, e apenas se, for provável que os benefícios económicos

futuros esperados que sejam atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade (CNC, 2010d, § 21 a 23).

Na NCRF 6 são indicados como exemplos de dispêndios a serem reconhecidos como gastos quando incorridos os seguintes (CNC, 2010d, § 68):

- Dispêndios com atividades de arranque (instalação);
- Dispêndios com pesquisa (investigação);
- Dispêndios com atividades de formação;
- Dispêndios com atividades de publicidade e promocionais;
- Dispêndios com a mudança de local ou reorganização de uma entidade no seu todo ou em parte.

A NCRF 6 permite a aplicação dos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis aos custos incorridos após o reconhecimento inicial de um ativo intangível adquirido separadamente ou após a conclusão de um ativo intangível gerado internamente. Assim, os critérios de reconhecimento de ativos intangíveis já referidos aplicam-se aos custos incorridos inicialmente para adquirir ou gerar internamente um ativo intangível e aos custos incorridos posteriormente ao seu reconhecimento inicial para adicionar ou substituir uma parte ou dar assistência ao mesmo (CNC, 2010d, § 18). No entanto, é provável que muitos dispêndios subsequentes não satisfaçam a definição de ativo intangível e os critérios de reconhecimento exigidos por esta norma. Por outro lado, pode ser difícil atribuir os dispêndios subsequentes diretamente a um ativo intangível específico, pelo que apenas excecionalmente estes dispêndios serão reconhecidos na quantia escriturada de um ativo intangível (CNC, 2010d, § 20).

A NCRF 6 estabelece que os critérios de reconhecimento de um ativo intangível aplicam-se ao caso particular de ativos intangíveis adquiridos separadamente. De acordo com esta norma os ativos intangíveis adquiridos separadamente cumprem sempre o critério de reconhecimento da existência de probabilidade de que irão fluir para a entidade benefícios económicos futuros resultantes desse item. As expectativas acerca dessa probabilidade refletem-se no preço pago pela entidade para adquirir esse ativo, isto é, no custo do ativo (CNC, 2010d, § 25). Do mesmo modo, o custo de ativos intangíveis adquiridos

separadamente pode geralmente ser mensurado com fiabilidade, pelo que estes normalmente também cumprem o critério de reconhecimento da determinação do seu custo com fiabilidade, particularmente quando a retribuição de compra for na forma de dinheiro ou outros meios monetários (CNC, 2010d, § 26).

Uma entidade pode também adquirir separadamente um projeto de pesquisa e desenvolvimento em curso. O dispêndio subsequente nesse projeto, já reconhecido como ativo intangível, deve ser contabilizado de acordo com o tratamento previsto pela NCRF 6 para os ativos intangíveis gerados internamente. Conforme também analisado ao longo deste trabalho, os dispêndios de pesquisa ou os dispêndios de desenvolvimento que não satisfaçam os critérios de reconhecimento como ativo intangível previstos no parágrafo 56 da NCRF 6 devem ser reconhecidos como um gasto quando forem incorridos. Os dispêndios de desenvolvimento que satisfaçam esses critérios devem ser adicionados à quantia escriturada do projeto de pesquisa e desenvolvimento em curso adquirido (CNC, 2010d, § 41 e 42).

A NCRF 6 considera que para os ativos intangíveis adquiridos numa CAE é sempre satisfeito o critério de reconhecimento da existência de probabilidade de que os benefícios económicos futuros incorporados no ativo fluam para a entidade, dado que o custo destes ativos corresponde ao seu justo valor à data de aquisição e este reflete as expectativas relativas àquela probabilidade (CNC, 2010d, § 33).

Quando a aquisição de um ativo intangível ocorre no âmbito de uma CAE, a entidade adquirente deve reconhecer na data da aquisição, separadamente do *goodwill*, um ativo intangível da adquirida se o justo valor do ativo puder ser mensurado com fiabilidade, independentemente de o ativo ter sido reconhecido pela entidade adquirida antes da CAE (CNC, 2010d, § 24-c); 2010g, § 27).

Sendo assim, a entidade adquirente deve reconhecer um projeto de pesquisa e desenvolvimento em curso adquirido no âmbito de uma CAE como um ativo, separadamente do *goodwill*, caso o projeto satisfaça a definição de ativo intangível e o seu justo valor possa ser fiavelmente mensurado. Reconhecido como ativo intangível um

projeto de pesquisa e desenvolvimento em curso adquirido numa CAE, os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento incorridos após a aquisição desse projeto devem ser contabilizados de acordo com o tratamento previsto pela NCRF 6 para os ativos intangíveis gerados internamente.

Quando um ativo intangível adquirido numa CAE for separável, mas apenas em conjunto com um ativo tangível ou intangível relacionado, a entidade adquirente deve reconhecer o grupo de ativos como um único ativo, separadamente do *goodwill*, se os justos valores individuais dos ativos do grupo não forem mensurados com fiabilidade. Exemplos destas situações apontados pela norma são o título de publicação de uma revista, que pode não estar em condições de ser vendido separadamente da respetiva base de dados de assinantes, e uma marca comercial de água mineral, que pode estar relacionada com uma determinada fonte e não ser possível vender essa marca separadamente da fonte (CNC, 2010d§ 36).

Relativamente aos itens intangíveis adquiridos numa CAE que não possam ser reconhecidos como ativos intangíveis de acordo com a NCRF 6, o dispêndio com os mesmos deve ser incluído na quantia atribuída ao *goodwill* à data de aquisição nos termos da NCRF 14 – Concentrações de atividades empresariais (NCRF 14) (CNC, 2010d, § 67).

Segundo a NCRF 14 as CAE devem ser contabilizadas pela aplicação do método da compra, pelo que, à data de aquisição a entidade adquirente, além de reconhecer os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida pelos seus justos valores à data de aquisição, deve ainda reconhecer o *goodwill*. Este corresponde à diferença entre o custo da CAE e o interesse da adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis (CNC, 2010g, § 23).

O *goodwill* adquirido numa CAE deve também ser reconhecido como ativo intangível, representando um pagamento feito pela entidade adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros de ativos que não sejam capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

A aquisição de ativos intangíveis pode também ocorrer por meio de um subsídio do Governo (isto é, livre de encargos ou por retribuição nominal), a qual implica a transferência ou imputação à entidade, por parte do Governo, de ativos intangíveis como direitos de aterragem em aeroportos, licenças para operar estações de rádio ou de televisão, licenças de importação ou quotas ou direitos para aceder a outros recursos restritos.

Estes itens devem ser reconhecidos como ativos intangíveis se cumprirem a definição de ativo intangível e os critérios de reconhecimento exigidos pela NCRF 6 já descritos. Uma vez que resultam de direitos contratuais, em princípio estes itens satisfazem o critério de identificabilidade da definição de ativo intangível. Assim, deverão ser reconhecidos se forem controlados pela entidade, se for provável que irão fluir para a entidade benefícios económicos futuros resultantes desses itens, e ainda se o seu custo puder ser determinado com fiabilidade.

Os ativos intangíveis podem ainda ser adquiridos por troca de outros ativos (monetários ou não monetários). Uma das condições necessárias para o reconhecimento de um ativo intangível é que o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade, sendo estabelecido, como regra geral, que o custo dos ativos intangíveis adquiridos em troca de outros ativos é mensurado pelo justo valor (CNC, 2010d, § 44). Segundo a NCRF 6, o justo valor de um ativo intangível para o qual não existam transações de mercado comparáveis é mensurado com fiabilidade quando: a variabilidade no intervalo de estimativas razoáveis do justo valor não for significativa para esse ativo ou as probabilidades das várias estimativas dentro do intervalo possam ser razoavelmente avaliadas e usadas para estimar o justo valor (CNC, 2010d, § 46).

Relativamente aos ativos intangíveis gerados internamente os problemas que se colocam estão relacionados com identificar a existência de um ativo identificável que gere benefícios económicos futuros esperados e determinar com fiabilidade o custo desse ativo. Para reconhecer estes itens como ativos, além de verificar se os mesmos satisfazem a definição de ativo intangível e os critérios de reconhecimento exigidos pela NCRF 6, uma entidade deve ainda aplicar os requisitos previstos nos parágrafos 51 a 66 desta norma a todos os ativos intangíveis gerados internamente (CNC, 2010d, § 50).

Deste modo, uma entidade deve classificar a formação do ativo em duas fases distintas: fase de pesquisa e fase de desenvolvimento (CNC, 2010d, § 51). Os termos “pesquisa” e “desenvolvimento” encontram-se definidos da seguinte forma (CNC, 2010d, § 8):

- “Pesquisa: é a investigação original e planeada levada a efeito com a perspetiva de obter novos conhecimentos científicos ou técnicos.
- Desenvolvimento: é a aplicação das descobertas derivadas da pesquisa ou de outros conhecimentos a um plano ou conceção para a produção de materiais, mecanismos, aparelhos, processos, sistemas ou serviços, novos ou substancialmente melhorados, antes do início da produção comercial ou uso”.

Quanto à fase de pesquisa de um projeto interno, a NCRF 6 estabelece que não devem ser reconhecidos quaisquer ativos intangíveis provenientes da mesma, visto que nesta fase uma entidade não pode demonstrar que existe um ativo intangível capaz de gerar benefícios económicos futuros. Assim, segundo a NCRF 6 o dispêndio suportado na fase da pesquisa deve ser reconhecido como um gasto quando for incorrido (CNC, 2010d, § 53 e 54).

Na fase de desenvolvimento de um projeto interno, uma entidade pode, nalguns casos, identificar um ativo intangível e demonstrar que o ativo irá gerar prováveis benefícios económicos futuros (CNC, 2010d, § 57). Para o demonstrar, a entidade deve avaliar os futuros benefícios económicos a serem recebidos do ativo de acordo com os princípios da NCRF 12 – Imparidade de Ativos (NCRF 12) (CNC, 2010d, § 59).

Um ativo intangível proveniente da fase de desenvolvimento de um projeto interno deve ser reconhecido se, e apenas se, uma entidade puder demonstrar todas as seguintes condições (CNC, 2010d, § 56):

- a) “A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda;
- b) A sua intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- c) A sua capacidade de usar ou vender o ativo intangível;
- d) A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros;
- e) A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível;

- f) A sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento”.

Apresentam-se no Quadro 4 alguns exemplos de atividades de pesquisa e de desenvolvimento apontados pela norma.

Quadro 4 – Exemplos de atividades de pesquisa e de desenvolvimento

Exemplos de atividades de pesquisa (§ 55, NCRF 6)	Exemplos de atividades de desenvolvimento (§ 58, NCRF 6)
<ul style="list-style-type: none"> – Atividades visando a obtenção de novos conhecimentos; – A procura de, avaliação e seleção final de, aplicações das descobertas de pesquisa ou de outros conhecimentos; – A procura de alternativas para materiais, aparelhos, produtos, processos, sistemas ou serviços; e – A formulação, conceção, avaliação e seleção final de possíveis alternativas de materiais, aparelhos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou melhorados. 	<ul style="list-style-type: none"> – A conceção, construção e teste de protótipos e modelos de pré-produção ou de pré-uso; – A conceção de ferramentas, utensílios, moldes e suportes envolvendo nova tecnologia; – A conceção, construção e operação de uma fábrica piloto que não seja de uma escala económica exequível para produção comercial; e – A conceção, construção e teste de uma alternativa escolhida para materiais, aparelhos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou melhorados.

Fonte: Elaboração própria com base nos § 55 e 58 da NCRF 6.

Se uma entidade não puder distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento num projeto interno para criar um ativo intangível, deve tratar o dispêndio nesse projeto como se fosse incorrido somente na fase da pesquisa, pelo que tal dispêndio não deve ser reconhecido como um ativo intangível, mas sim como um gasto (CNC, 2010d, § 52).

A NCRF 6 estabelece ainda que os dispêndios com marcas, cabeçalhos, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens substancialmente semelhantes gerados internamente não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis, dado que não podem ser distinguidos do custo de desenvolver a empresa no seu todo (CNC, 2010d, § 62).

Embora muitas vezes uma entidade considere que os dispêndios em que incorre para gerar benefícios económicos futuros contribuem para o *goodwill* gerado internamente, estes dispêndios não devem ser reconhecidos como um ativo intangível, já que tal não resulta da criação de um ativo intangível que satisfaça os critérios de reconhecimento exigidos na NCRF 6. O *goodwill* gerado internamente não deve ser reconhecido como um ativo porque não é um recurso identificável (pois não é separável nem resulta de direitos contratuais ou de outros direitos legais) controlado pela entidade e cujo custo possa ser determinado com fiabilidade (CNC, 2010d, § 48).

Assim, apesar de a diferença entre o valor de mercado de uma entidade e a quantia escriturada dos seus ativos líquidos identificáveis poder captar uma série de fatores que afetem o valor da entidade, esta diferença não representa o custo dos ativos intangíveis controlados pela entidade e não pode ser reconhecida, exceto nos casos de aquisições de entidades empresariais nos termos da NCRF 14.

2.2. Instrumentos de reconhecimento

De acordo com o SNC, ao nível do balanço os ativos intangíveis são classificados como ativos não correntes, pois espera-se a sua permanência na entidade por um período superior a 12 meses (CNC, 2010b, § 15).

No SNC os ativos intangíveis englobam-se na Classe 4 – Investimentos. Nesta classe são incluídos os bens detidos com continuidade ou permanência e que não se destinem a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações da entidade, quer sejam de sua propriedade, quer estejam em regime de locação financeira.

As contas a utilizar para relevar os ativos intangíveis de acordo com o novo SNC são as que se apresentam no Quadro 5. Para efeitos de comparação da estrutura do plano de contas no SNC com o plano de contas existente no POC são também apresentadas as respetivas contas utilizadas anteriormente segundo o POC.

Quadro 5 – Código de contas - Ativos intangíveis: SNC vs POC

SNC	POC
Classe 4 – Investimentos	Classe 4 – Imobilizações
44 Ativos intangíveis	43 - Imobilizações incorpóreas
441 <i>Goodwill</i>	434 - Trespases
442 Projetos de desenvolvimento	432 - Despesas de investigação e desenvolvimento
444 Propriedade industrial	433 - Propriedade industrial e outros direitos
443 Programas de computador	
446 Outros ativos intangíveis	
448 Amortizações acumuladas	483 - Amortizações acumuladas: De imobilizações incorpóreas
449 Perdas por imparidade acumuladas	
Sem equivalente no SNC	431 - Despesas de instalação

Fonte: Elaboração própria

Ao nível do código de contas distinguem-se algumas diferenças, nomeadamente o facto de com o SNC deixar de existir a conta 431 Despesas de instalação. Esta deixa de ter qualquer conta equivalente no SNC uma vez que segundo este normativo estas despesas deixam de ser reconhecidas como ativo.

Na conta 442 Projetos de desenvolvimento são registados os dispêndios que reúnam as condições para serem considerados como ativos intangíveis nos termos do § 57 da NCRF 6, referente ao tratamento contabilístico dos ativos intangíveis gerados internamente. As despesas de investigação não têm equivalente no SNC em ativos, pelo que na transição do POC para o SNC deverão ser desreconhecidas, saldando-se a conta por contrapartida de resultados transitados, conforme definido pela NCRF 3. As despesas de desenvolvimento poderão continuar a reunir os requisitos de reconhecimento como ativo.

No que respeita às amortizações e imparidades acumuladas, a diferença em relação ao anterior normativo está no facto de estas passarem a ser reconhecidas em subconta da mesma conta onde foi registado o ativo (448 Amortizações acumuladas e 449 Perdas por imparidade acumuladas, respetivamente), e de passar a existir uma subconta específica para as perdas por imparidade acumuladas.

Importa referir que no período de transição dever ter-se em conta que algumas rubricas reconhecidas como imobilizado intangível de acordo com o POC podem não ser reconhecidas como tal nos termos do SNC. Nestes casos, na transição para o SNC essas rubricas devem ser desreconhecidas conforme determinado pela NCRF 3, devendo ser saldadas por contrapartida da conta 56 Resultados transitados. As correspondentes amortizações e imparidades acumuladas devem ser anuladas, debitando-se as respetivas contas.

Em termos de resultados a comparação das contas a utilizar no tratamento contabilístico dos ativos intangíveis é apresentada no Quadro 6.

Quadro 6 – Código de contas - Rendimentos e Gastos resultantes de AI: SNC vs POC

SNC	POC
Classe 6 – Gastos	6 – Custos e perdas
64 Gastos de depreciação e de amortização	66 - Amortizações e ajustamentos do exercício
643 Ativos intangíveis	663 - Amortizações de imobilizações incorpóreas
65 Perdas por imparidade	
656 Em ativos intangíveis	
68 Outros gastos e perdas	69 - Custos e perdas extraordinários
687 Gastos e perdas em investimentos não financeiros	694 - Perdas em imobilizações
Classe 7 – Rendimentos	7 – Proveitos e Ganhos
76 Reversões	77 - Reversões de amortizações e ajustamentos
761 De depreciações e de amortizações	771 - Reversões de amortizações
7613 Ativos intangíveis	7713 - Imobilizações incorpóreas
762 De perdas por imparidade	
7626 Em ativos intangíveis	
78 Outros rendimentos e ganhos	
787 Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	794 - Ganhos em imobilizações

Fonte: Elaboração própria

Salienta-se o facto de o SNC, em conformidade com a NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e com o código de contas, não contemplar rendimentos ou gastos de natureza extraordinária, ao contrário do que acontecia no anterior normativo. Em matéria de ativos intangíveis, repare-se por exemplo no tratamento contabilístico dos ganhos ou perdas provenientes de alienações ou sinistros, que segundo o POC são registados em contas de resultados extraordinários e de acordo com o SNC passam a ser reconhecidas em contas de resultados operacionais. O mesmo acontece com o tratamento das perdas por imparidade, que segundo o SNC passam também a ser reconhecidas em resultados operacionais.

2.3. Mensuração

Conhecidos os princípios e critérios de reconhecimento dos ativos intangíveis segundo os dois normativos, prossegue-se com a análise da valorização pela qual os itens intangíveis devem ser reconhecidos.

Assim, este ponto centra-se na análise dos procedimentos a seguir para determinar as quantias monetárias pelas quais os ativos intangíveis devem ser reconhecidos e inscritos no balanço, segundo os normativos POC e SNC, tanto na data de reconhecimento (mensuração inicial) como posteriormente ao seu reconhecimento (mensuração subsequente).

2.3.1. Mensuração inicial

2.3.1.1. No POC

O POC, no seu capítulo 5 – Critérios de valorimetria, determina que na data de reconhecimento as imobilizações incorpóreas devem ser valorizadas pelo custo de aquisição ou custo de produção, sendo estes custos determinados de acordo com as definições adotadas para as existências (CNC, 1989).

Na data de reconhecimento o imobilizado incorpóreo adquirido deve ser valorizado pelo custo de aquisição. De acordo com o ponto 5.3.2 do POC o custo de aquisição de um imobilizado incorpóreo corresponde à soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocar o bem no seu estado atual. O imobilizado incorpóreo desenvolvido internamente (reconhecido nos termos da DC n.º 7) deve ser valorizado, na data de reconhecimento, pelo respetivo custo de produção. Este corresponde à soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão de obra direta, dos custos industriais variáveis e dos custos industriais fixos necessariamente suportados para produzir o bem e colocá-lo no estado em que se encontra.

Tratando-se de uma aquisição ou produção com recurso a crédito, como regra geral os encargos suportados com o financiamento devem ser reconhecidos como custos do exercício. No entanto, é permitido que estes custos sejam imputados à compra ou à produção durante o período em que estas estiverem em curso, desde que assim se considere mais adequado e se mostre mais consistente (CNC, 1989, n.º 5.4.5). Assim, os custos suportados com empréstimos obtidos para financiar a aquisição ou a criação interna de imobilizado incorpóreo podem ser reconhecidos como ativo até à data da sua conclusão.

As concentrações de atividades empresariais sob a forma de aquisição devem ser registadas, na data em que se concretiza a operação, pelo método da compra. Segundo este método, na data de aquisição de uma atividade empresarial os ativos e passivos identificáveis adquiridos devem ser registados pelo respetivo justo valor nessa data. O trespasse deve ser reconhecido pelo valor correspondente à diferença entre o custo de aquisição da empresa e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos (CNC, 1991, n.º 3.2.5 e 3.2.6).

2.3.1.2. No SNC

Segundo a NCRF 6 a mensuração inicial de um ativo intangível é feita ao seu custo (CNC, 2010d, § 24). Os componentes do custo de um ativo intangível e as bases sobre as quais aquele é determinado variam conforme se trate de ativos intangíveis adquiridos (separadamente, como parte de uma CAE, por meio de um subsídio do Governo ou ainda em troca de outros ativos) ou gerados internamente.

Nos termos da NCRF 6, os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente pelo seu custo. Este custo inclui o preço de compra do ativo (incluindo direitos de importação e impostos sobre compras não reembolsáveis) deduzido dos descontos comerciais e abatimentos, mais os custos diretamente atribuíveis de preparação do ativo para o seu uso pretendido (custos necessários para colocar o ativo em funcionamento da forma pretendida) (CNC, 2010d, § 27). Exemplos de custos diretamente atribuíveis indicados pela norma são os custos de benefícios dos empregados e honorários

diretamente resultantes de preparação do ativo para o seu uso pretendido e os custos de testes para concluir se o ativo funciona corretamente (CNC, 2010d, § 28).

Como exemplos de dispêndios que não fazem parte do custo de um ativo intangível a NCRF 6 indica os seguintes (CNC, 2010d, § 29):

- “Custos de introdução de um novo produto ou serviço (incluindo custos de publicidade ou atividades promocionais);
- Custos de condução do negócio numa nova localização ou com uma nova classe de clientes (incluindo custos de formação de pessoal);
- Custos de administração e outros custos gerais”.

O reconhecimento de custos na quantia escriturada de um ativo intangível cessa quando este estiver na condição necessária para ser capaz de funcionar da forma pretendida. Assim, os custos incorridos na utilização ou reinstalação de um ativo intangível não são incluídos na quantia escriturada desse ativo. Neste sentido, a NCRF 6 aponta como exemplos de custos que não são incluídos na quantia escriturada de um ativo intangível os seguintes (CNC, 2010d, § 30):

- Custos incorridos enquanto um ativo está em condições de entrar em funcionamento da forma pretendida mas não esteja ainda colocado em uso;
- Perdas operacionais iniciais, como as despesas incorridas enquanto a procura da produção do ativo cresce.

A NCRF 6 estabelece ainda que os rendimentos e gastos relacionados com operações inerentes – operações que, embora ocorram ligadas ao desenvolvimento de um ativo intangível, não são indispensáveis para colocar o ativo na condição necessária para funcionar da forma pretendida – são reconhecidos imediatamente nos resultados, devendo ser incluídos nas respetivas classificações de rendimento ou gasto (CNC, 2010d, § 31).

Quando um ativo intangível for adquirido com recurso a crédito o seu custo é o equivalente ao seu preço a dinheiro. A diferença entre o equivalente ao preço do ativo em dinheiro e os pagamentos totais, que representa o custo do empréstimo obtido, é reconhecida como gasto de juros durante o período do crédito, exceto se for capitalizada de acordo com o

tratamento de capitalização permitido pela NCRF 10 – Custos de Empréstimos Obtidos (CNC, 2010d, § 32).

Nos termos desta norma é permitido que os custos de empréstimos obtidos (custos de juros e outros custos incorridos relativos aos empréstimos obtidos) diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo sejam incluídos no custo desse ativo enquanto as atividades necessárias para a preparação do ativo para o seu uso pretendido estejam em curso. Quando todas estas atividades estiverem concluídas os custos com empréstimos obtidos deixam de ser considerados como um elemento do custo de um ativo intangível, devendo a partir deste momento ser reconhecidos como um gasto (CNC, 2010e, § 9, 17 e 22).

Os ativos intangíveis adquiridos numa CAE devem ser mensurados inicialmente pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor à data de aquisição (CNC, 2010d, § 33). O justo valor destes ativos pode normalmente ser mensurado com fiabilidade suficiente para ser reconhecido separadamente do *goodwill*. Ao utilizar estimativas para mensurar o justo valor de um ativo intangível, quando existem diferentes possíveis desfechos com diferentes probabilidades, essa incerteza deve entrar na mensuração do justo valor do ativo, em vez de demonstrar uma incapacidade de o mensurar com fiabilidade. Por outro lado, se a vida útil desse ativo for finita, a NCRF 6 considera que existe o pressuposto refutável de que o seu justo valor possa ser mensurado com fiabilidade (CNC, 2010d, § 35).

No entanto, pode não ser possível mensurar com fiabilidade o justo valor de um ativo intangível adquirido numa CAE quando o ativo intangível resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais e/ou não for separável, ou sendo separável não exista histórico ou evidência de transações de troca para ativos intangíveis iguais ou semelhantes e a estimativa do justo valor de outra forma esteja dependente de variáveis que não são mensuráveis (CNC, 2010d, § 38).

Os preços de cotação obtidos num mercado ativo proporcionam a estimativa mais fiável do justo valor de um ativo intangível. O preço corrente de oferta é geralmente o preço de mercado apropriado. Não estando disponíveis os preços correntes de oferta, o preço da transação semelhante mais recente pode proporcionar um critério a partir do qual se pode

estimar o justo valor do ativo intangível, desde que não tenha ocorrido uma alteração significativa nas circunstâncias económicas entre a data da transação e a data à qual o justo valor do ativo seja estimado (CNC, 2010d, § 39).

Um mercado ativo é um mercado no qual os itens negociados são homogêneos, os preços estão disponíveis ao público e podem ser encontrados em qualquer momento compradores e vendedores dispostos a comprar e vender (CNC, 2010d, § 8). Porém, a existência de um mercado ativo com as características descritas não é comum, embora possa acontecer. Em algumas jurisdições pode existir um mercado ativo para licenças de táxis livremente transferíveis, licenças de pesca ou quotas de produção. Pelo contrário, pode não existir um mercado ativo para marcas, cabeçalhos de jornais, direitos de editar músicas e filmes, patentes ou marcas comerciais, porque cada um de tais ativos é único. Por outro lado, embora ativos intangíveis sejam comprados e vendidos, os contratos são negociados entre compradores e vendedores individuais, sendo as transações relativamente pouco frequentes. Desta forma, o preço pago por um ativo pode não proporcionar evidência suficiente do justo valor de um outro, para além de os preços não estarem muitas vezes disponíveis publicamente (CNC, 2010d, § 77).

Assim, caso não exista mercado ativo para um ativo intangível, o seu justo valor corresponde à quantia que a entidade teria de pagar pelo ativo, à data da aquisição, numa transação entre partes conhecedoras não relacionadas e dispostas a isso, com base na melhor informação disponível. Ao determinar esta quantia, uma entidade deve considerar o desfecho de transações recentes de ativos semelhantes (CNC, 2010d, § 40).

O *goodwill* adquirido numa CAE é mensurado inicialmente pelo custo, ou seja, pelo excesso do custo da CAE sobre o interesse da adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis (CNC, 2010g, § 32-b)). O *goodwill* é portanto mensurado inicialmente pelo valor da diferença entre o custo da CAE e o interesse da adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

De acordo com a NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo, a mensuração inicial dos ativos intangíveis adquiridos por meio de um subsídio do Governo pode ser feita de duas formas. Uma entidade pode optar por reconhecer inicialmente o ativo intangível, bem como o subsídio, pelo justo valor ou, em alternativa, pode reconhecer o ativo por uma quantia nominal mais quaisquer dispêndio que seja diretamente atribuível para preparar o ativo para o seu uso pretendido (CNC, 2010d, § 43; 2010h, § 22).

A NCRF 6 determina que os ativos intangíveis adquiridos em troca de outros ativos devem ser mensurados inicialmente pelo justo valor, exceto se (CNC, 2010d, § 44):

- A transação da troca não tiver substância comercial; ou
- Não for possível mensurar com fiabilidade nem o justo valor do ativo recebido nem o justo valor do ativo cedido.

Para determinar se uma transação de troca tem substância comercial uma entidade deve considerar a extensão em que espera que os seus futuros fluxos de caixa sejam alterados como resultado da transação. Segundo a NCRF 6 uma transação de troca tem substância comercial quando (CNC, 2010d, § 45):

- “a) A configuração (risco, tempestividade e quantia) dos fluxos de caixa do ativo recebido diferir da configuração dos fluxos de caixa do ativo transferido; ou
- b) O valor específico para a entidade relativo à parte das operações da entidade afetada pela transação se altera como resultado da troca; e
- c) A diferença identificada na alínea a) ou b) for significativa em relação ao justo valor dos ativos trocados.”

Nos termos da NCRF 6, como regra geral estes ativos intangíveis são mensurados pelo justo valor, mas não sendo possível mensurar o ativo intangível recebido pelo justo valor, o seu custo deverá ser mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido (CNC, 2010d, § 44). Tratando-se de ativos intangíveis para os quais não existam transações de mercado comparáveis e for possível determinar com fiabilidade o justo valor tanto do ativo recebido como do ativo cedido, o ativo recebido deve ser mensurado pelo justo valor do ativo

cedido, a menos que o justo valor do ativo recebido seja claramente mais evidente (CNC, 2010d, § 46).

Os ativos intangíveis gerados internamente devem ser mensurados inicialmente pelo seu custo, que corresponde à soma dos dispêndios incorridos desde a data em que o ativo intangível satisfaz os critérios de reconhecimento (CNC, 2010d, § 64). Este custo inclui todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida, tais como os custos dos materiais e serviços utilizados, ou consumidos ao gerar o ativo intangível, os custos dos benefícios dos empregados associados à criação do ativo intangível, as taxas de registo de um direito legal, ou a amortização de patentes e licenças utilizadas para gerar o ativo intangível (CNC, 2010d, § 65).

Segundo a NCRF 6, os dispêndios com vendas, gastos administrativos e outros gastos gerais não são componentes do custo de um ativo intangível gerado internamente, salvo se tais dispêndios possam ser diretamente atribuídos à preparação do ativo para uso. As ineficiências identificadas e perdas operacionais iniciais incorridas antes de o ativo atingir o desempenho planeado e os dispêndios com formação do pessoal para utilizar o ativo também não são componentes do custo de um ativo intangível gerado internamente (CNC, 2010d, § 66).

Da mesma forma que para os ativos intangíveis adquiridos separadamente, a NCRF 10 permite que os custos de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à construção ou criação de um ativo intangível sejam incluídos no custo desse ativo enquanto as atividades necessárias para a sua preparação para o seu uso pretendido estejam em curso, e até ao momento em que todas estas atividades estejam concluídas (CNC, 2010e, § 9, 17 e 22).

2.3.2. Mensuração após reconhecimento inicial

Neste ponto analisam-se os critérios de mensuração subsequente, ou mensuração após o reconhecimento inicial, de um ativo intangível, abordando as amortizações e as perdas de valor (perdas por imparidade) previstas nos normativos POC e SNC, bem como a valorização dos ativos intangíveis pelo justo valor prevista no SNC.

2.3.2.1. No POC

De acordo com o capítulo 5 – Critérios de valorimetria do POC, os imobilizados incorpóreos com uma vida útil limitada estão sujeitos a amortização sistemática durante esse período (CNC, 1989, n.º 5.4.1). No entanto, é estabelecido que as despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento e os trespasses devem ser amortizados num prazo máximo de cinco anos, sendo admitida relativamente a este último uma vida útil mais extensa quando tal se justifique, desde que não exceda os vinte anos (CNC, 1989, 5.4.7 e 5.4.8).

No POC não se encontram definidos quaisquer métodos de amortização, sendo que a generalidade das empresas amortiza os seus ativos com base na legislação fiscal. O Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) apresenta os princípios e regras básicas a observar no tratamento das amortizações para efeitos de determinação do lucro tributável e remete para diploma regulamentar o desenvolvimento técnico do regime – Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de janeiro. É com base neste regime, onde são determinadas as bases de cálculo e os métodos de amortizações e estabelecidas as condições em que as amortizações são aceites como custos para efeitos fiscais, que geralmente é feita a contabilização das amortizações a fim de serem aceites fiscalmente.

Quanto às perdas de valor, o POC determina que quando à data do balanço os imobilizados incorpóreos tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, independentemente de a sua vida útil ser limitada ou não, e for de prever que a redução desse valor seja permanente, os mesmos devem ser objeto de amortização correspondente à diferença,

afetando os resultados extraordinários. Se deixarem de existir os motivos que originaram aquela amortização extraordinária a mesma não deve manter-se (CNC, 1989, 5.4.4). Esta amortização extraordinária corresponde, em termos conceptuais, às perdas por imparidade preconizadas no normativo internacional e também no novo SNC.

2.3.2.2. No SNC

A NCRF 6 prevê dois modelos alternativos de mensuração após o reconhecimento inicial: o modelo do custo ou o modelo de revalorização (CNC, 2010d, § 71).

Se uma entidade optar pelo modelo do custo, após o reconhecimento inicial um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (CNC, 2010d, § 73).

$\text{Quantia escriturada} = \text{Custo} - \text{Amortizações Acumuladas} - \text{Perdas por Imparidade Acumuladas}$
--

Quando uma entidade opta pelo modelo de revalorização, após o reconhecimento inicial um ativo intangível deve ser escriturado por uma quantia revalorizada, que seja o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer amortização acumulada subsequente e quaisquer perdas por imparidade acumuladas subsequentes, devendo o justo valor ser determinado com referência a um mercado ativo (CNC, 2010d, § 74).

$\text{Quantia escriturada} = \text{Justo valor à data de revalorização} - \text{Amortizações Acumuladas} - \text{Perdas por Imparidade Acumuladas}$
--

O modelo de revalorização é aplicado depois de um ativo ter sido inicialmente reconhecido pelo custo e deve ser aplicado a todos os ativos intangíveis da mesma classe, a menos que não exista um mercado ativo para esses ativos. Este modelo pode ainda ser aplicado a um ativo intangível que tenha sido recebido por meio de um subsídio do Governo e reconhecido por quantia nominal (CNC, 2010d, § 71 e 76).

Quando um ativo intangível pertencente a uma classe de ativos intangíveis revalorizados não poder ser revalorizado porque não existe qualquer mercado ativo para esse ativo, este dever ser escriturado segundo o modelo do custo (CNC, 2010d, § 80).

Por outro lado, se o justo valor de um ativo intangível revalorizado deixar de poder ser determinado com referência a um mercado ativo, a quantia escriturada do ativo deve ser a sua quantia revalorizada à data da última revalorização com referência ao mercado ativo menos qualquer amortização acumulada subsequente e quaisquer perdas por imparidade acumuladas subsequentes (CNC, 2010d, § 81). O facto de deixar de existir um mercado ativo para um ativo intangível revalorizado pode indicar que o ativo poderá estar com imparidade e que é necessário efetuar o respetivo teste de imparidade nos termos da NCRF 12 (CNC, 2010d, § 82).

A periodicidade das revalorizações é também salientada na NCRF 6, referindo-se que as mesmas devem ser realizadas com a devida regularidade de modo a assegurar que na data do balanço a quantia escriturada do ativo não difere materialmente do seu justo valor à mesma data. Tal frequência dependerá da volatilidade do justo valor dos ativos intangíveis que estiverem a ser revalorizados. Em determinadas situações pode ser aconselhável a realização das revalorizações anualmente, por exemplo perante ativos intangíveis cujo justo valor é suscetível a movimentos significativos e voláteis (CNC, 2010d, § 74 e 78).

No que diz respeito ao tratamento contabilístico da revalorização, para que a quantia escriturada de um ativo intangível a expressar no balanço após a revalorização iguale a sua quantia revalorizada, à data de revalorização a amortização acumulada do ativo pode ser tratada de duas formas (CNC, 2010d, § 79):

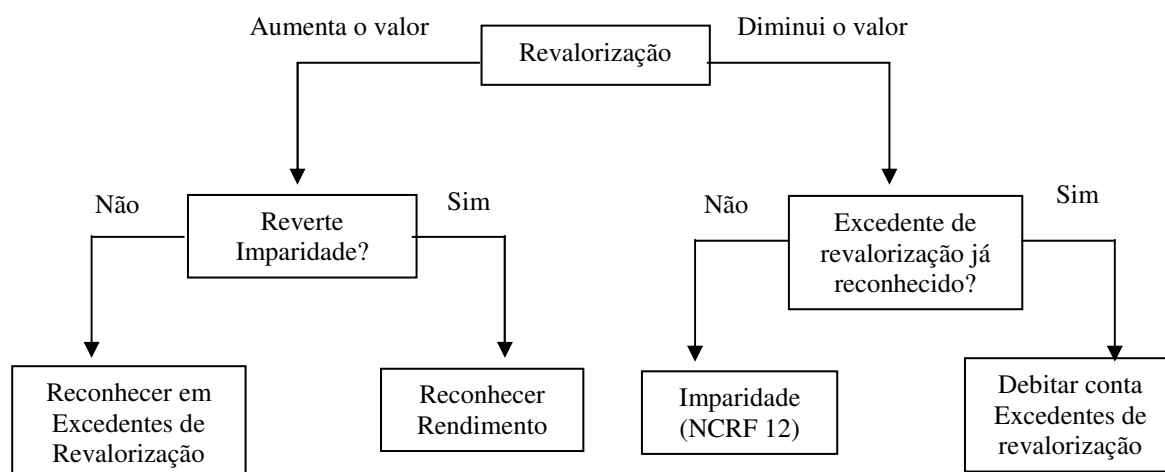
- a) Reexpressa proporcionalmente à alteração na quantia bruta escriturada do ativo (aplicação de um índice); ou
- b) Eliminada por contrapartida da quantia bruta escriturada do ativo, sendo a quantia líquida reexpressa para a quantia revalorizada do ativo.

Se da revalorização resultar um aumento da quantia escriturada do ativo intangível, o aumento deve ser creditado diretamente no capital próprio na conta “Excedentes de Revalorização”, exceto se já reconhecido nos resultados um decréscimo de revalorização desse ativo (como gasto do período, na conta “Perdas por imparidade - Em ativos intangíveis”). Neste último caso, o aumento deverá ser reconhecido nos resultados até ao ponto em que reverta esse decréscimo (como rendimento, na subconta “Reversões - Perdas

por imparidade - Em ativos intangíveis”), tratando-se portanto de efetuar a reversão de uma perda por imparidade (CNC, 2010d, § 84).

Quando da revalorização resultar uma diminuição da quantia escriturada do ativo intangível, essa diminuição deve ser reconhecida nos resultados (como gasto do período, na conta “Perdas por imparidade - Em ativos intangíveis”). Contudo, existindo saldo credor na conta “Excedentes de Revalorização” respeitante a esse ativo, a diminuição deverá ser debitada diretamente nesta conta até a saldar (CNC, 2010d, § 85). Para melhor percepção apresenta-se na figura 4 o tratamento contabilístico da revalorização de forma sistemática.

Figura 4 – Tratamento contabilístico da revalorização



Fonte: Adaptado de Grenha, *et al.* (2009, p. 202)

Relativamente à realização do excedente de revalorização, a NCRF 6 determina que o excedente de revalorização acumulado incluído no capital próprio só pode ser transferido diretamente para resultados transitados quando for realizado. O excedente total pode ser realizado pela retirada ou pela alienação do ativo, quando o mesmo for desreconhecido. Pode também ser realizado apenas uma parte do excedente logo que o ativo seja usado pela entidade. Neste caso, a quantia do excedente realizado corresponde à diferença entre a amortização baseada na quantia escriturada valorizada do ativo e a amortização que teria sido reconhecida baseada no custo histórico do ativo (CNC, 2010d, § 86).

Nos termos do SNC, a amortização consiste na imputação sistemática da quantia depreciável de um ativo intangível durante a sua vida útil (CNC, 2010d, § 8), e deve iniciar quando o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando estiver na localização e condição necessárias para que seja capaz de funcionar da forma pretendida. A amortização de um ativo intangível com vida útil finita não cessa quando o mesmo já não for usado, a menos que o ativo tenha sido totalmente depreciado ou esteja classificado como detido para venda (CNC, 2010d, § 116).

Uma entidade deve avaliar se a vida útil de um ativo intangível é finita ou indefinida, para assim determinar se o mesmo deverá ser sujeito a amortização. A contabilização de um ativo intangível deverá ter em conta a sua vida útil, já que o mesmo é amortizado se a sua vida útil for finita e não o é se a sua vida útil for indefinida (CNC, 2010d, § 88).

No que diz respeito aos ativos intangíveis com vida útil indefinida, uma entidade deve realizar o teste de imparidade dos mesmos de acordo com a NCRF 12, comparando a sua quantia recuperável com a respetiva quantia escriturada, anualmente e sempre que exista uma indicação de que os ativos podem estar com imparidade (CNC, 2010d, § 107). No caso do *goodwill* adquirido numa CAE, a NCRF 14 determina que o mesmo não deve ser amortizado, mas sim sujeito a testes de imparidade de acordo com a NCRF 12 (CNC, 2010g, § 35), pelo que após o reconhecimento inicial o *goodwill* é mensurado pelo custo menos qualquer perda por imparidade (CNC, 2010g, § 34).

Tratando-se de um ativo intangível com uma vida útil finita a entidade deve determinar a duração, ou o número de produção ou de unidades similares constituintes, dessa vida útil. Considera-se que um ativo intangível tem uma vida útil indefinida quando, através da análise de todos os fatores relevantes, não houver um limite previsível para o período durante o qual se espera que o ativo gere fluxos de caixa líquidos para a entidade (CNC, 2010d, § 87). Note-se que ter uma vida útil indefinida não significa que a mesma seja infinita, isto é, determinar como indefinida a vida útil de um ativo não quer dizer que a mesma não terá fim.

No quadro 7 apresentam-se alguns exemplos de ativos intangíveis com vida útil finita e indefinida.

Quadro 7 – Ativos intangíveis com vida útil finita e indefinida

Exemplos de ativos intangíveis com vida útil finita	Exemplo de ativo intangível com vida útil indefinida
<ul style="list-style-type: none"> - Patente – direito exclusivo de fabricar, vender ou exercer controlo de uma invenção por 20 anos. - <i>Copyright</i> – direito exclusivo de reproduzir e vender trabalhos publicados ou artísticos pela vida do indivíduo mais um número determinado de anos. - Marca comercial – direito exclusivo de representar um produto ou serviço, com um nome ou símbolo específico, por um número especificado de anos e ainda renovações indefinidas de períodos. 	<p>Uma entidade adquire uma licença de transmissão renovável a cada dez anos. A licença pode ser renovada indefinidamente a baixo custo. A entidade adquirente pretende renovar a licença indefinidamente e a evidência suporta a sua capacidade para o fazer sem um custo significativo. À luz da NCRF 6 (§ 88 e § 94), a licença de transmissão seria tratada como tendo uma vida útil indefinida porque não há limite previsível para o período durante o qual se espera que o ativo contribua para os influxos de caixa líquidos da entidade.</p>

Fonte: Pinto, *et al.* (2008) in Monteiro e Mota (2011)

A vida útil de um ativo intangível pode ser influenciada tanto por fatores legais como económicos, sendo que os fatores económicos determinam o período durante o qual os benefícios económicos futuros serão recebidos pela entidade, e os fatores legais podem restringir o período durante o qual a entidade controla o acesso a esses benefícios. A vida útil a considerar será o menor dos períodos determinados por estes fatores.

A vida útil de um ativo intangível que resulte de direitos contratuais ou outros direitos legais não deve exceder o período desses direitos, podendo no entanto ser mais curta se o período durante o qual a entidade espera usar o ativo for inferior ao resultante dos direitos contratuais ou legais. Quando o período dos direitos contratuais ou legais puder ser

renovado a vida útil do ativo intangível deve incluir o(s) período(s) de renovação apenas se existir evidência que suporte a renovação pela entidade sem um custo significativo (CNC, 2010d, § 93).

Como métodos de cálculo da amortização a NCRF 6 permite a utilização do método da linha reta (quotas constantes) e do método das unidades de produção (conforme descritos no quadro 8). O método utilizado deve ser o que melhor reflete o modelo de consumo esperado dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Não sendo possível determinar com fiabilidade esse modelo deve ser utilizado o método da linha reta. O método de amortização deve ainda ser aplicado consistentemente de período a período, exceto se ocorrer uma alteração no modelo de consumo esperado dos futuros benefícios económicos (CNC, 2010d, § 97).

Quadro 8 – Métodos de cálculo da amortização previstos na NCRF 6

<p>Método da linha reta (função do tempo)</p>	<p>Os custos com a amortização são imputados proporcionalmente ao tempo de uso.</p> $\text{Amortização}_{\text{período}} = \frac{\text{Quantia depreciable}}{\text{Vida útil}}$
<p>Método das unidades de produção (função do uso)</p>	<p>Os custos com a amortização são imputados em função do consumo dos benefícios económicos.</p> $\text{Amortização}_{\text{período}} = \frac{\text{Quantia depreciable}}{\text{N.º unid. atividade vida útil}} \times \text{N.º unid. activ. período}$

Fonte: Monteiro e Mota (2011, p. 20)

Sendo as amortizações uma área onde a influência da fiscalidade na contabilidade é significativa, é de salientar que na sequência da alteração ao CIRC, destinada a adaptar as regras de determinação do lucro tributável ao enquadramento contabilístico resultante da aprovação do novo SNC, o regime regulamentar das amortizações foi revisto, embora a nova regulamentação mantenha a estrutura e os elementos essenciais já constantes do anterior regime. Assim, mantêm-se as características essenciais do regime das depreciações

e amortizações, adaptando-se à nova terminologia contabilística. O CIRC continua a remeter para diploma regulamentar o desenvolvimento do regime das amortizações, devendo as entidades aplicar o disposto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro no tratamento das amortizações para efeitos de determinação do lucro tributável.

A NCRF 6 determina que a amortização é geralmente reconhecida nos resultados, como gasto do período. No entanto, a norma prevê que o custo de amortização possa ser incluído na quantia escriturada de um outro ativo, apresentando como exemplo o facto de a amortização de ativos intangíveis utilizados num processo de produção poder ser incluída na quantia escriturada dos inventários. Por vezes, os futuros benefícios económicos incorporados num ativo são absorvidos pela produção de outros ativos e, neste caso, segundo a NCRF 6 o custo de amortização constitui parte do custo do outro ativo pelo que pode ser incluído na sua quantia escriturada (CNC, 2010d, § 98).

Importa referir que de acordo com o SNC devem estar evidenciados no balanço os valores líquidos do ativo, devendo os seus valores brutos ser descontados das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Apesar de não ser evidente nas DF, o reconhecimento das amortizações continua a ser efetuado através do método indireto. O valor inicial do ativo intangível é registado numa conta (44X Ativos intangíveis), sendo as respetivas amortizações e imparidades registadas em contas apropriadas (448 Amortizações acumuladas e 449 Perdas por imparidade acumuladas, respetivamente). Tal como já referido, a diferença em relação ao anterior normativo está apenas no facto de as amortizações passarem a ser reconhecidas em subconta da mesma conta onde foi registado o ativo.

A NCRF 6 prevê ainda o tratamento contabilístico da imparidade remetendo para a respetiva norma, a NCRF 12, segundo a qual uma entidade deve aplicar os procedimentos necessários para assegurar que os seus ativos são escriturados por um valor que não excede a sua quantia recuperável. Quando a quantia escriturada de um ativo intangível exceder a quantia a ser recuperada através do uso ou venda, considera-se que o ativo está com imparidade (CNC, 2010f, § 1). Existindo indicação de que um ativo intangível possa estar com imparidade a entidade deve estimar a quantia recuperável do ativo. Esta corresponde à

quantia mais alta de entre o justo valor do ativo menos os custos de vender e o seu valor de uso.

Independentemente de existir ou não indicação de que o ativo pode estar com imparidade, uma entidade deve testar anualmente a imparidade de um ativo intangível com uma vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso. Quando a quantia recuperável de um ativo intangível for inferior à sua quantia escriturada, a quantia escriturada deve ser reduzida para a sua quantia recuperável, sendo esta redução uma perda por imparidade.

Uma perda por imparidade deve ser imediatamente reconhecida nos resultados, a menos que o ativo seja escriturado pela quantia revalorizada de acordo com o modelo de revalorização previsto na NCRF 6, caso em que qualquer perda por imparidade deve ser tratada como decréscimo de revalorização. Reconhecida uma perda por imparidade, nos períodos futuros o encargo com a amortização do ativo intangível deve ser ajustado de forma a imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se existir) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

Por fim é de referir que, independentemente de ter sido reconhecida ou não qualquer perda por imparidade, o facto de existir indicação de que um ativo intangível pode estar com imparidade pode também revelar a necessidade de revisão da vida útil remanescente, do método de amortização ou do valor residual do ativo.

À data de cada relato uma entidade deve igualmente avaliar com base em fontes de informação internas e externas se existem indicadores de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores possa já não existir ou possa ter diminuído, devendo, se tal se verificar, estimar a quantia recuperável desse ativo.

A reversão de uma perda por imparidade deve ser efetuada se, e apenas se, houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida. Neste caso, a quantia escriturada do ativo intangível deve ser aumentada até à sua quantia recuperável. Porém, deste aumento não

deve resultar uma quantia escriturada superior à que teria sido determinada (líquida de amortizações) se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida no ativo em anos anteriores (CNC, 2010f, § 58 e 59).

A reversão de uma perda por imparidade de um ativo intangível deve ser reconhecida imediatamente nos resultados, a menos que o ativo seja escriturado pela quantia revalorizada de acordo com o modelo de revalorização previsto na NCRF 6, caso em que qualquer reversão de perda por imparidade deve ser tratada como acréscimo de revalorização.

Após o reconhecimento de uma reversão de uma perda por imparidade o encargo com a amortização do ativo intangível deve ser ajustado em períodos futuros, de forma a imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se existir) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

2.4. Retiradas e alienações

No que respeita ao desreconhecimento das imobilizações incorpóreas, o POC determina que as perdas ou ganhos provenientes de alienação, de sinistros ou de abates das imobilizações devem ser registados em resultados extraordinários, conforme capítulo 12, notas explicativas das subcontas 694 – Perdas em Imobilizações e 794 – Ganhos em Imobilizações.

Tendo por base o SNC, a NCRF 6 estabelece que um ativo intangível deve ser desreconhecido do balanço no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um ativo intangível deve ser reconhecido nos resultados quando o ativo for desreconhecido. Este ganho ou perda é determinado pela diferença entre os proventos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada do ativo (CNC, 2010d, § 111 e 112).

Note-se que, como já analisado anteriormente, nesta matéria a principal diferença entre os dois normativos é o facto de estes rendimentos e ganhos passarem a ser registados em contas de resultados operacionais, já que o SNC não contempla rendimentos ou gastos de natureza extraordinária.

2.5. Divulgações

Ambos os normativos, POC e SNC, apresentam um conjunto de informações em matéria de ativos intangíveis a divulgar nas DF, embora a NCRF 6 seja mais exigente.

O POC exigia que uma empresa divulgasse no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados a seguinte informação sobre os ativos intangíveis (CNC, 1989, capítulo 8):

- Critérios de valorimetria utilizados e métodos de amortização (nota 3);
- Comentário às contas 431- Despesas de instalação e 432 - Despesas de investigação e desenvolvimento (nota 8);
- Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do Balanço e no valor das respetivas amortizações e ajustamentos, identificando: saldos inicial e final, reavaliação, aumentos, alienações, transferências, abates, reforço de amortizações e regularizações (nota 10).

A Interpretação Técnica n.º 5: *DC n.º 7 – Contabilização das despesas de investigação e de desenvolvimento – divulgações* determina ainda que deve ser divulgada a quantia global do esforço de I&D que tenha sido reconhecido como gasto no período contabilístico, em alínea apropriada da nota 48 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados. Nos termos desta Interpretação Técnica a quantia a divulgar incluirá todos os gastos por natureza que sejam, face ao seu destino, classificáveis como gasto de I&D (tais como gastos com pessoal afeto à atividade de I&D, bens e serviços usados, amortizações, quer dos bens do imobilizado utilizados na atividade de I&D, quer dos gastos de I&D que tenham sido capitalizados na conta 432 – Despesas de investigação e de desenvolvimento) (CNC, 2007).

Quanto ao atual normativo, a NCRF 6 determina que uma entidade deve divulgar, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis, o seguinte (CNC, 2010d, § 117):

- “a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;
- b) Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas;
- c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período;
- d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída;
- e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre as adições, revalorizações, alienações, ativos classificados como detidos para venda, amortizações, perdas por imparidade e suas reversões.”

Para além do referido anteriormente, uma entidade deve ainda divulgar (CNC, 2010d, § 119):

- a) Para um ativo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida, a quantia escriturada desse ativo e as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida;
- b) Uma descrição, a quantia escriturada e o período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual que seja materialmente relevante para as DF da entidade;
- c) Informação sobre ativos intangíveis adquiridos através de subsídios de governo e inicialmente reconhecidos pelo justo valor;
- d) A existência e as quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade esteja restringida e as quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantia de passivos;
- e) A quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

Quando na contabilização dos ativos intangíveis for aplicado o modelo de revalorização, devem ser divulgados (CNC, 2010d, § 120):

- a) Por classe de ativos intangíveis, a data de eficácia da revalorização, a quantia escriturada de ativos intangíveis revalorizados e a quantia escriturada que teria sido reconhecida se a entidade tivesse usado o modelo de custo;

- b) A quantia do excedente de revalorização relacionada com ativos intangíveis no início e no final do período, indicando as alterações durante o período e quaisquer restrições na distribuição do saldo aos acionistas;
- c) Os métodos e pressupostos aplicados na estimativa do justo valor dos ativos.

A NCRF 6 exige também que seja divulgada a quantia agregada de todos os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como um gasto durante o período. A quantia a divulgar deve incluir todos os gastos por natureza que sejam, face ao seu destino, classificáveis como gasto de pesquisa e desenvolvimento, como por exemplo gastos com pessoal afeto à atividade de pesquisa e desenvolvimento e amortizações (dos bens do imobilizado utilizados na atividade de pesquisa e desenvolvimento, bem como dos gastos de pesquisa e desenvolvimento que tenham sido capitalizados) (CNC, 2010d, § 122 e 123).

3. Estudos comparativos

Com a adoção das IAS/IFRS na UE têm sido desenvolvidos, em diferentes países, diversos estudos com o objetivo de analisar o processo de transição, comparar os PCGA nacionais com as IAS/IFRS, bem como avaliar os impactos dessa transição. Uma vez que as NCRF adotadas em Portugal são bastante inspiradas nas IAS/IFRS, neste ponto de revisão bibliográfica apresentam-se alguns desses estudos, focalizando a atenção em estudos que analisam o impacto da transição nas DF e, particularmente, o impacto ao nível dos ativos intangíveis. Desta forma, começa-se por referir alguns estudos que analisam a adoção das IAS/IFRS em outros países e, de seguida, os resultados encontrados por diversos autores no contexto da transição de normativos em Portugal.

Neste sentido, Aisbitt (2006) ao analisar o efeito da transição para as IAS/IFRS nas DF consolidadas de um conjunto de empresas cotadas no UK FSE 100 Index em 1 de janeiro de 2005, concluiu que embora o impacto global na posição financeira dessas empresas não seja significativo, o efeito da aplicação de cada uma das normas individualmente pode ter consequências importantes em determinados itens/rubricas. Com base nos balanços elaborados segundo as normas nacionais do Reino Unido e segundo as normas

internacionais, a autora analisou ainda a aplicação de cada uma das normas individualmente, avaliando os ajustamentos daí resultantes. Porém, a autora refere que relativamente aos itens intangíveis não foi possível verificar os efeitos da transição de normativos devido à falta de informação divulgada pelas empresas nesta matéria.

Perramon e Amat (2006), com o objetivo de analisar o impacto da aplicação das IAS/IFRS nos resultados do exercício de 2004, através de um estudo que compreendeu a análise das DF consolidadas das empresas não financeiras cotadas no índice espanhol IBEX 35, demonstraram que a introdução dessas normas pode afetar o resultado líquido. Os autores concluem que os efeitos verificados nos resultados decorrem da aplicação do justo valor na valorização dos instrumentos derivados e da aplicação de novos critérios para contabilizar o *goodwill*. Os resultados do estudo revelam ainda que a adoção das IAS/IFRS em Espanha pode ter efeitos diversos no resultado líquido do exercício, pelo que os autores consideram, assim, difícil tirar conclusões sobre o impacto em outras empresas cotadas de Espanha.

Callao, Jarne, e Laínez (2007) realizaram um estudo idêntico, ao analisarem os efeitos da adoção das IAS/IFRS na comparabilidade e a sua aplicação em Espanha, que compreendeu a análise de um conjunto de 26 empresas espanholas que faziam parte do IBEX 35 a 30 de junho de 2005. A análise incidiu nas contas destas empresas referentes ao primeiro semestre de 2004, elaboradas segundo os dois normativos, e permitiu aos autores verificar que a aplicação das IAS/IFRS afeta significativamente as suas DF consolidadas. O estudo revela ainda que o valor dos ativos fixos apresentado segundo o normativo espanhol não difere significativamente do valor apresentado segundo as IAS/IFRS, o que os autores justificam pelo facto de a maioria das empresas analisadas ter optado por não alterar o critério de mensuração destes ativos, mantendo o modelo do custo.

Tsalavoutas e Evans (2010), com o objetivo de identificar a materialidade dos impactos da aplicação das IAS/IFRS na posição financeira, nos resultados e em alguns rácios das empresas gregas, realizaram um estudo que compreendeu a análise de 238 empresas gregas cotadas na Bolsa de Valores de Atenas até ao final de março de 2005. O estudo permitiu aos autores concluir que, em média, o impacto na posição financeira e nos resultados foi positivo, respetivamente, imaterial e material. Já quanto aos rácios analisados (efeito de

alavanca financeira e liquidez) o impacto da transição para as IAS/IFRS foi negativo, respetivamente, material e imaterial, em média.

Além de avaliarem o impacto global naquelas DF e indicadores, Tsalavoutas e Evans (2010) avaliam ainda os efeitos de determinadas normas internacionais. Analisaram individualmente algumas dessas normas que, nas suas expectativas, contribuem para a qualidade da informação financeira pelo facto de reduzirem “opções” face aos PCGA gregos. No que respeita aos ativos intangíveis, os autores concluem que a aplicação da IAS 38 – Ativos intangíveis (IAS 38) provoca um impacto negativo na posição financeira destas entidades. Como verificado pelos autores, o reconhecimento de despesas com o início de atividade como ativos intangíveis previsto nos PCGA da Grécia permite às empresas evitar reduções nos resultados e sobreavaliar os ativos. Outro exemplo é a falta de uma distinção clara entre as despesas de investigação e as de desenvolvimento prevista no normativo da Grécia, que permite às empresas capitalizar as despesas de investigação, ao contrário do que é permitido pela IAS 38. Concluem, ainda, que o impacto provocado pela aplicação da IAS 38 é significativo.

Sahut e Boulerne (2010) realizaram um estudo sobre a transição para as IAS/IFRS pelas empresas francesas, tendo analisado particularmente o impacto da adoção da IAS 38 e da IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais na qualidade da informação sobre os intangíveis, em 120 empresas francesas cotadas no SBF 250 Index a outubro de 2005. O estudo incidiu sobre a análise das DF consolidadas a 31 de dezembro de 2004 e permitiu concluir que o total dos ativos intangíveis das empresas que constituem a amostra aumentou, em média, cerca de 4% com a transição dos PCGA franceses para a IAS 38. Na sua análise os autores subdividiram o total dos ativos intangíveis em *goodwill* e outros ativos intangíveis, através da qual verificaram que com a mudança de normativos o *goodwill* sofreu um aumento de cerca de 33%, em média (passando esta rubrica a representar 15,96% do total do ativo, face aos 11,98% que representava antes da transição). Constatou-se igualmente que em mais de 71% das empresas a transição provocou um aumento no valor do *goodwill*. Quanto aos outros ativos intangíveis, verificou-se um decréscimo de cerca de 34%, em média. O valor destes itens (que, em média, representava cerca de 9,13% do total do ativo e com a transição passa a representar apenas 5,99%)

sofreu uma redução em mais de 61% das empresas analisadas. Os resultados do estudo sugerem que na transição de normativos muitas empresas transferiram para a rubrica de *goodwill* os intangíveis que não cumprem os critérios de reconhecimento determinados pela IAS 38, mostrando ainda que o *goodwill* e os outros ativos intangíveis com vida útil indefinida também sofreram alterações pelo facto de deixarem de ser sujeitos a amortização.

Ferrari e Montanari (2010) analisaram o efeito da aplicação da IAS 38 em empresas não cotadas, considerando uma amostra de 128 empresas italianas (das quais 99 pequenas e médias empresas (PME) e 29 grandes empresas). O estudo consistiu na simulação da transição dos PCGA italianos para a IAS 38 e foi realizado com base nas DF do ano de 2005 destas empresas. Assim, os autores concluíram que nas PME a aplicação desta norma provoca uma redução do valor de ativos intangíveis apresentado no balanço de cerca de 33%, em média. Pelo contrário, nas grandes empresas não se apuraram grandes reduções no valor dos seus ativos intangíveis em consequência da aplicação desta norma, tendo-se verificado uma redução de 7,15%, em média. Os autores demonstram que a diferença entre o impacto da adoção da IAS 38 verificado nos dois grupos de empresas pode ser justificada pela existência de estratégias de negócio distintas, nomeadamente no que respeita ao investimento em ativos intangíveis. De facto, da análise efetuada os autores constataram que despesas com o início de atividade, com publicidade e com investigação são investimentos tipicamente presentes nas PME. Sendo assim, como na transição do normativo italiano para a IAS 38 estes itens são excluídos do balanço, observou-se que a adoção da norma tem consequências negativas no capital próprio destas empresas. Já quanto às grandes empresas, os autores verificaram que as mesmas estão menos expostas àquelas reduções do valor dos ativos intangíveis. Os autores concluem que, como estas empresas, no geral, evidenciam itens como *goodwill* e *trademarks*, os efeitos nestes itens relacionados com a aplicação de testes de imparidade e com a sua não amortização permitem contrabalançar as reduções ocorridas nos ativos intangíveis pelo desreconhecimento de itens que não cumprem os critérios de reconhecimento.

Henriques, *et al.* (2011) realizaram um estudo com o objetivo de avaliar o impacto da adoção das IAS/IFRS nas DF consolidadas das empresas com valores cotados na Bolsa de

Valores de Lisboa e do Luxemburgo, em 1 de janeiro de 2005. Neste estudo os autores procuravam também observar se os impactos verificados nos dois países eram coincidentes perante a adoção do mesmo normativo. Através da análise estatística dos dados das empresas selecionadas para amostra (17 e 5 empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa e do Luxemburgo, respetivamente) concluíram que a transição para as IAS/IFRS provocou variações mais significativas nas empresas portuguesas. Os autores verificaram que o Luxemburgo foi menos afetado pelo facto de o seu normativo carecer de tratamento contabilístico para muitas situações, pelo que, na ausência de regras previstas no normativo nacional, as empresas luxemburguesas já se socorriam das IAS/IFRS.

Da análise os autores concluem ainda que os impactos verificados em cada um dos países, embora distintos, têm causas similares, nomeadamente o método utilizado na valorização dos ativos fixos e do *goodwill*. Os autores apontam também como principais responsáveis pelas diferenças verificadas, a introdução do método de revalorização (justo valor) dos ativos intangíveis, os testes de imparidade e o desreconhecimento de despesas de instalação. Quanto ao efeito verificado nos resultados, os autores concluem que o mesmo se deve, principalmente, à contabilização de perdas por imparidade, alterações do método de amortização e a reversão da amortização do *goodwill*. Verificou-se, assim, que ao nível dos ativos intangíveis, a transição de normativos teve ainda um impacto considerável.

Gomes, Serra, e Ferreira (2005) realizaram um estudo com o objetivo de analisar o grau de adoção da IAS 38 pelas empresas portuguesas com valores admitidos à negociação na *Euronext Lisboa*, que compreendeu a análise dos relatórios e contas, referentes a 31 de dezembro de 2003, de 49 empresas cotadas e que estavam obrigadas à aplicação das IAS/IFRS desde janeiro de 2005. Os autores constataram que as maiores divergências face ao normativo português decorrentes da aplicação da IAS 38, encontravam-se no reconhecimento de determinados gastos (da fase de investigação, de instalação, de formação e de publicidade) como custos e na utilização do método de reavaliação na mensuração subsequente destes ativos.

Lopes e Viana (2008), no seu estudo do processo de transição das normas portuguesas para as IAS/IFRS, analisaram um conjunto de 44 empresas cotadas na *Euronext Lisboa* em 31

de dezembro de 2004. Através da análise das DF referentes ao período compreendido entre 1 de janeiro a 30 de setembro de 2005 os autores aferiram os impactos da transição divulgados pelas empresas, o que permitiu concluir que o reconhecimento de intangíveis e o tratamento contabilístico do *goodwill* têm uma influência significativa nos impactos da transição para as normas internacionais, dadas as grandes alterações que sofreram em consequência da mudança dos PCGA portugueses para as IAS/IFRS.

Costa (2008) realizou um estudo para averiguar as consequências da transição para as IAS/IFRS sobre a comparabilidade da informação financeira, com base na análise das DF de 37 empresas cotadas na *Euronext Lisboa* a 31 de dezembro de 2004. O estudo permitiu observar a existência de diferenças significativas ocorridas em diferentes rubricas destas DF e em alguns rácios, revelando grandes diferenças entre os PCGA portugueses e as IAS/IFRS. Ao analisar quais os efeitos nas DF mais referidos (em informação narrativa e/ou qualitativa) pelas empresas, como tendo sofrido um grande impacto em consequência da adoção de um novo normativo, verificou-se que as rubricas de ativos intangíveis e *goodwill* foram referidas por mais de 50% das empresas.

Silva (2010) analisou os efeitos em alguns ativos intangíveis da transição do normativo português e espanhol para as normas internacionais, através de um estudo que compreendeu um conjunto de empresas pertencentes ao PSI-20 e ao IBEX-35 à data de 31 de dezembro de 2004. Concluiu, assim, que o *goodwill* e as despesas de investigação e desenvolvimento em Portugal e Espanha sofrem uma diminuição com a transição para as IAS/IFRS, que se deve ao facto de o normativo internacional ser mais restritivo no reconhecimento destes itens intangíveis. Já quanto às marcas e patentes, dado que tanto nas empresas portuguesas como espanholas não se encontravam reconhecidos ou relatados os respetivos dispêndios de forma individualizada, não foi possível fazer uma avaliação dos efeitos da transição em ambos os países. Através da análise comparativa do tratamento destes ativos intangíveis na Península Ibérica, o autor verificou que os efeitos ocorridos na transição para as IAS/IFRS são similares, demonstrando ainda a aproximação entre os normativos português e espanhol no reconhecimento e relato destes intangíveis.

Carvalho, Rodrigues, e Ferreira (2010) analisaram o tratamento contabilístico do *goodwill* no período de transição do normativo nacional para as IAS/IFRS, nas contas consolidadas de 33 empresas cotadas na *Euronext Lisboa* a 31 de dezembro de 2004, procurando quantificar o impacto dos respetivos ajustamentos de transição efetuados na posição financeira e no desempenho. Da análise dos relatórios e contas das empresas os autores verificaram que os ajustamentos efetuados ao *goodwill* são, na sua maioria, derivados do reconhecimento de perdas por imparidade. Concluíram ainda que o reconhecimento de perdas por imparidade do *goodwill* foi o ajustamento de transição que mais afetou de forma negativa os capitais próprios das empresas em estudo. Os autores verificaram que os ajustamentos positivos referentes ao *goodwill* efetuados nos resultados do exercício correspondem maioritariamente à anulação das amortizações do exercício de 2004 registadas segundo o normativo nacional, e que esta não amortização tem um peso significativo na variação positiva no resultado líquido do exercício. Carvalho, *et al.* (2010) verificaram ainda que o total de ajustamentos de transição negativos efetuados ao resultado do exercício de 2004 é relativo a perdas por imparidade e é significativamente superior ao total dos ajustamentos pela anulação das respetivas amortizações, demonstrando, assim, que apesar de a mudança do tratamento contabilístico do *goodwill* apontar para um importante impacto positivo nos resultados das empresas, a não amortização do *goodwill* apenas gerará resultados superiores se da realização dos testes de imparidade não resultar uma perda superior à quantia da amortização do exercício segundo o normativo anterior.

Sá (2010) investigou o impacto da adoção da IAS 38 nos ativos intangíveis e, particularmente, nas despesas de investigação e desenvolvimento, numa amostra de 32 entidades cotadas na *Euronext Lisboa* no período de transição do POC para as IAS/IFRS. Da análise aos relatórios e contas consolidadas com referência ao ano de 2004, a autora constatou que na maioria das empresas ocorreram impactos significativos ao nível do valor global dos ativos intangíveis, concluindo que, no geral, a transição de normativos provocou um decréscimo do seu valor. Como principal causa deste impacto a autora aponta a diferença entre os dois normativos relativamente aos critérios de reconhecimento dos itens intangíveis, pois na transição apenas alguns destes foram reconhecidos como ativos, tendo sido desreconhecidos os itens que não satisfazem os critérios de reconhecimento previstos na IAS 38. Relativamente às despesas de investigação e desenvolvimento apresentadas no

balanço, a autora constatou que, no global, as mesmas sofreram uma diminuição. A autora concluiu que este decréscimo se verifica em cerca de 1/3 das empresas da amostra, que desreconheceu quantias desta rubrica precisamente por não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos na IAS 38.

Grenha, *et al.* (2009), com o objetivo de apurar o potencial impacto nas DF das empresas que viriam a estar sujeitas ao SNC, analisaram os impactos nas DF das entidades com valores cotados na *Euronext Lisboa* e que adotaram pela primeira vez as IAS/IFRS em 2005. Pela analogia traduzida na avaliação dos impactos da aplicação das IAS/IFRS, os autores constataram que não era de prever que em termos agregados viessem a existir impactos muito significativos, não sendo, no entanto, possível antever o impacto em cada uma das entidades que iria adotar o SNC.

Os estudos apresentados mostram que o processo de transição de normativos pode ter consequências importantes ao nível do capital próprio, dos resultados e dos indicadores económico financeiros e que, certamente, existirão determinadas rubricas onde esses efeitos são mais significativos.

Nos capítulos seguintes procede-se ao estudo do impacto da adoção da NCRF 6, de forma a aferir sobre os objetivos traçados podendo, quiçá, corroborar os estudos apresentados.

CAPÍTULO II – OBJETIVOS E METODOLOGIA

Ao longo do presente capítulo pretende-se apresentar os objetivos desta investigação e as questões de estudo. Apresenta-se igualmente a metodologia seguida para atingir os objetivos propostos, sendo descrita a caracterização da amostra objeto de estudo e a metodologia na recolha e tratamento de dados.

Objetivos

Exposto o tratamento contabilístico dos ativos intangíveis segundo os dois normativos e identificadas as alterações introduzidas e as principais diferenças entre os mesmos, pretende-se analisar o impacto da adoção da NCRF 6 do SNC em vigor em Portugal desde 1 de janeiro de 2010, isto é, analisar o impacto da adoção do SNC concretamente ao nível dos ativos intangíveis.

Portanto, considerando o quadro teórico que serviu de ponto de partida a esta investigação e o objetivo de estudo estabelecido, formularam-se as seguintes questões de estudo:

- *Como é que a adoção da NCRF 6 afetou o valor dos ativos intangíveis que figura no balanço de uma entidade?*
- *Como é que a adoção da NCRF 6, no tratamento contabilístico dos ativos intangíveis, afetou a posição financeira de uma entidade?*
- *Como é que a adoção da NCRF 6, no tratamento contabilístico dos ativos intangíveis, afetou o desempenho de uma entidade?*
- *Como é que a adoção da NCRF 6, no tratamento contabilístico dos ativos intangíveis, afetou os indicadores económico financeiros de uma entidade?*

Para obter as respostas às questões formuladas e atingir os objetivos propostos define-se de seguida a metodologia no tratamento de dados para cada uma das questões definidas.

Metodologia

Identificado o problema e as questões a ele associadas é necessário definir a metodologia a seguir para atingir os objetivos propostos. Pretendendo analisar o impacto da adoção da NCRF 6 foi escolhida uma amostra, constituída por empresas que até ao exercício de 2009 elaboraram e apresentaram as suas DF individuais de acordo com o POC e que, por força da transição de normativos, a partir de janeiro de 2010 passaram a apresentar as DF em conformidade com o SNC, e ainda que têm registados ativos intangíveis no seu balanço.

Na seleção das empresas a analisar foram considerados determinados critérios, nomeadamente:

- Procurou-se selecionar empresas que têm algum tipo de ativo intangível registado no balanço, não existindo qualquer restrição quanto ao tipo de ativo intangível, nem quanto à atividade desenvolvida ou à dimensão da empresa;
- Foram igualmente selecionadas empresas que apresentaram as suas DF individuais de acordo com o SNC pela primeira vez em 31 de dezembro de 2010, e que, aquando da apresentação destas, apresentaram, para efeitos comparativos, informação relativa ao exercício de 2009 reexpressa de forma a estar de acordo com o SNC;
- Por fim, foram privilegiadas empresas que disponibilizam as suas DF individuais *online*.

Assim, foram selecionadas para estudo as seguintes empresas portuguesas:

A Cipan, Companhia Industrial Produtora de Antibióticos, S.A. (Cipan, S.A.), com sede em Vala do Carregado – Castanheira do Ribatejo, que é uma entidade que tem como objeto social a fabricação de produtos farmacêuticos de base.

A Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (Inapa, S.A.), que é a sociedade dominante do Grupo Inapa. Com sede em Lisboa, tem por objeto social a propriedade e a gestão de bens móveis e imóveis, a tomada de participações no capital de outras empresas,

a exploração de estabelecimentos comerciais e industriais próprios ou alheios e a prestação de assistência às empresas em cujo capital participe.

A Lisgráfica, Impressão e Artes Gráficas, S.A. (Lisgráfica, S.A.), com sede em Queluz de Baixo, que é uma sociedade anónima que tem como atividade a impressão de revistas, jornais, boletins e listas telefónicas.

A Wavecom - Soluções Rádio, S.A. (Wavecom, S.A.), que é uma entidade com sede em Aveiro que tem como atividade a implementação de redes de comunicação digitais.

A Compta - Equipamentos e Serviços Informáticos, S.A. (Compta, S.A.), que é uma sociedade anónima com sede em Algés, que tem como atividade principal a comercialização de produtos de informática e prestação de serviços conexos.

A Oliveira & Irmão, S.A., que é uma entidade com sede em Aveiro que tem como atividade principal a fabricação de artigos de plástico para a construção. Tem ainda como atividades secundárias a comercialização por grosso de artigos sanitários, ferragens, tubagem para canalizações, entre outros, bem como a promoção imobiliária visando a conceção, construção, titularidade, comercialização, exploração comercial e gestão de patrimónios imobiliários diversos.

Após a definição da amostra e visto que a mesma não é representativa da população, optou-se por prosseguir o estudo com a metodologia do estudo de caso múltiplo, onde os casos em estudo são as empresas que compreendem a amostra. Neste sentido, Yin (2010) defende que para questões de estudo do tipo “como”, sobre fenómenos contemporâneos e sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controlo, o método de estudo de caso é geralmente a estratégia mais apropriada. Neste método a pesquisa tem como finalidade compreender um caso “*no seu todo e na sua unicidade*” (Coutinho, 2011, p. 293). Trata-se de um método de investigação que permite estudar um fenómeno em profundidade e no seu contexto da vida real, podendo assumir as variantes de estudo de caso único (quando um único fenómeno é estudado em profundidade) e de estudo de caso múltiplo (quando um estudo compreende mais de um único caso) (Yin, 2010).

Optou-se pela realização de um estudo de caso múltiplo pois, dadas as suas vantagens, considerou-se que este contribui com evidências mais enriquecedoras sobre o impacto da transição de normativos contabilísticos, as suas motivações e consequências. O estudo de caso múltiplo é visto geralmente como mais robusto (Herriot e Firestone (1983), *in* Yin, 2010), em relação ao estudo de caso único, e tem ainda como vantagens o facto de permitir verificar semelhanças e/ou diferenças entre os casos estudados, assim como observar complementaridade entre dois ou mais casos.

Existem algumas limitações comuns apontadas ao método de estudo de caso. Uma delas é a falta de rigor da pesquisa, comparativamente a outros métodos, quando o investigador é negligente, na medida em que permite que se sigam procedimentos sistemáticos ou permite a aceitação de evidências equivocadas. Como defende Yin (2010), possivelmente esta falta de rigor ocorre devido à inexistência de textos metodológicos que indiquem ao investigador os procedimentos específicos a seguir, ao contrário do que acontece com o uso de outros métodos. Outra limitação comum apontada aos estudos de caso é o facto de os seus resultados não permitirem a generalização para uma população, pois cada caso estudado é único e, por conseguinte, representa um contexto exclusivo. Contudo, como defendem alguns autores, o objetivo do método de estudo de caso não é generalizar os resultados para uma população (como acontece nos estudos estatísticos), mas sim demonstrar e generalizar teorias (Woodside, 2010; Yin, 2010).

A extensão de recursos e tempo que os estudos de caso exigem para a sua realização, comparativamente com outros métodos, é outra limitação comum apontada a este método. Esta limitação é ainda mais agravada na variante de estudo de caso múltiplo.

Considerou-se o estudo dos seis casos acima referidos suficiente para atingir os objetivos previamente estabelecidos, especialmente porque se esperava que as empresas estudadas iriam permitir observar os possíveis distintos desfechos que poderiam ocorrer como resultado da adoção da NCRF 6.

Neste propósito, a análise passou pela recolha de dados dos relatórios e contas das empresas em estudo, com referência ao exercício de 2009, especialmente do balanço e da

demonstração dos resultados individuais, complementados pelas suas notas anexas. Foram analisados os dados relativos ao exercício de 2009 elaborados segundo o POC e a informação referente ao mesmo período reexpressa nos termos do SNC, apresentada para efeitos comparativos nas DF respeitantes ao exercício de 2010. Foi escolhido o exercício de 2009 uma vez que para este período as DF são apresentadas segundo os dois normativos e, sendo a realidade subjacente à informação apresentada a mesma, este período permite a comparação apropriada entre os dois referenciais contabilísticos.

Para análise do impacto da adoção da NCRF 6 procedeu-se à análise de cada uma das empresas de forma individual, analisando para cada uma o impacto da adoção desta norma no valor dos ativos intangíveis, na posição financeira, no desempenho e nos indicadores económico financeiros.

De um modo geral, para cada empresa procedeu-se à comparação dos valores referentes ao exercício de 2009, de *ativos intangíveis*, *total do ativo*, *capital próprio*, *rendimentos resultantes de ativos intangíveis*, *gastos resultantes de ativos intangíveis* e *resultado líquido do exercício*, apresentados em POC com os respetivos valores apresentados em SNC. A análise consistiu numa abordagem descritiva dos dados.

Assim, procurou-se em primeiro lugar conhecer o impacto da adoção da NCRF 6 no valor dos ativos intangíveis que figura no balanço, demonstrando as suas motivações. Depois determinou-se o efeito da adoção desta norma no total do ativo e no capital próprio da entidade, concluindo-se sobre o impacto da sua aplicação na posição financeira da entidade. Paralelamente analisou-se o efeito global da transição de normativos nos totais do ativo e do capital próprio, o que permitiu avaliar o impacto da adoção da NCRF 6 na variação do total do ativo e na variação do capital próprio.

Para determinar como a adoção da NCRF 6 afetou o desempenho da entidade procedeu-se de forma idêntica. Assim, através da comparação dos rendimentos e gastos resultantes de ativos intangíveis segundo os dois normativos, observou-se o efeito da aplicação desta norma no desempenho da entidade. Posteriormente, analisou-se também o impacto da

transição de normativos no resultado líquido do exercício, bem como o contributo dos efeitos da adoção da NCRF 6 para a variação do resultado líquido do exercício da entidade. Dada a aceitação e credibilidade universal dos indicadores económico financeiros, ou rácios, visto que podem estar na base de decisões dos utilizadores da informação financeira, internos ou externos, reconheceu-se de interesse analisar o efeito da adoção da NCRF 6 em alguns destes indicadores.

Na escolha dos indicadores a analisar foram considerados aqueles que apresentam relações entre componentes do balanço e da demonstração dos resultados que sofreram alterações decorrentes da adoção da NCRF 6. Além disso, foram selecionados indicadores considerados relevantes para a generalidade dos utilizadores da informação financeira, usualmente utilizados quer na análise da rentabilidade e retorno de investimento, por parte de investidores (atuais e potenciais), quer na análise da capacidade de assumir obrigações e cumprir os compromissos assumidos, por parte de credores (por exemplo, instituições bancárias, instituições de leasing, fornecedores).

Deste modo, procedeu-se à análise dos indicadores de *Rendibilidade dos Capitais Próprios*, *Rendibilidade do Ativo*, *Autonomia Financeira*, *Endividamento* e *Solvabilidade*, sobre os quais se apresenta uma breve descrição no quadro 9.

Através da comparação dos valores em POC e em SNC dos indicadores económico financeiros selecionados para estudo, analisou-se o impacto da transição de normativos nos mesmos. Conhecido este impacto, procurou-se concluir sobre o efeito da adoção da NCRF 6 no valor dos indicadores. Para isso, calcularam-se os diferentes indicadores com base no SNC utilizando as respetivas componentes das DF corrigidas de forma a excluirmos o efeito da aplicação da NCRF 6, isto é, foram calculados os indicadores pressupondo a não aplicação desta norma. O efeito da aplicação da NCRF 6 no valor de cada um dos indicadores foi determinado através da diferença entre os valores obtidos com base no SNC e os valores apurados caso a NCRF 6 não fosse aplicada.

Todos os dados foram submetidos a análise com o auxílio do *software* Excel, do qual foram obtidas as diversas tabelas e gráficos apresentados.

Quadro 9 – Indicadores económico financeiros analisados

Rendibilidade dos Capitais Próprios $\frac{\text{RLE}}{\text{Capital Próprio}}$	Permite medir a rendibilidade dos capitais investidos, sendo a medida de eficiência privilegiada por acionistas ou investidores. Permite comparar as taxas de rendibilidade do mercado de capitais com a rendibilidade do capital próprio da entidade.
Rendibilidade do Ativo $\frac{\text{Resultado antes de juros e impostos}}{\text{Total do Ativo Líquido}}$	Indicador utilizado para avaliar o desempenho dos capitais totais investidos na empresa, isto é, avaliar a capacidade do ativo da entidade gerar lucro.
Autonomia Financeira $\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Ativo Líquido}}$	Trata-se de um indicador que possibilita informação sobre a capacidade da entidade financiar os ativos através dos seus capitais próprios, isto é, permite conhecer a parcela dos ativos da empresa que é financiada com capitais próprios. Quanto mais elevado for o seu valor, menor é a dependência da empresa de capitais alheios. Pelo contrário, um valor baixo indica uma grande dependência em relação aos credores, o que além dos riscos inerentes, pode ser desfavorável na negociação de novos financiamentos. O seu resultado deverá ser analisado conjuntamente com o rácio de endividamento.
Endividamento $\frac{\text{Total do Passivo}}{\text{Capitais Totais}}$	Permite avaliar o grau de dependência da entidade face a terceiros, traduzindo a extensão com que esta financia as suas atividades com capitais alheios (mede o peso dos capitais alheios no financiamento da atividade).
Solvabilidade $\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Passivo}}$	Permite avaliar a capacidade da entidade fazer face aos seus compromissos assumidos, isto é, avaliar o seu risco de insolvência. É utilizado para avaliar o risco, por parte dos seus credores, para futuras relações (por exemplo nas análises de risco para a concessão de crédito). Um valor próximo de 1 significa que o capital próprio da entidade é idêntico ao valor do seu passivo, isto é, que a entidade dispõe de capitais próprios suficientes para cobrir os seus passivos, traduzindo, assim, independência face a terceiros. Pelo contrário, um valor abaixo de 0,5 indica uma grande dependência da entidade face a terceiros e um grande risco para os seus credores.

Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO III – RESULTADOS

Apresentam-se neste capítulo os resultados do estudo. Segue-se, assim, a análise do impacto da adoção da NCRF 6 no valor dos ativos intangíveis, na posição financeira, no desempenho e nos indicadores económico financeiros para cada uma das empresas, de forma individual.

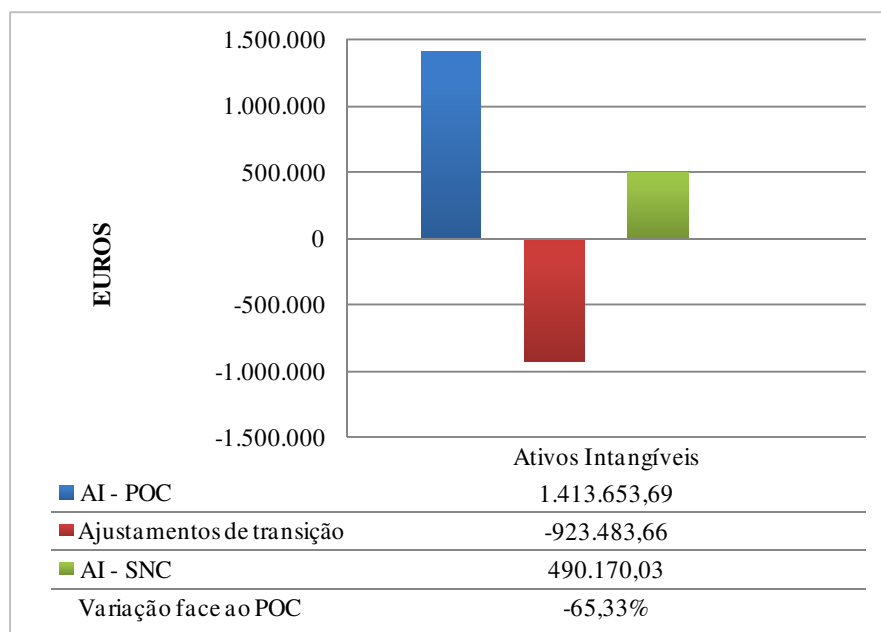
1. Caso CIPAN, S.A.

Os ativos intangíveis da Cipan, S.A. compreendem maioritariamente projetos de desenvolvimento.

Impacto da adoção da NCRF 6 no valor de ativos intangíveis

Com base nos balanços da empresa Cipan, S.A. obtiveram-se os dados representados no gráfico 1, onde se apresenta a variação do valor dos ativos intangíveis face à transição do POC para o SNC.

Gráfico 1 – Impacto no valor dos ativos intangíveis da Cipan, S.A.



No gráfico 1 pode-se observar que a transição do POC para o SNC teve um impacto negativo no valor dos ativos intangíveis da empresa. O valor dos ativos intangíveis registado no balanço segundo o POC é de 1.413.653,69€, enquanto segundo o SNC passa a ser de 490.170,03€. Assim, os ajustamentos de transição de normativos ascenderam a - 923.483,66€, o que provocou uma redução de 65,33% do valor dos ativos intangíveis relativamente ao POC. Esta variação do valor dos ativos intangíveis deve-se aos ajustamentos que se encontram discriminados na tabela 1, efetuados às diferentes rubricas que compõem os ativos intangíveis.

Tabela 1 – Ajustamentos efetuados a ativos intangíveis da Cipan, S.A.

	Ativo líquido em 31/12/2009 (€)		Ajustamentos/ Diferença (€)	Variação (%)	% na variação de AI
	POC	SNC			
Despesas de instalação	23.561,20	0,00	-23.561,20	-100,00%	2,55%
Projetos de desenvolvimento	1.206.440,65	393.434,98	-813.005,67	-67,39%	88,04%
Programas de computador	0,00	500,10	500,10	100,00%	-0,05%
Imobilizações em curso	183.651,84	96.234,95	-87.416,89	-47,60%	9,47%

As despesas de instalação foram eliminadas por não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos na NCRF 6. As mesmas foram totalmente desreconhecidas por contrapartida de resultados transitados, tendo este ajustamento contribuído com 2,55% para a diminuição do valor dos ativos intangíveis.

No que respeita a projetos de desenvolvimento, na transição do POC para o SNC as quantias que cumprem a definição e os critérios de reconhecimento previstos na NCRF 6 foram reclassificadas da rubrica em POC (*Despesas de investigação e desenvolvimento*) para a respetiva rubrica em SNC. A conta correspondente a esta rubrica em POC apresenta o valor de 1.206.440,65€, passando a ser, nos termos do SNC, de 393.434,98€. Este decréscimo resulta do facto de o SNC ser mais restritivo no reconhecimento das despesas de investigação e desenvolvimento face ao POC. Como as despesas de investigação não são reconhecidas como ativo em SNC, na transição de normativos estas despesas foram desreconhecidas. Quanto às despesas de desenvolvimento foram também desreconhecidas as que não cumprem a definição e os critérios de reconhecimento como ativo intangível previstos na NCRF 6.

Deste modo, além das reclassificações, foi ainda efetuado nesta rubrica um ajustamento de -813.005,67€, por contrapartida de resultados transitados, provocando uma redução de 67,39% do seu valor. Importa salientar que o fator dominante na redução do valor dos ativos intangíveis da Cipan, S.A. é o desreconhecimento de quantias registadas nesta rubrica, pois os ajustamentos efetuados à mesma representam 88,04% da diminuição do valor dos ativos intangíveis.

O reconhecimento de 500,10€ em programas de computador representa um aumento de 100% do valor desta rubrica, em relação ao POC, visto que em POC não existia nenhuma subconta específica de ativos intangíveis para estes itens. Trata-se do reconhecimento de itens que, segundo os PCGA anteriores, não eram reconhecidos como ativos intangíveis e que de acordo com a NCRF 6 devem ser reconhecidos como tal. Neste caso pode estar-se perante uma reclassificação de itens que anteriormente eram reconhecidos como ativos corpóreos (tangíveis) e que segundo o SNC passam a ser reconhecidos como ativos intangíveis (o que em termos do total do ativo e do capital próprio não tem qualquer impacto); ou perante o reconhecimento de itens que anteriormente não eram reconhecidos como ativos, por contrapartida de resultados transitados. Da análise da informação da empresa não foi possível verificar de que situação se trata. Presume-se que se a empresa tinha estes itens registados em imobilizado incorpóreo, à partida, efetuou a reclassificação referida. No entanto, mesmo tendo sido efetuada apenas a reclassificação, esta situação é também relevante para este estudo uma vez que se pretende analisar o impacto da transição apenas ao nível dos ativos intangíveis.

O reconhecimento nesta rubrica contribuiu para um impacto positivo no valor dos ativos intangíveis. Portanto, ainda que o valor dos ativos intangíveis tenha diminuído, este decréscimo seria agravado em 0,05% se não existisse o contributo positivo resultante do reconhecimento destes itens.

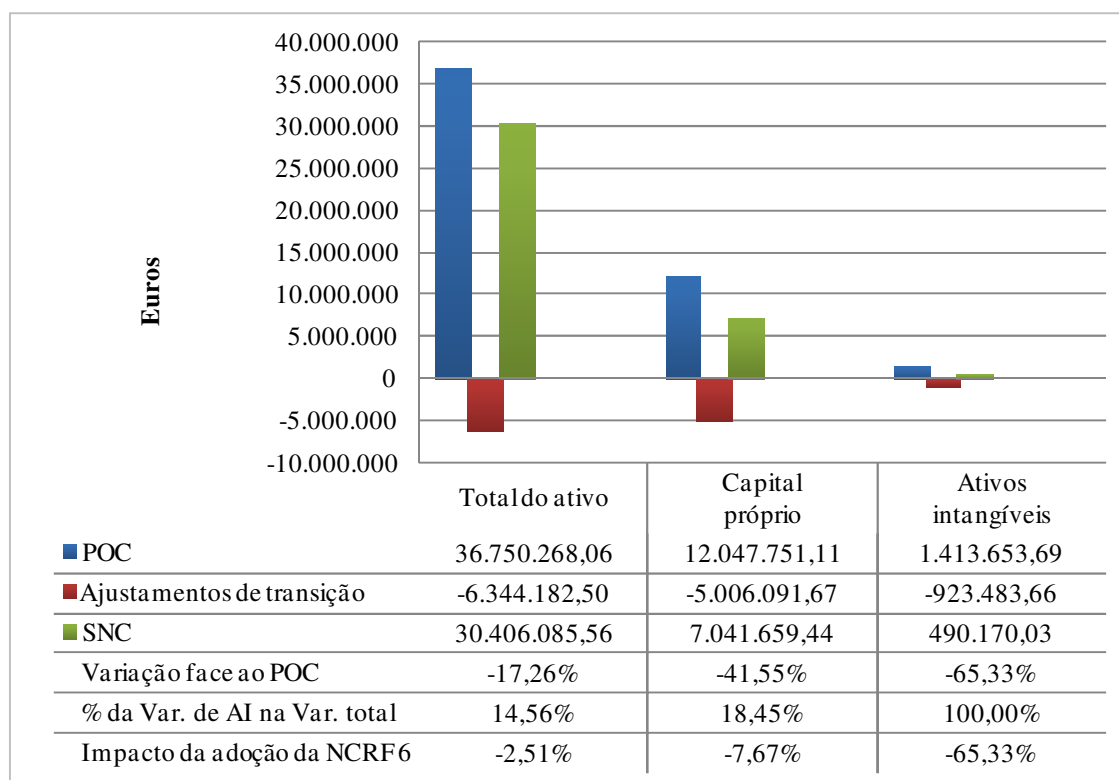
Foi também desreconhecida a quantia de 87.416,89€ da rubrica imobilizações em curso, provocando uma redução de 47,60% do seu valor relativamente ao POC. Este ajustamento deve-se ao facto de se encontrarem registados nesta conta itens que segundo a NCRF 6 não cumprem os critérios para serem reconhecidos como ativos intangíveis. Quanto aos

restantes itens foram reclassificados das rubricas POC para as rubricas SNC. Por fim, a variação do valor desta rubrica contribuiu com 9,47% para a diminuição do valor dos ativos intangíveis apresentado no balanço da entidade.

Impacto da adoção da NCRF 6 na posição financeira

O efeito da transição de normativos no total do ativo e no capital próprio é apresentado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Impacto no total do ativo, no capital próprio e nos AI da Cipan, S.A.



O gráfico 2 mostra que o total do ativo sofreu ajustamentos no valor de -6.344.182,50€, o que representa uma redução de 17,26% face ao POC. Verifica-se que a diminuição do valor dos ativos intangíveis contribuiu com 14,56% para a variação total do ativo da empresa. A adoção da NCRF 6 provoca, assim, uma redução de 2,51% do total do ativo da Cipan, S.A..

Quanto ao capital próprio da empresa, a transição de normativos provocou um decréscimo de 41,55% do seu valor. O valor do capital próprio passa de 12.047.751,11€ para 7.041.659,44€, sendo que cerca de 18,45% deste decréscimo deve-se aos ajustamentos efetuados a ativos intangíveis por contrapartida do capital próprio.

Com a adoção da NCRF 6 o capital próprio da entidade sofreu uma redução de 7,67%, concluindo-se que a adoção desta norma teve um impacto negativo na posição financeira da Cipan, S.A..

Impacto da adoção da NCRF 6 no desempenho

Comparando os rendimentos e gastos resultantes de ativos intangíveis em POC e em SNC, observou-se o efeito da transição nos resultados provenientes de ativos intangíveis, conforme a tabela 2 seguinte.

Tabela 2 – Impacto nos rendimentos e gastos resultantes de AI da Cipan, S.A..

	POC	SNC	Diferença
Reversão de amortizações de AI	33.896,79	0,00	-33.896,79
Reversão de perdas por imparidade de AI	0,00	386.315,65	386.315,65
Ganhos em AI	0,00	0,00	0,00
<i>Rendimentos resultantes de AI</i>	33.896,79	386.315,65	352.418,86
Amortizações do exercício de AI	468.025,48	586.853,40	118.827,92
Perdas por imparidade de AI	0,00	0,00	0,00
Perdas em AI	0,00	0,00	0,00
<i>Gastos resultantes de AI</i>	468.025,48	586.853,40	118.827,92
<i>Resultados provenientes de AI</i>	-434.128,69	-200.537,75	233.590,94

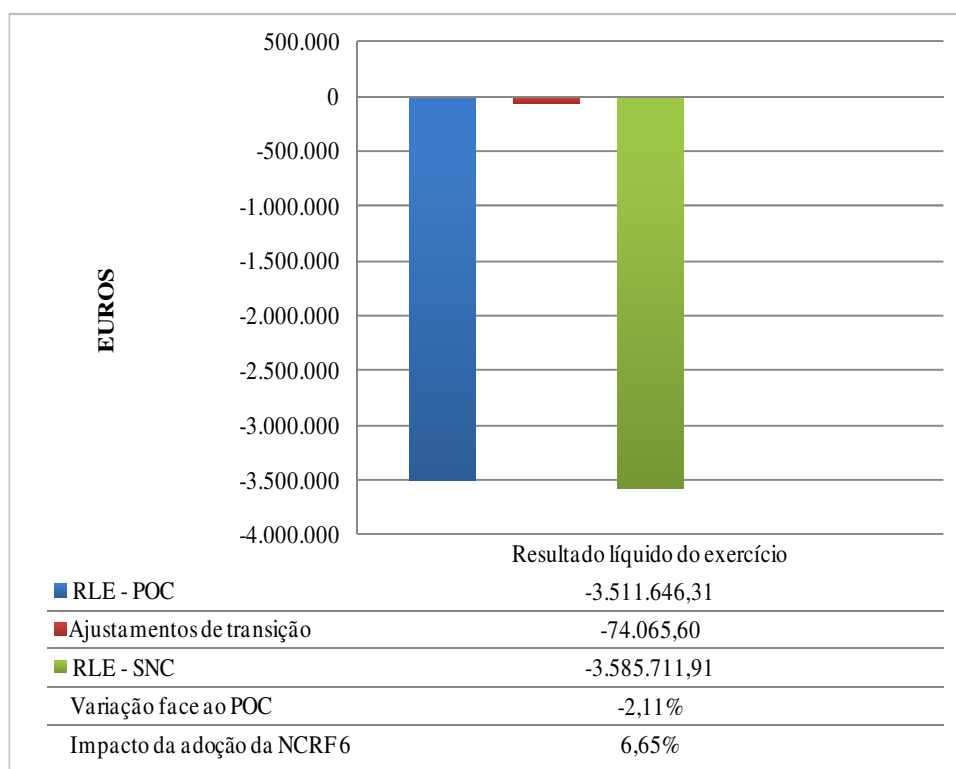
Montantes expressos em Euros (€)

Verificou-se que os rendimentos resultantes de ativos intangíveis aumentaram 352.418,86€ face ao POC. Este aumento deve-se principalmente à reversão de perdas por imparidade no valor de 386.315,65€ reconhecida nos termos do SNC, referente a projetos de desenvolvimento. Sobre os procedimentos e bases utilizadas na realização dos testes de imparidade constatou-se que não foi divulgada qualquer informação pela empresa.

Por outro lado, com a transição de normativos foi desreconhecida a quantia de 33.896,79€ respeitante a reversões de amortizações de ativos intangíveis, provocando um efeito negativo nos resultados. Os gastos resultantes de ativos intangíveis aumentam devido ao aumento das amortizações do exercício no valor de 118.827,92€, o que também tem um efeito negativo nos resultados. Deste modo, como mostra a tabela 2, a adoção da NCRF 6 provocou um aumento nos resultados provenientes de ativos intangíveis e, consequentemente, no resultado líquido do exercício, no valor de 233.590,94€.

O impacto da adoção do SNC ao nível da demonstração dos resultados encontra-se representado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Impacto da transição no Resultado líquido do exercício da Cipan, S.A.



O resultado líquido do exercício em POC é de -3.511.646,31€ enquanto que com a adoção do SNC passa a ser de -3.585.711,91€. Portanto, foram efetuados ajustamentos ao resultado líquido do exercício no valor de -74.065,60€, o que corresponde a uma redução de 2,11%.

Embora da transição do POC para o SNC se verifique um impacto negativo no resultado líquido do exercício, este podia ter sido agravado se não existisse o contributo positivo dos ajustamentos relacionados com rendimentos e gastos resultantes de ativos intangíveis.

Concluiu-se assim que a adoção da NCRF 6 afetou de forma positiva o desempenho da Cipan, S.A., provocando um aumento de 6,65% do seu resultado líquido do exercício.

Impacto da adoção da NCRF 6 nos indicadores económico financeiros

O impacto da transição de normativos nos indicadores económico financeiros selecionados para estudo apresenta-se na tabela 3.

Tabela 3 – Impacto da transição nos indicadores económico financeiros da Cipan, S.A.

		POC	SNC	Diferença
Rendibilidade dos Capitais Próprios	$\frac{\text{RLE}}{\text{Capital Próprio}}$	-29,15%	-50,92%	-21,77%
Rendibilidade do Ativo	$\frac{\text{Resultado antes de juros e impostos}}{\text{Total do Ativo Líquido}}$	-9,62%	-9,94%	-0,31%
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Ativo Líquido}}$	32,78%	23,16%	-9,62%
Endividamento	$\frac{\text{Total do Passivo}}{\text{Capitais Totais}}$	67,22%	76,84%	9,62%
Solvabilidade	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Passivo}}$	0,49	0,30	-0,19

Como se pode observar na tabela, no que diz respeito aos indicadores analisados a aplicação de diferentes normativos determina valores mais reduzidos, exceto quanto ao indicador de endividamento que sofre um aumento de quase 10%.

Verifica-se que a adoção do SNC influenciou significativamente a rendibilidade dos capitais próprios da empresa, sendo que esta sofreu uma redução de 21,77%. Quanto à rendibilidade do ativo da empresa verifica-se apenas uma diminuição de 0,31% decorrente da transição de normativos.

Da passagem do POC para o SNC resulta também uma redução da autonomia financeira, isto é, uma diminuição da independência face a terceiros. A parte dos ativos financiados por capitais próprios passa de 32,78% para apenas 23,16%, o que significa uma diminuição de 9,62%. Desta forma, através da aplicação do SNC o rácio de endividamento da empresa traduz um aumento de 9,62%.

Em termos de solvabilidade verifica-se também uma diminuição do valor deste rácio de 0,19 decorrente da transição de normativos, relevando um agravamento da capacidade da empresa para cumprir as suas responsabilidades assumidas.

A adoção da NCRF 6 teve repercussões no impacto verificado nos indicadores, face ao impacto que provocou no total do ativo, no capital próprio e no resultado líquido do exercício da entidade. Os efeitos da aplicação da NCRF 6 nos indicadores da entidade analisados encontram-se apresentados na tabela 4.

Tabela 4 – Efeito da aplicação da NCRF 6 nos indicadores da Cipan, S.A.

	SNC	SNC, excluindo aplicação da NCRF 6	Efeito da aplicação da NCRF 6	% na diferença POC/SNC
Rendibilidade dos Capitais Próprios	-50,92%	-47,95%	-2,97%	13,65%
Rendibilidade do Ativo	-9,94%	-10,39%	0,45%	-144,65%
Autonomia Financeira	23,16%	25,42%	-2,27%	23,53%
Endividamento	76,84%	74,58%	2,27%	23,53%
Solvabilidade	0,30	0,34	-0,04	21,21%

Assim, caso a NCRF 6 não tivesse sido aplicada o indicador de rendibilidade dos capitais próprios da empresa apresentaria um valor de -47,95%, ou seja, seria ligeiramente superior. Verifica-se, assim, que a aplicação desta norma provoca uma redução de 2,97% do valor do indicador de rendibilidade dos capitais próprios. Quanto à rendibilidade do ativo, considerando a não aplicação da NCRF 6, a mesma seria de -10,39%, pelo que a aplicação da norma provoca um aumento de 0,45% no valor deste indicador.

Como a autonomia financeira seria superior, visto que apresentaria um valor de 25,42% em vez dos 23,16%, conclui-se que a aplicação da NCRF 6 tem um efeito negativo neste indicador, provocando uma redução de 2,27%. Sendo assim, e como se pode verificar, a adoção desta norma provoca um aumento de 2,27% do indicador de endividamento da empresa. Quanto à solvabilidade, a aplicação da NCRF 6 provoca uma redução de 0,04, pois caso não fosse aplicada este indicador seria de 0,34 e não de 0,30.

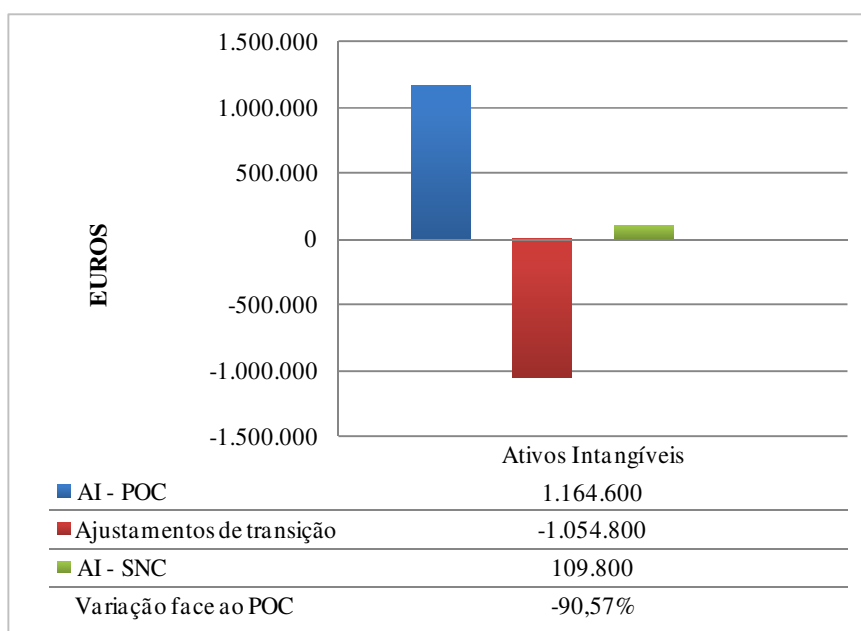
Concluiu-se que o impacto da aplicação da NCRF 6 na variação verificada nos indicadores da Cipan, S.A foi significativo, principalmente ao nível dos indicadores de autonomia financeira, endividamento e solvabilidade, para os quais a aplicação da NCRF 6 contribui com mais de 20% para a variação ocorrida.

2. Caso INAPA, S.A.

Impacto da adoção da NCRF 6 no valor de ativos intangíveis

A variação do valor dos ativos intangíveis da Inapa, S.A. face à transição do POC para o SNC encontra-se representada no gráfico 4.

Gráfico 4 – Impacto no valor dos ativos intangíveis da Inapa, S.A.



Como se pode observar no gráfico a transição de normativos teve um impacto negativo no valor dos ativos intangíveis da entidade. Segundo o POC a rubrica correspondente a ativos intangíveis apresenta o valor de 1.164.600€, sendo que nos termos do SNC a mesma rubrica passa a ser de apenas 109.800€. Os ajustamentos de transição de normativos ascenderam, assim, a -1.054.800€, o que significa uma redução de 90,57% do valor dos ativos intangíveis. Na tabela 5 apresentam-se os ajustamentos efetuados às diferentes rubricas de ativos intangíveis que justificam esta variação.

Tabela 5 – Ajustamentos efetuados a ativos intangíveis da Inapa, S.A.

	Ativo líquido em 31/12/2009 (€)		Ajustamentos/ Diferença (€)	Variação (%)	% na variação de AI
	POC	SNC			
Despesas de instalação	1.091.200	0	-1.091.200	-100,00%	103,45%
Projetos de desenvolvimento	18.000	0	-18.000	-100,00%	1,71%
Propriedade Industrial	48.200	0	-48.200	-100,00%	4,57%
Imobilizações em curso	7.200	7.200	0	0,00%	0,00%
Programas de computador	0	54.400	54.400	100,00%	-5,16%
Outros ativos intangíveis	0	48.200	48.200	100,00%	-4,57%

As despesas de instalação foram totalmente desreconhecidas, -1.091.200€, por contrapartida de resultados transitados, por não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos na NCRF 6. Os ajustamentos efetuados a esta rubrica representam, desta forma, cerca de 103% da diminuição do valor dos ativos intangíveis da entidade. Verificou-se também que a redução dos ativos intangíveis da entidade deve-se essencialmente aos ajustamentos efetuados a esta rubrica.

A tabela mostra que foram ainda totalmente desreconhecidas as quantias respeitantes à rubrica de projetos de desenvolvimento. Tal justifica-se pelas restrições determinadas pelo SNC, já referidas, relativamente ao reconhecimento das despesas de investigação e desenvolvimento. Na transição de normativos foi efetuado um ajustamento a esta rubrica no valor de -18.000€, provocando uma redução de 1,71% do valor dos ativos intangíveis.

Verifica-se que as quantias que constam em POC na rubrica de propriedade industrial foram reclassificadas para a rubrica de outros ativos intangíveis em SNC, o que não traduz qualquer impacto no valor dos ativos intangíveis da empresa.

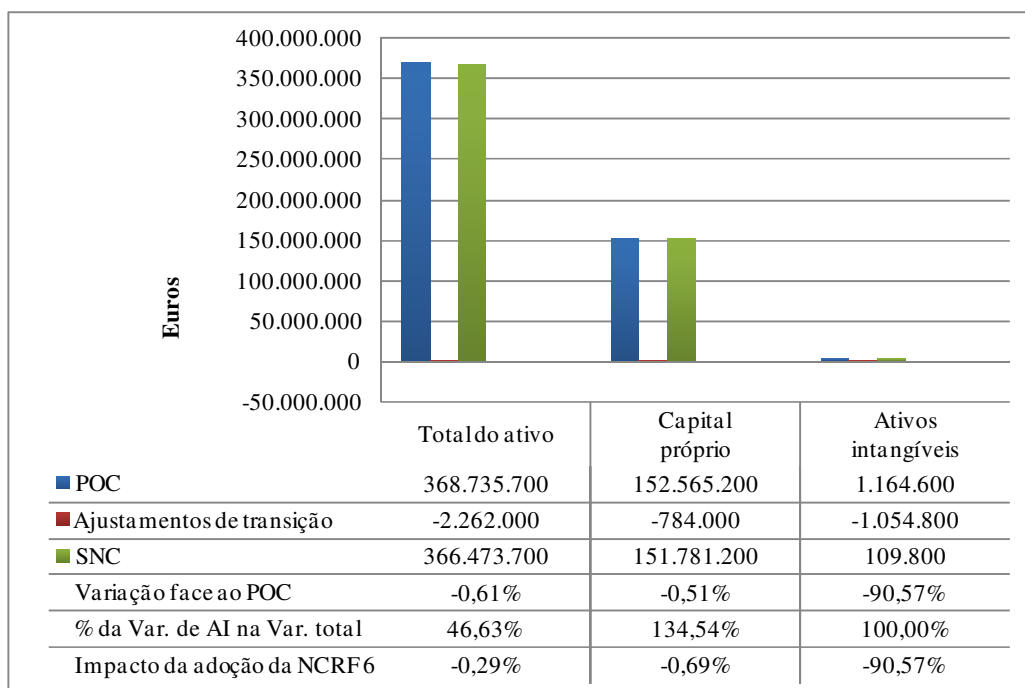
A quantia de 54.400€ reconhecida em programas de computador representa um aumento de 100% do valor desta rubrica, pois em POC não existia nenhuma subconta específica de ativos intangíveis para estes itens. Da análise à informação sobre ativos tangíveis divulgada pela empresa, verificou-se que não foram registadas transferências de ativos tangíveis para intangíveis, pelo que se pressupõe que este reconhecimento não diz respeito a uma reclassificação de itens, de ativos tangíveis para intangíveis, mas sim ao reconhecimento de itens que segundo os PCGA anteriores não eram reconhecidos como ativos e que de acordo com a NCRF 6 devem ser reconhecidos como ativos intangíveis.

O ajustamento efetuado nesta rubrica teve, assim, um impacto positivo no valor dos ativos intangíveis, sendo que o decréscimo verificado no valor dos ativos intangíveis da Inapa, S.A. seria agravado em cerca de 5% se não existisse o contributo positivo resultante do reconhecimento destes itens.

Impacto da adoção da NCRF 6 na posição financeira

O efeito da transição de normativos no total do ativo e no capital próprio da Inapa, S.A. é apresentado no gráfico 5.

Gráfico 5 – Impacto no total do ativo, no capital próprio e nos AI da Inapa, S.A.



Como se pode observar no gráfico anterior, verifica-se que os ajustamentos de transição efetuados ao total do ativo ascendem a -2.262.000€, o que significa um decréscimo de apenas 0,61% do seu valor. Os ajustamentos efetuados aos ativos intangíveis têm um contributo considerável para o impacto negativo no total do ativo, já que a redução do seu valor contribui para uma diminuição de 46,63% do total do ativo.

Ao capital próprio da Inapa, S.A. foram efetuados ajustamentos no valor de -784.000€, o que provocou uma redução de 0,51%. Nesta redução, o decréscimo do valor dos ativos intangíveis representa cerca de 134%,

O gráfico 5 mostra que adoção da NCRF 6 provoca uma redução de cerca de 0,29% do total do ativo e de cerca de 0,69% do capital próprio da entidade, concluindo-se que a adoção desta norma afetou de forma negativa a posição financeira da Inapa, S.A.

Impacto da adoção da NCRF 6 no desempenho

O efeito da transição nos resultados provenientes de ativos intangíveis da Inapa, S.A. é apresentado na tabela 6 que se segue.

Tabela 6 – Impacto nos rendimentos e gastos resultantes de AI da Inapa, S.A.

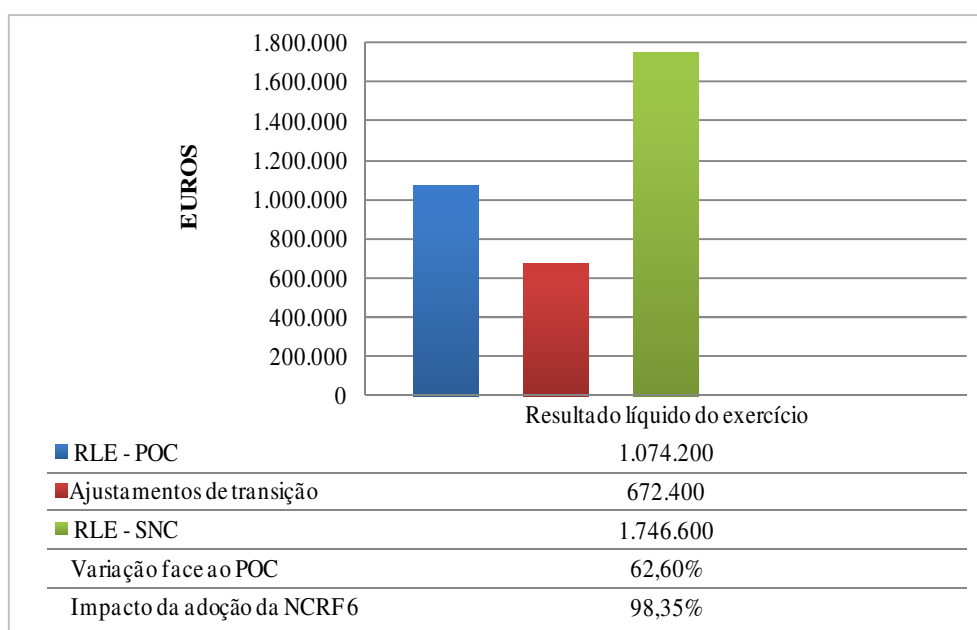
	POC	SNC	Diferença
Reversão de amortizações de AI	0	0	0
Reversão de perdas por imparidade de AI	0	0	0
Ganhos em AI	0	0	0
<i>Rendimentos resultantes de AI</i>	0	0	0
Amortizações do exercício de AI	1.113.200	56.700	-1.056.500
Perdas por imparidade de AI	0	0	0
Perdas em AI	0	0	0
<i>Gastos resultantes de AI</i>	1.113.200	56.700	-1.056.500
<i>Resultados provenientes de AI</i>	-1.113.200	-56.700	1.056.500

Montantes expressos em Euros (€)

Com a transição de normativos os gastos resultantes de ativos intangíveis diminuíram 1.056.500€ face ao POC, decréscimo que diz respeito apenas às amortizações do exercício de ativos intangíveis e que se verifica em consequência de os itens que lhes estavam subjacentes terem sido desreconhecidos.

Como se pode verificar na tabela 6, a adoção da NCRF 6 teve um impacto positivo nos resultados provenientes de ativos intangíveis da Inapa, S.A. e, consequentemente, no resultado líquido do exercício, no valor de 1.056.500€. Ao nível da demonstração dos resultados, o impacto da adoção do SNC demonstra-se no gráfico 6.

Gráfico 6 – Impacto da transição no Resultado líquido do exercício da Inapa, S.A.



O gráfico 6 mostra um impacto positivo no resultado líquido do exercício decorrente da transição de normativos. O resultado líquido do exercício em POC é de 1.074.200€, enquanto com a adoção do SNC passa a ser de 1.746.600€. Foram efetuados ajustamentos ao resultado líquido do exercício no valor de 672.400€, o que corresponde a um aumento de 62,60%.

Assim, concluiu-se que a adoção da NCRF 6 afetou significativamente de forma positiva o desempenho financeiro da Inapa, S.A., provocando um aumento de 98,35% do seu resultado líquido do exercício.

Impacto da adoção da NCRF 6 nos indicadores económico financeiros

Na tabela 7 apresenta-se o impacto da transição de normativos nos indicadores económico financeiros da Inapa, S.A..

Tabela 7 – Impacto da transição nos indicadores económico financeiros da Inapa, S.A.

		POC	SNC	Diferença
Rendibilidade dos Capitais Próprios	$\frac{\text{RLE}}{\text{Capital Próprio}}$	0,70%	1,15%	0,45%
Rendibilidade do Ativo	$\frac{\text{Resultado antes de juros e impostos}}{\text{Total do Ativo Líquido}}$	1,69%	2,84%	1,15%
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Ativo Líquido}}$	41,38%	41,42%	0,04%
Endividamento	$\frac{\text{Total do Passivo}}{\text{Capitais Totais}}$	58,62%	58,58%	-0,04%
Solvabilidade	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Passivo}}$	0,71	0,71	0,00

Como se pode constatar a transição de normativos não teve um impacto significativo nos indicadores analisados. A aplicação do SNC determina valores ligeiramente superiores, exceto quanto ao indicador de endividamento, que sofre uma ligeira diminuição, quase nula, e quanto ao indicador de solvabilidade no qual a sua aplicação não teve qualquer efeito. Os efeitos da aplicação da NCRF 6 nos indicadores analisados mostram-se na tabela 8 a seguir apresentada.

Tabela 8 – Efeito da aplicação da NCRF 6 nos indicadores da Inapa, S.A.

	SNC	SNC, excluindo aplicação da NCRF 6	Efeito da aplicação da NCRF 6	% na diferença POC/SNC
Rendibilidade dos Capitais Próprios	1,15%	0,45%	0,70%	156,55%
Rendibilidade do Ativo	2,84%	2,55%	0,30%	25,69%
Autonomia Financeira	41,42%	41,58%	-0,17%	-405,62%
Endividamento	58,58%	58,42%	0,17%	-405,73%
Solvabilidade	0,71	0,71	0,00	0,00

Excluindo a aplicação da NCRF 6, o valor do indicador de rendibilidade dos capitais próprios da empresa seria inferior em 0,70%. Portanto, a aplicação da norma provocou um aumento de 0,70%, sendo que este aumento representa cerca de 156% do aumento verificado decorrente da adoção do SNC. A rendibilidade do ativo seria também inferior caso a NCRF 6 não fosse aplicada, em apenas 0,30%, verificando-se que o aumento provocado pela adoção da NCRF 6 contribui com 25% para o aumento verificado da passagem do POC para o SNC.

A aplicação da NCRF 6 provocou ainda um ligeiro agravamento dos indicadores de autonomia financeira e de endividamento, cerca de 0,17%, o que significa que caso não tivesse sido aplicada a autonomia financeira seria ligeiramente superior e, pelo contrário, o indicador de endividamento seria ligeiramente inferior.

Assim, concluiu-se que, embora a transição do POC para o SNC não tenha impactos relevantes nos indicadores analisados, a aplicação da NCRF 6 teve um contributo considerável para as variações ocorridas.

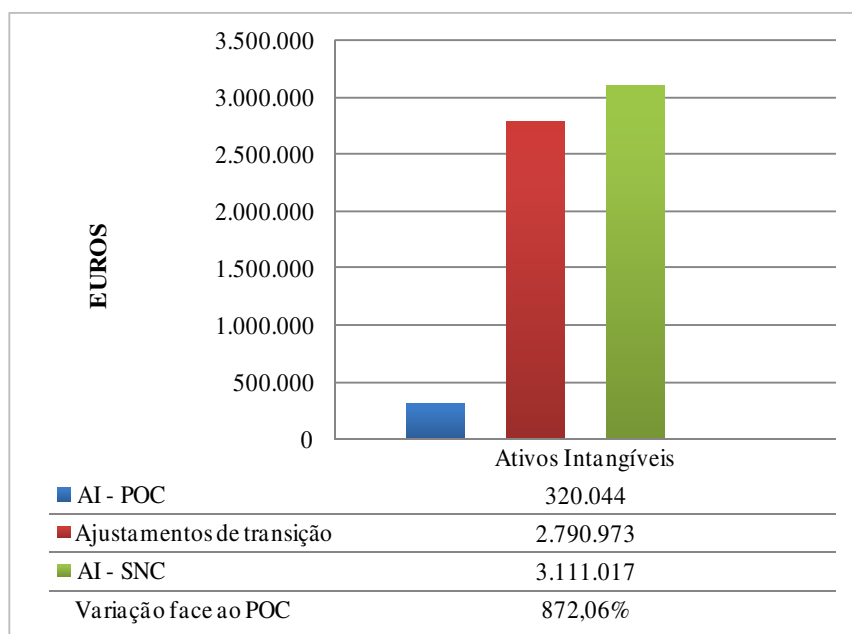
3. Caso *LISGRÁFICA, S.A.*

Os ativos intangíveis da Lisgráfica, S.A. compreendem programas de computador e direitos contratuais de clientes adquiridos (incluídos na rubrica de outros ativos intangíveis).

Impacto da adoção da NCRF 6 no valor de ativos intangíveis

No gráfico 7 pode observar-se que a transição do POC para o SNC teve um impacto positivo no valor dos ativos intangíveis da Lisgráfica, S.A..

Gráfico 7 – Impacto no valor dos ativos intangíveis da Lisgráfica, S.A.



Segundo o POC o valor dos ativos intangíveis é de 320.044€, enquanto segundo o SNC passa a ser de 3.111.017€. Os ajustamentos de transição de normativos ascenderam a 2.790.973€, representando um aumento de cerca de 872% do valor dos ativos intangíveis. Estes ajustamentos são discriminados na tabela 9 que se segue.

Tabela 9 – Ajustamentos efetuados a ativos intangíveis da Lisgráfica, S.A.

	Ativo líquido em 31/12/2009 (€)		Ajustamentos/ Diferença (€)	Variação (%)	% na variação de AI
	POC	SNC			
Despesas de instalação	320.044	0	-320.044	-100%	-11,47%
Programas de computador	0	524.190	524.190	100%	18,78%
Outros ativos intangíveis	0	2.586.827	2.586.827	100%	92,69%

Como de acordo com a NCRF 6 não é permitida a capitalização de despesas de instalação, os respetivos montantes foram totalmente desreconhecidos, por contrapartida de resultados transitados. Este ajustamento nas despesas de instalação contribuiu para um impacto negativo no valor dos ativos intangíveis, tendo agravado o seu valor em 11,47%.

Foi efetuada uma reclassificação, da rubrica de ativos tangíveis para ativos intangíveis, dos *softwares* de computadores que não sejam parte integrante dos *hardwares*. Assim, com a adoção do SNC foi reconhecido o montante de 524.190€ em programas de computador, o

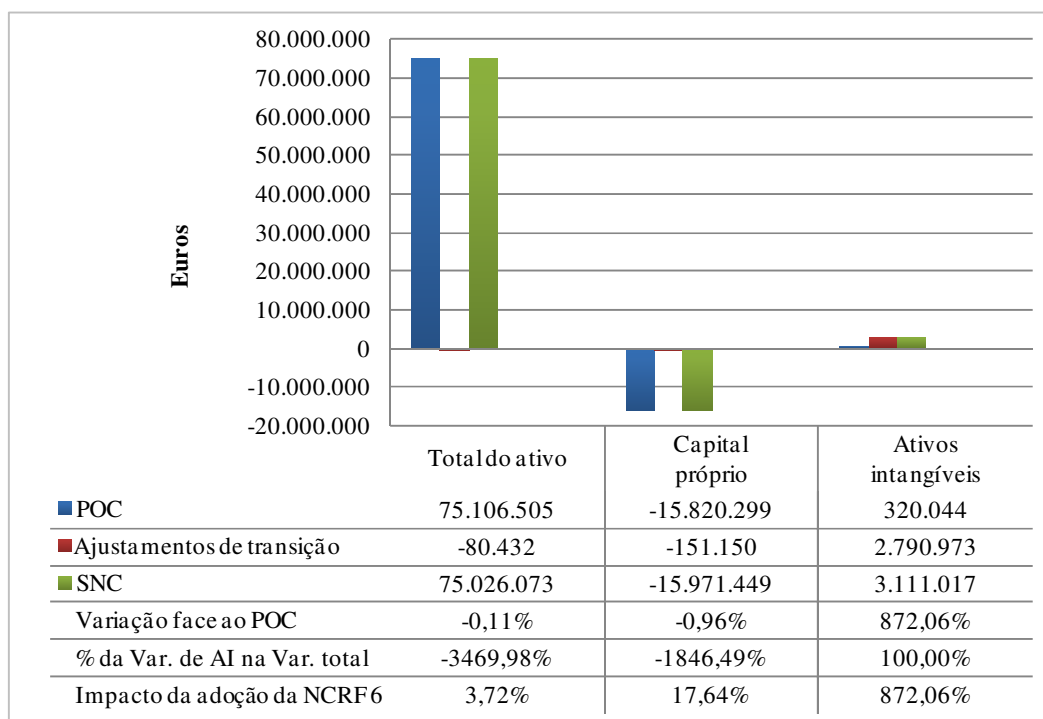
que traduz um aumento de 100% do valor desta rubrica face ao POC. O reconhecimento destes itens contribuiu com 18,78% para o aumento do valor dos ativos intangíveis da Lisgráfica, S.A.. No entanto, o reconhecimento destes itens não tem qualquer impacto no total do ativo ou no capital próprio da entidade.

A rubrica de outros ativos intangíveis, que compreende direitos contratuais de impressão adquiridos a terceiros, sofreu um aumento de 100% relativamente ao POC. Foi reconhecida nesta rubrica a quantia de 2.586.827€ respeitante a itens que segundo o POC não eram reconhecidos como ativos intangíveis e que de acordo com a NCRF 6 devem ser reconhecidos como tal. O aumento do valor dos ativos intangíveis da Lisgráfica, S.A. deve-se essencialmente ao reconhecimento destes itens, visto que o ajustamento efetuado nesta rubrica representa cerca de 92,69% do aumento verificado.

Impacto da adoção da NCRF 6 na posição financeira

Como se pode observar no gráfico 8, a transição de normativos teve um impacto negativo no valor do total do ativo e do capital próprio da Lisgráfica, S.A..

Gráfico 8 – Impacto no total do ativo, no capital próprio e nos AI da Lisgráfica, S.A.



Com a transição de normativos o valor do total do ativo da Lisgráfica, S.A. diminui de 75.106.505€ para 75.026.073€, tendo sido efetuados ajustamentos no valor de -80.432€. O total do ativo sofreu, assim, uma redução de apenas 0,11%. Porém, este impacto negativo no valor do ativo teria sido agravado se não existisse o contributo positivo dos ajustamentos relacionados com ativos intangíveis no montante de 2.790.973€. O capital próprio da empresa sofre também ajustamentos no valor de -151.150€, o que corresponde a uma redução de 0,96%, que seria igualmente agravada sem o contributo positivo dos ajustamentos relacionados com ativos intangíveis.

Através do gráfico 8 constata-se que a adoção da NCRF 6 provocou um aumento de cerca de 3,72% do total do ativo e um aumento de cerca de 17,64% do capital próprio da Lisgráfica, S.A.. Assim, concluiu-se que, embora o impacto da transição de normativos no total do ativo e no capital próprio da Lisgráfica, S.A. seja negativo, a adoção da NCRF 6 afetou de forma positiva a posição financeira da entidade.

Impacto da adoção da NCRF 6 no desempenho

O impacto da aplicação da NCRF 6 nos resultados da entidade é analisado através da tabela 10 a seguir apresentada.

Tabela 10 – Impacto nos rendimentos e gastos resultantes de AI da Lisgráfica, S.A.

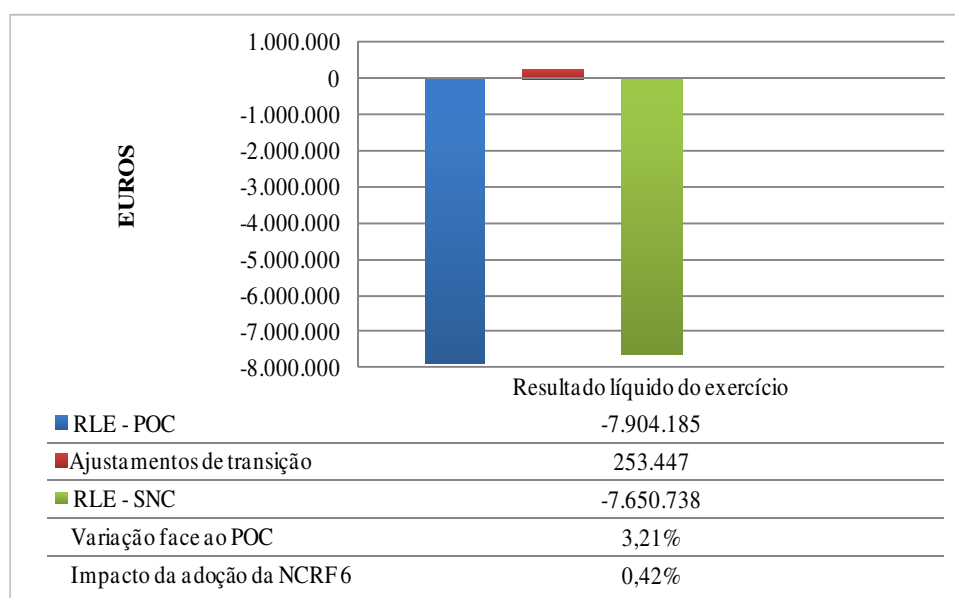
	POC	SNC	Diferença
Reversão de amortizações de AI	0	0	0
Reversão de perdas por imparidade de AI	0	0	0
Ganhos em AI	0	0	0
<i>Rendimentos resultantes de AI</i>	0	0	0
Amortizações do exercício de AI	253.448	220.450	-32.998
Perdas por imparidade de AI	0	0	0
Perdas em AI	0	0	0
<i>Gastos resultantes de AI</i>	253.448	220.450	-32.998
<i>Resultados provenientes de AI</i>	-253.448	-220.450	32.998

Montantes expressos em Euros (€)

Verifica-se que a aplicação da NCRF 6 implicou uma diminuição dos gastos resultantes de ativos intangíveis no montante de 32.998€, concretamente de gastos com amortizações do exercício, que se prende com o desreconhecimento dos itens que lhes estavam subjacentes. Este decréscimo conduz a um aumento nos resultados da Lisgráfica, S.A. por esse valor, não se tendo verificado quaisquer alterações aos restantes rendimentos ou gastos resultantes de ativos intangíveis, como mostra a tabela 10.

O impacto da adoção do SNC ao nível da demonstração dos resultados encontra-se representado no gráfico 9.

Gráfico 9 – Impacto da transição no Resultado líquido do exercício da Lisgráfica, S.A.



O gráfico mostra que a transição de normativos teve um impacto positivo no desempenho da Lisgráfica, S.A.. Através da aplicação do SNC o resultado líquido do exercício sofre ajustamentos no valor de 253.447€ (dos quais 32.998€ dizem respeito a ativos intangíveis), passando a ser de -7.650.748€, o que significa um aumento de cerca de 3,21%.

Face ao exposto, concluiu-se que a adoção da NCRF 6 afetou de forma positiva o desempenho financeiro da Lisgráfica, S.A., provocando um aumento de cerca de 0,42% do seu resultado líquido do exercício.

Impacto da adoção da NCRF 6 nos indicadores económico financeiros

O impacto da transição de normativos nos indicadores económico financeiros da Lisgráfica, S.A. apresenta-se na tabela 11.

Tabela 11 – Impacto da transição nos indicadores económico financeiros da Lisgráfica, S.A.

		POC	SNC	Diferença
Rendibilidade dos Capitais Próprios	$\frac{\text{RLE}}{\text{Capital Próprio}}$	49,96%	47,90%	-2,06%
Rendibilidade do Ativo	$\frac{\text{Resultado antes de juros e impostos}}{\text{Total do Ativo Líquido}}$	-4,74%	-6,33%	-1,59%
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Ativo Líquido}}$	-21,06%	-21,29%	-0,22%
Endividamento	$\frac{\text{Total do Passivo}}{\text{Capitais Totais}}$	121,06%	121,29%	0,22%
Solvabilidade	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Passivo}}$	-0,17	-0,18	-0,01

Na tabela 11 pode observar-se que a transição de normativos não teve impactos relevantes nos indicadores analisados, verificando-se que a aplicação do SNC determina valores ligeiramente inferiores, exceto quanto ao indicador de endividamento que sofre um aumento de apenas 0,22%. O efeito da adoção da NCRF 6 nos indicadores é analisado de seguida.

Tabela 12 – Efeito da aplicação da NCRF 6 nos indicadores da Lisgráfica, S.A.

	SNC	SNC, excluindo aplicação da NCRF 6	Efeito da aplicação da NCRF 6	% na diferença POC/SNC
Rendibilidade dos Capitais Próprios	47,90%	40,95%	6,95%	-337,42%
Rendibilidade do Ativo	-6,33%	-6,62%	0,29%	-18,28%
Autonomia Financeira	-21,29%	-25,97%	4,69%	-2091,65%
Endividamento	121,29%	125,97%	-4,69%	-2091,65%
Solvabilidade	-0,18	-0,21	-0,03	306,71%

Sendo assim, a tabela 12 mostra que a aplicação da NCRF 6 provocou um aumento de cerca de 6,95% do indicador de rendibilidade dos capitais próprios, uma vez que segundo o SNC este indicador apresenta o valor de 47,90% e excluindo a aplicação desta norma seria apenas de 40,95%.

A aplicação da NCRF 6 contribuiu ainda para um aumento dos indicadores de rendibilidade do ativo e de autonomia financeira, de respetivamente 0,29% e 4,69%, bem como para uma redução dos indicadores de endividamento e de solvabilidade no valor de 4,69% e 0,03 respetivamente.

Apesar de não terem ocorrido impactos relevantes da transição de normativos nos indicadores da Lisgráfica, S.A. analisados, a adoção da NCRF 6 tem um efeito significativo na variação apurada. Por um lado, o contributo positivo decorrente da aplicação da NCRF 6 nos indicadores de rendibilidade dos capitais próprios, de rendibilidade do ativo e de autonomia financeira atenuou o impacto negativo decorrente da transição do POC para o SNC. De forma semelhante, também a aplicação da norma permitiu reduzir o aumento provocado pela transição de normativos no indicador de endividamento. Por outro lado, a aplicação da NCRF 6 contribui com cerca de 306% para o ligeiro decréscimo verificado no indicador de solvabilidade da passagem do POC para o SNC.

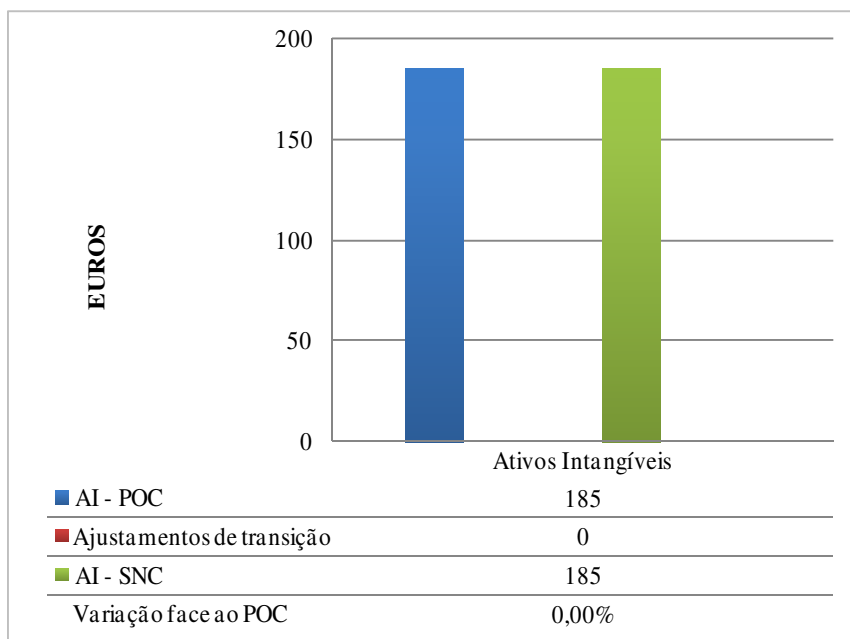
4. Caso WAVECOM, S.A.

Os ativos intangíveis da Wavecom, S.A. compreendem propriedade industrial, nomeadamente as marcas “Wavesys”, “Wavelink” e “Finesource”.

Impacto da adoção da NCRF 6 no valor de ativos intangíveis

Como se pode verificar no gráfico 10, da transição de normativos não resultou qualquer variação do valor dos ativos intangíveis da Wavecom, S.A..

Gráfico 10 – Impacto no valor dos ativos intangíveis da Wavecom, S.A.

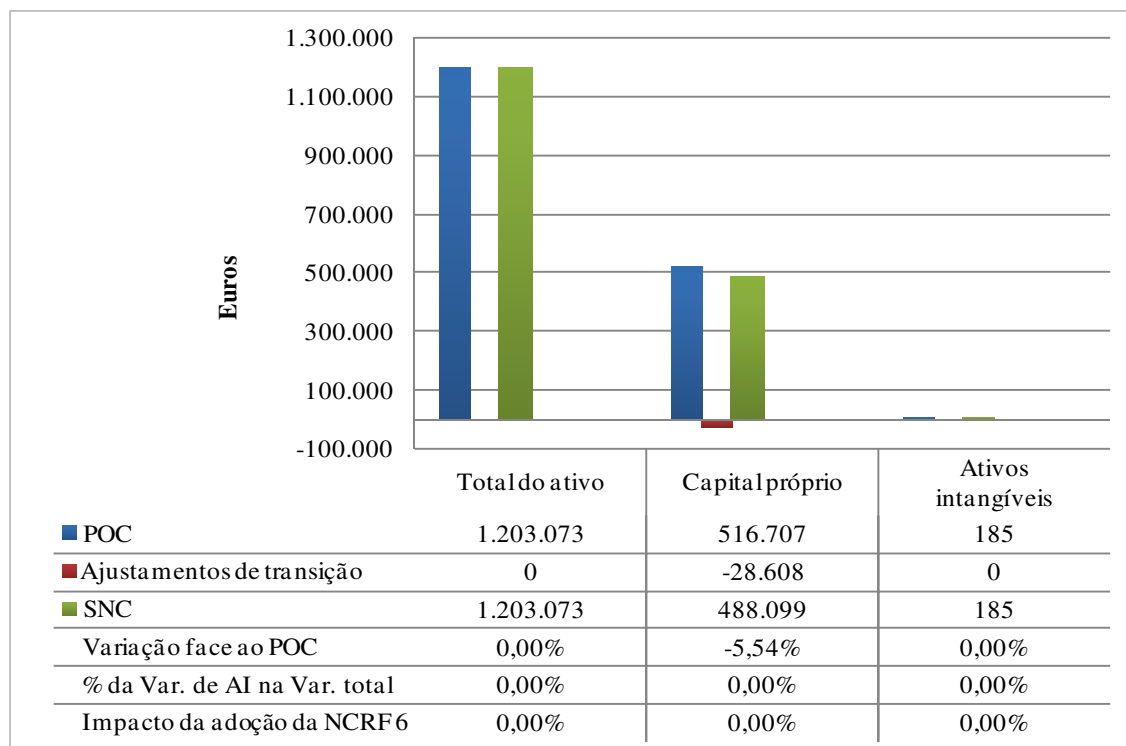


O gráfico mostra que não foi efetuado qualquer ajustamento à rubrica de ativos intangíveis, sendo que da transição do POC para o SNC o seu valor mantém-se em 185€.

Impacto da adoção da NCRF 6 na posição financeira

O efeito da transição de normativos no total do ativo e no capital próprio da Wavecom, S.A. é apresentado no gráfico seguinte.

Gráfico 11 – Impacto no total do ativo, no capital próprio e nos AI da Wavecom, S.A.



Como se pode verificar no gráfico 11, ao nível do total do ativo a transição de normativos não teve, também, quaisquer impactos. Já o capital próprio sofreu ajustamentos no montante de -28.608€, o que corresponde a uma redução de cerca de 5,54%, na qual a adoção da NCRF 6 não teve qualquer efeito. Deste modo, concluiu-se a adoção da NCRF 6 não teve qualquer impacto na posição financeira da Wavecom, S.A..

Impacto da adoção da NCRF 6 no desempenho

Após análise dos rendimentos e gastos resultantes de ativos intangíveis em POC e em SNC verificou-se que os mesmos também não sofreram alterações face ao anterior normativo, como se pode observar na tabela 13.

Tabela 13 – Impacto nos rendimentos e gastos resultantes de AI da Wavecom, S.A.

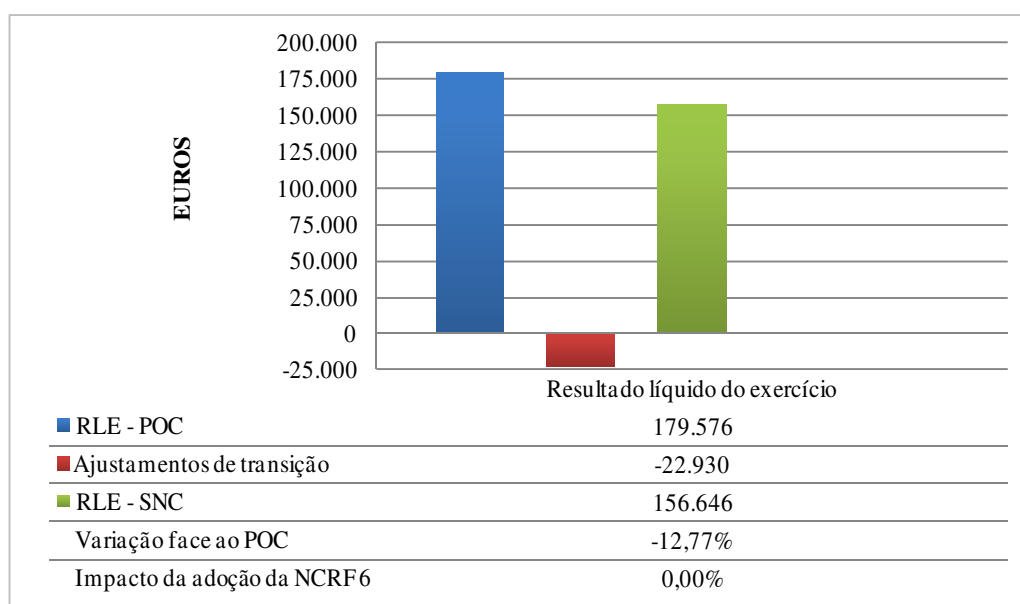
	POC	SNC	Diferença
Reversão de amortizações de AI	0,00	0,00	0,00
Reversão de perdas por imparidade de AI	0,00	0,00	0,00
Ganhos em AI	0,00	0,00	0,00
<i>Rendimentos resultantes de AI</i>	0,00	0,00	0,00
Amortizações do exercício de AI	64,77	64,77	0,00
Perdas por imparidade de AI	0,00	0,00	0,00
Perdas em AI	0,00	0,00	0,00
<i>Gastos resultantes de AI</i>	64,77	64,77	0,00
<i>Resultados provenientes de AI</i>	-64,77	-64,77	0,00

Montantes expressos em Euros (€)

Verificou-se, portanto, que a adoção da NCRF 6 não teve qualquer impacto nos resultados provenientes de ativos intangíveis, concluindo-se que a aplicação desta norma não afetou o desempenho da Wavecom, S.A..

Quanto ao resultado líquido do exercício da Wavecom, S.A., como se pode observar no gráfico 12, a adoção do SNC provocou um impacto negativo no seu valor.

Gráfico 12 – Impacto da transição no Resultado líquido do exercício da Wavecom, S.A.



Assim, foram efetuados ajustamentos ao resultado líquido do exercício da Wavecom, S.A. no valor de -22.930€. Com a transição do POC para o SNC o resultado líquido do exercício diminui de 179.576€ para 156.646€, o que corresponde a uma redução de cerca de 12,77%, na qual a adoção da NCRF 6 não teve qualquer efeito como analisado anteriormente. Da análise à informação divulgada pela empresa sobre os ajustamentos que conduziram à demonstração dos resultados reexpressa de acordo com o SNC, verificou-se que o aumento de gastos com o pessoal e a diminuição de juros e outros rendimentos similares obtidos foram os ajustamentos com maior importância para esta redução dos resultados.

Impacto da adoção da NCRF 6 nos indicadores económico financeiros

No que diz respeito aos indicadores económico financeiros da Wavecom, S.A., verificou-se que a transição do POC para o SNC teve algum impacto, conforme se verifica na tabela 14.

Tabela 14 – Impacto da transição nos indicadores económico financeiros da Wavecom, S.A.

		POC	SNC	Diferença
Rendibilidade dos Capitais Próprios	$\frac{\text{RLE}}{\text{Capital Próprio}}$	34,75%	32,09%	-2,66%
Rendibilidade do Ativo	$\frac{\text{Resultado antes de juros e impostos}}{\text{Total do Ativo Líquido}}$	17,04%	14,98%	-2,06%
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Ativo Líquido}}$	42,95%	40,57%	-2,38%
Endividamento	$\frac{\text{Total do Passivo}}{\text{Capitais Totais}}$	57,05%	59,43%	2,38%
Solvabilidade	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Passivo}}$	0,75	0,68	-0,07

A tabela 14 mostra que a aplicação de diferentes normativos determina valores mais reduzidos, exceto quanto ao indicador de endividamento que sofre um aumento de cerca de 2,38%.

Visto que a adoção da NCRF 6 não provocou qualquer impacto no total do ativo, no capital próprio e no resultado líquido do exercício da entidade, concluiu-se que a mesma não teve

também qualquer impacto ao nível dos indicadores económico financeiros da Wavecom, S.A., tal como é demonstrado através da tabela 15 seguinte.

Tabela 15 – Efeito da aplicação da NCRF 6 nos indicadores da Wavecom, S.A.

	SNC	SNC, excluindo aplicação da NCRF 6	Efeito da aplicação da NCRF 6	% na diferença POC/SNC
Rendibilidade dos Capitais Próprios	32,09%	32,09%	0,00%	0,00%
Rendibilidade do Ativo	14,98%	14,98%	0,00%	0,00%
Autonomia Financeira	40,57%	40,57%	0,00%	0,00%
Endividamento	59,43%	59,43%	0,00%	0,00%
Solvabilidade	0,68	0,68	0,00	0,00%

Como se pode verificar na tabela 15, não foram encontradas diferenças de transição do POC para o SNC relacionadas com a aplicação da NCRF 6.

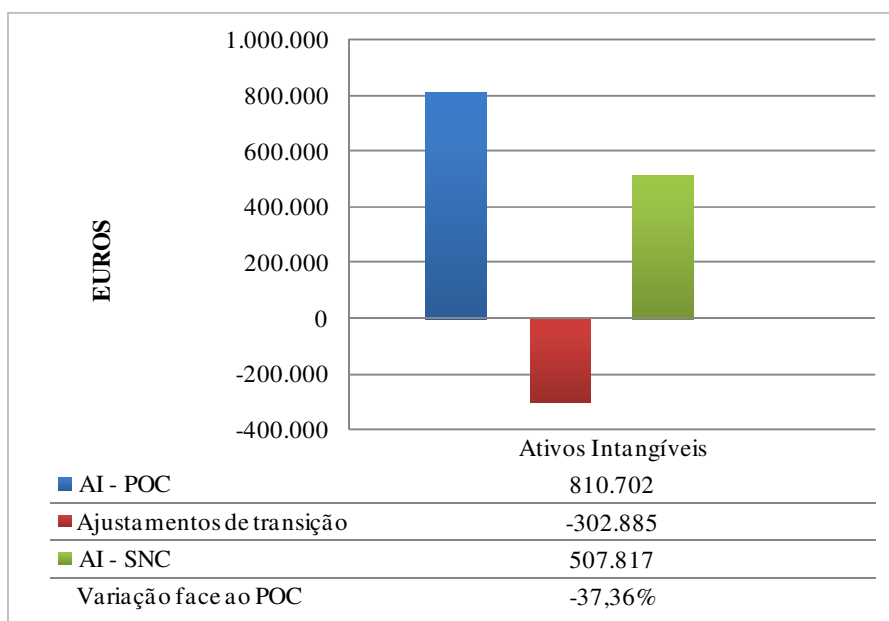
5. Caso *COMPTA, S.A.*

Os ativos intangíveis da Compta, S.A. compreendem essencialmente projetos de desenvolvimento.

Impacto da adoção da NCRF 6 no valor de ativos intangíveis

No gráfico 13 encontra-se representado o efeito da transição do POC para o SNC no valor dos ativos intangíveis da Compta, S.A..

Gráfico 13 – Impacto no valor dos ativos intangíveis da Compta, S.A.



O gráfico mostra que a transição de normativos teve um impacto negativo no valor dos ativos intangíveis da entidade. De acordo com o POC esta rubrica apresenta o valor de 810.702€, enquanto com a adoção do SNC passa a ser de apenas 507.817€. Os ajustamentos efetuados ascenderam a -302.885€, o que representa uma redução de cerca de 37% do valor dos ativos intangíveis. Esta redução deve-se unicamente ao ajustamento efetuado à rubrica do *goodwill*, como se pode observar na tabela 16.

Tabela 16 – Ajustamentos efetuados a ativos intangíveis da Compta, S.A.

	Ativo líquido em 31/12/2009 (€)		Ajustamentos/ Diferença (€)	Variação (%)	% na variação de AI
	POC	SNC			
Projetos de desenvolvimento	507.817	507.817	0	0%	0%
<i>Goodwill</i>	302.885	0	-302.885	-100%	100%

No que respeita a projetos de desenvolvimento verificou-se que não foram efetuados quaisquer ajustamentos, tendo as quantias respetivas sido apenas reclassificadas da rubrica em POC (*Despesas de investigação e desenvolvimento*) para a respetiva rubrica em SNC.

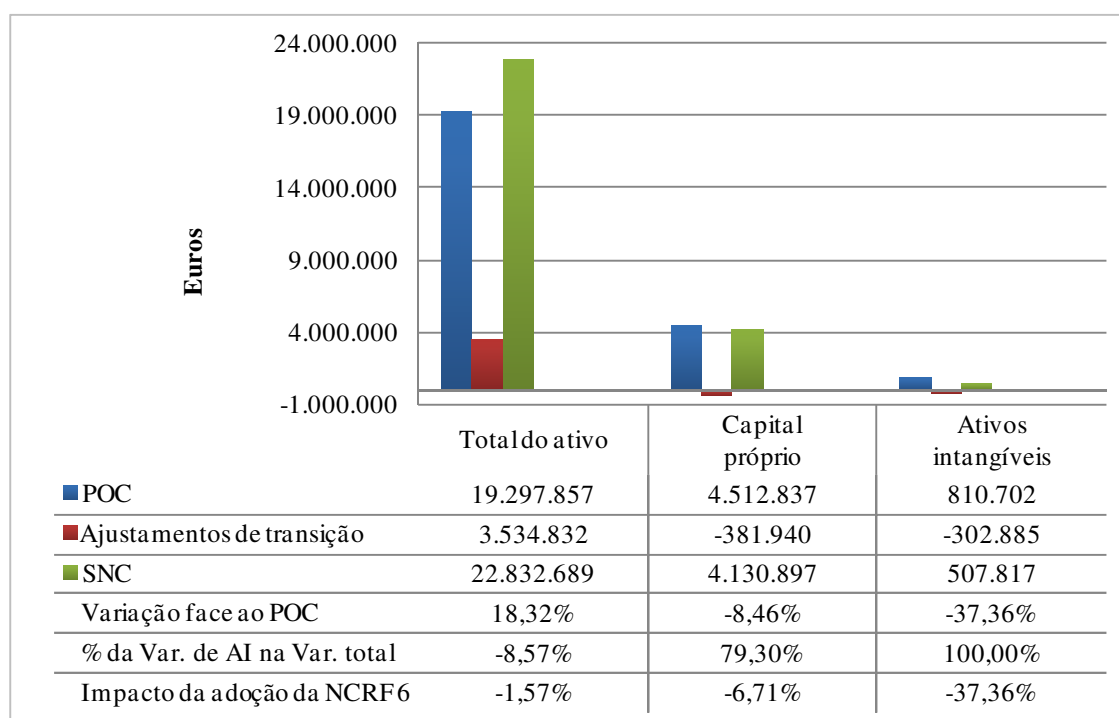
Relativamente às quantias constantes na rubrica de *trespasses*, reconhecidas no mesmo exercício na sequência da aquisição da empresa Softmaker, S.A., foi também efetuada a

respetiva reclassificação para a rubrica *goodwill*. No entanto, verificou-se que a empresa reconheceu uma perda por imparidade sobre o *goodwill* no valor de -302.885€, o que traduz um decréscimo de 100% do seu valor líquido. Como já referido, os ajustamentos efetuados à rubrica do *goodwill* correspondem à totalidade da redução verificada no valor dos ativos intangíveis da Compta, S.A..

Impacto da adoção da NCRF 6 na posição financeira

Da transição do POC para o SNC o total do ativo da Compta, S.A. sofreu um impacto positivo e o seu capital próprio sofreu um impacto negativo, conforme se apresenta no gráfico 14.

Gráfico 14 – Impacto no total do ativo, no capital próprio e nos AI da Compta, S.A.



O gráfico 14 mostra que o total do ativo sofreu ajustamentos no valor de 3.534.832€, tendo o seu valor aumentado de 19.297.857€ para 22.832.689€. A transição de normativos provocou, assim, um aumento de 18,32% no valor do ativo da empresa. No entanto, apesar deste aumento, a adoção da NCRF 6 teve um impacto negativo no total do ativo da Compta, S.A., provocando uma redução de cerca de 1,57% do seu valor.

Já o capital próprio da Compta, S.A. sofreu ajustamentos no valor de -381.940€, passando de 4.512.837€ para 4.130.897€, o que traduz uma redução de cerca de 8,46% do seu valor decorrente da transição. Verificou-se que a aplicação da NCRF 6 teve um efeito considerável neste decréscimo, contribuindo para o mesmo com 79,30%. Como se pode observar no gráfico 14, a adoção da NCRF 6 provocou uma redução de cerca de 6,71% do capital próprio.

Concluiu-se, desta forma, que a adoção da NCRF 6 afetou de forma negativa a posição financeira da Compta, S.A..

Impacto da adoção da NCRF 6 no desempenho

Quanto ao desempenho, como mostra a tabela 17, verificou-se uma diminuição dos resultados provenientes de ativos intangíveis, que se deve ao aumento de gastos com estes itens.

Tabela 17 – Impacto nos rendimentos e gastos resultantes de AI da Compta, S.A.

	POC	SNC	Diferença
Reversão de amortizações de AI	0	0	0
Reversão de perdas por imparidade de AI	0	0	0
Ganhos em AI	0	0	0
<i>Rendimentos resultantes de AI</i>	0	0	0
Amortizações do exercício de AI	33.427	33.427	0
Perdas por imparidade de AI	0	302.885	302.885
Perdas em AI	0	0	0
<i>Gastos resultantes de AI</i>	33.427	336.312	302.885
<i>Resultados provenientes de AI</i>	-33.427	-336.312	-302.885

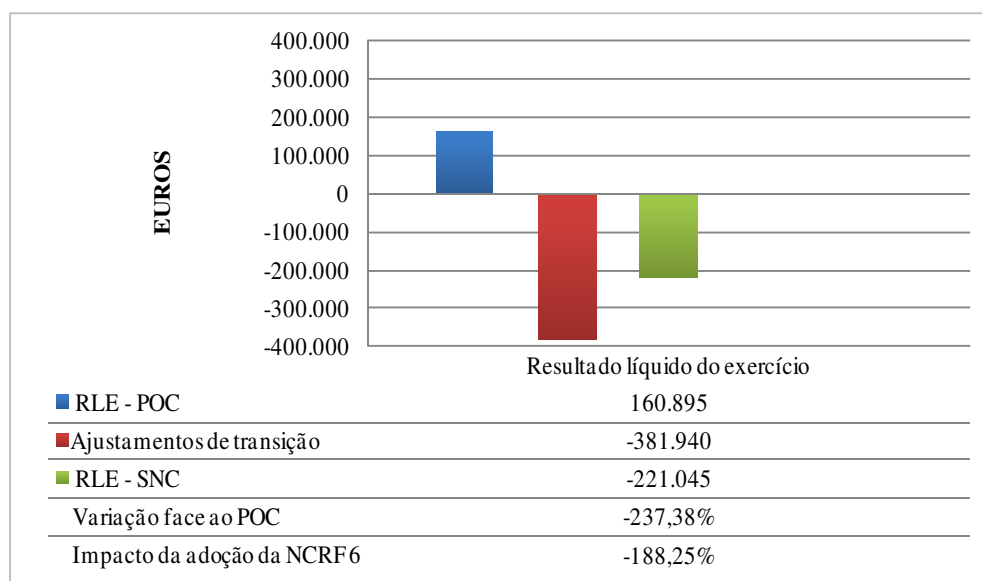
Montantes expressos em Euros (€)

O aumento de gastos resultantes de ativos intangíveis deve-se apenas ao reconhecimento de uma perda por imparidade do *goodwill*, que segundo o SNC deixa de ficar sujeito a amortizações e passa a estar sujeito a testes de perdas por imparidade. No entanto, verificou-se que em POC a empresa não registou a amortização do *goodwill*, pelo que na

transição não foi anulada qualquer amortização correspondente a esta rubrica. Também nesta empresa a informação divulgada acerca dos procedimentos e bases utilizadas na realização dos testes de imparidade é insuficiente.

O gráfico 15 mostra que a transição de normativos provocou um impacto negativo no resultado líquido do exercício da Compta, S.A..

Gráfico 15 – Impacto da transição no Resultado líquido do exercício da Compta, S.A.



Da transição do POC para o SNC o resultado líquido do exercício sofreu uma redução de 237,38%, tendo diminuído de 160.895€ para -221.045€. Os ajustamentos efetuados ascenderam, assim, a -381.940€, dos quais -302.885€ dizem respeito aos efeitos da adoção da NCRF 6, conforme indicado na tabela 17 anterior.

Concluiu-se que a adoção da NCRF 6 afetou significativamente o desempenho da Compta, S.A. de forma negativa, provocando uma redução de cerca de 188% do seu resultado líquido do exercício.

Impacto da adoção da NCRF 6 nos indicadores económico financeiros

Da análise dos indicadores da Compta, S.A., verificou-se que a aplicação do SNC determina valores inferiores, exceto quanto ao indicador de endividamento, que sofre um aumento de 5,29%, conforme se pode observar na tabela 18.

Tabela 18 – Impacto da transição nos indicadores económico financeiros da Compta, S.A.

		POC	SNC	Diferença
Rendibilidade dos Capitais Próprios	$\frac{\text{RLE}}{\text{Capital Próprio}}$	3,57%	-5,35%	-8,92%
Rendibilidade do Ativo	$\frac{\text{Resultado antes de juros e impostos}}{\text{Total do Ativo Líquido}}$	8,82%	3,25%	-5,57%
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Ativo Líquido}}$	23,39%	18,09%	-5,29%
Endividamento	$\frac{\text{Total do Passivo}}{\text{Capitais Totais}}$	76,61%	81,91%	5,29%
Solvabilidade	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Passivo}}$	0,31	0,22	-0,09

Com a transição de normativos os indicadores de rendibilidade dos capitais próprios, de rendibilidade do ativo e de autonomia financeira sofrem uma redução de respetivamente 8,92%, 5,57% e 5,29%. A solvabilidade da empresa sofre também um agravamento de 0,09. A tabela seguinte mostra que a adoção da NCRF 6 tem um impacto negativo nos indicadores analisados.

Tabela 19 – Efeito da aplicação da NCRF 6 nos indicadores da Compta, S.A.

	SNC	SNC, excluindo aplicação da NCRF 6	Efeito da aplicação da NCRF 6	% na diferença POC/SNC
Rendibilidade dos Capitais Próprios	-5,35%	1,85%	-7,20%	80,72%
Rendibilidade do Ativo	3,25%	4,52%	-1,27%	22,72%
Autonomia Financeira	18,09%	19,16%	-1,07%	20,26%
Endividamento	81,91%	80,84%	1,07%	20,26%
Solvabilidade	0,22	0,24	-0,02	18,00%

Da tabela 19 verifica-se que a aplicação da NCRF 6 provocou uma diminuição de 7,20% do indicador de rendibilidade dos capitais próprios, o que representa cerca de 80,72% do decréscimo verificado neste indicador decorrente da adoção do SNC.

Caso a NCRF 6 não fosse aplicada, o valor do indicador de rendibilidade do ativo da empresa seria superior em 1,27%. A redução de 1,27% provocada pela aplicação da NCRF 6 corresponde a 22,72% do decréscimo verificado face à transição de normativos.

A autonomia financeira seria também superior em 1,07%, sendo que esta diminuição provocada pela adoção da NCRF 6 contribui com 20,26% para o decréscimo verificado da passagem do POC para o SNC. Já no indicador de endividamento a aplicação da NCRF 6 provoca um aumento de 1,07%, o que também representa 20,26% do aumento resultante da transição.

A aplicação da NCRF 6 provocou ainda uma ligeira redução do indicador de solvabilidade, no valor de 0,02, que corresponde a cerca de 18% da diminuição verificada com a transição de normativos.

Face ao exposto, concluiu-se que a aplicação da NCRF 6 teve um impacto significativo nos efeitos da transição de normativos verificados nos indicadores da Compta, S.A..

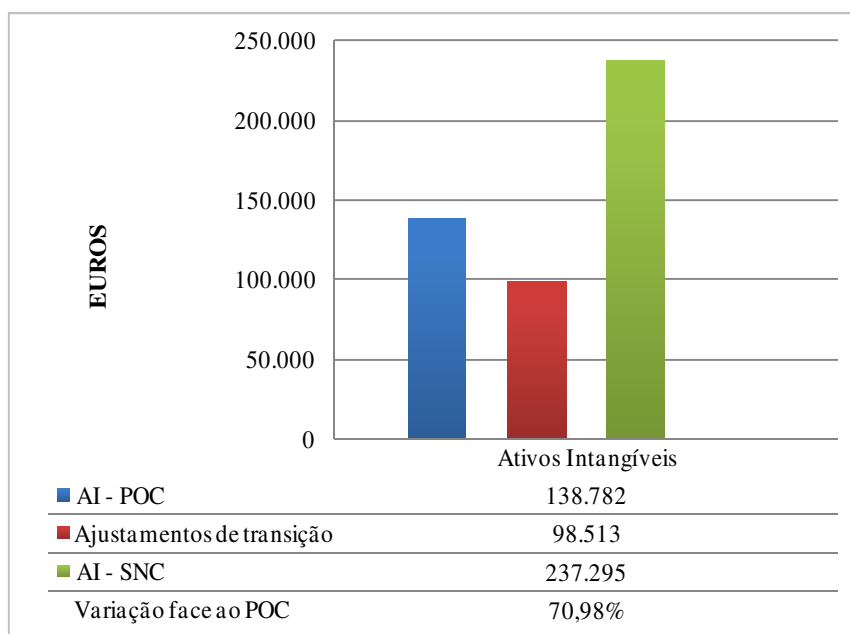
6. Caso *OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.*

Os ativos intangíveis da entidade incluem projetos de desenvolvimento e propriedade industrial.

Impacto da adoção da NCRF 6 no valor de ativos intangíveis

O impacto da transição de normativos no valor dos ativos intangíveis da Oliveira & Irmão, S.A. é apresentado no gráfico 16 seguinte.

Gráfico 16 – Impacto no valor dos ativos intangíveis da Oliveira & Irmão, S.A.



O gráfico mostra que a transição do POC para o SNC teve um impacto positivo no valor dos ativos intangíveis da entidade, visto que o valor dos ativos intangíveis registado no balanço aumenta de 138.782€ para 237.295€. Os ajustamentos de transição de normativos ascenderam a 98.513€, o que traduz um aumento de 70,98% do valor dos ativos intangíveis da Oliveira & Irmão, S.A..

Após análise da informação referente ao exercício de 2009 apresentada nos termos do SNC, verificou-se que a empresa não divulgou os valores líquidos das respetivas rubricas que compõem os ativos intangíveis. Por outro lado, também não foram divulgados os ajustamentos de transição efetuados a cada uma dessas rubricas, conhecendo-se apenas os respetivos valores líquidos nos termos do POC, conforme apresentado na tabela 20.

Tabela 20 – Ajustamentos efetuados a ativos intangíveis da Oliveira & Irmão, S.A.

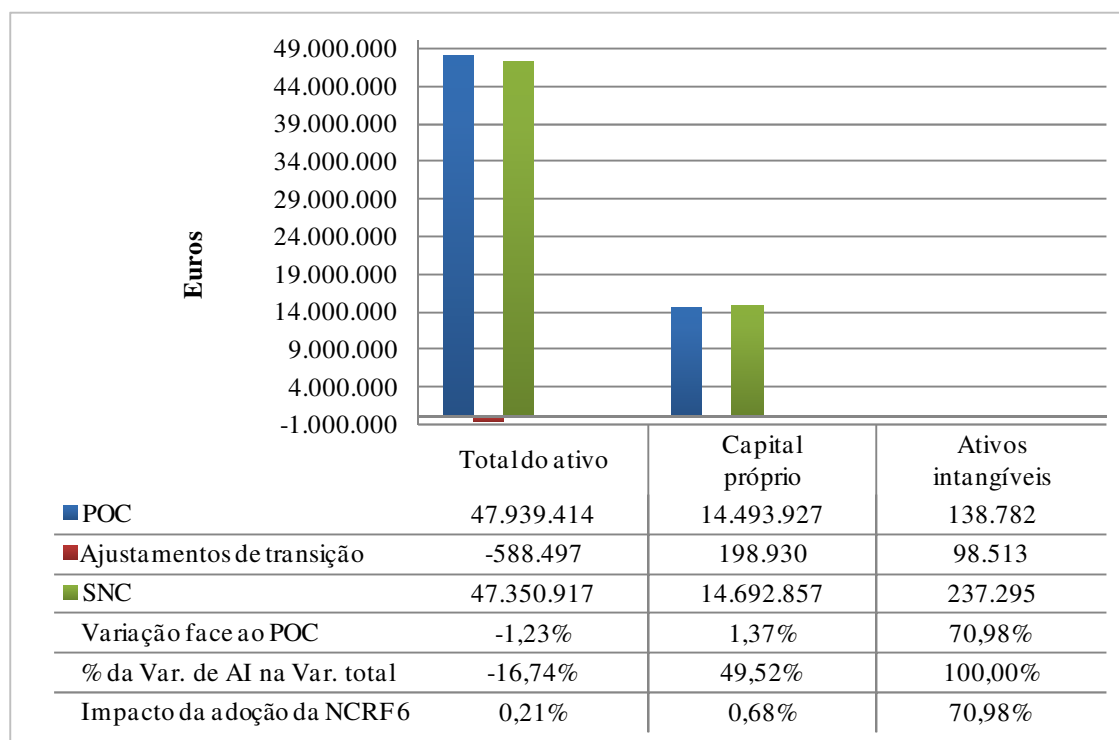
	Ativo líquido em 31/12/2009		Ajustamentos/ Diferença
	POC (€)	SNC (€)	
Projetos de desenvolvimento	76.656	Não divulgado	Não divulgado
Propriedade industrial	62.126	Não divulgado	Não divulgado
Total	138.782	237.295	98.513

Deste modo, não foi possível concluir sobre o contributo de cada uma das rubricas que compõem os ativos intangíveis para o aumento decorrente da aplicação da NCRF 6.

Impacto da adoção da NCRF 6 na posição financeira

O efeito da transição de normativos no total do ativo e no capital próprio é apresentado no gráfico 17.

Gráfico 17 – Impacto no total do ativo, no capital próprio e nos AI da Oliveira & Irmão, S.A.



O gráfico 17 mostra que o total do ativo da Oliveira & Irmão, S.A. sofreu ajustamentos no valor de -588.497€, tendo, com a transição de normativos, diminuído de 47.939.414€ para 47.350.917€, o que significa uma redução de 1,23% do seu valor.

Verifica-se que adoção da NCRF 6 teve um impacto positivo no total do ativo da empresa, pelo que, embora este tenha sofrido uma redução, esta redução seria agravada em 16,74% sem o contributo positivo da aplicação desta norma. A adoção da NCRF 6 provocou um aumento de cerca de 0,21% do total do ativo da Oliveira & Irmão, S.A..

Relativamente ao capital próprio da empresa, a transição de normativos provocou um aumento de 198.930€, passando de 14.493.297€ para 14.692.857€. A aplicação da NCRF 6 teve um impacto considerável no aumento verificado no capital próprio, na medida em que os efeitos da sua aplicação representam cerca de 49,52% desse aumento. A adoção desta norma provocou um aumento de 0,68% do capital próprio da empresa.

Concluiu-se, assim, que a adoção da NCRF 6 afetou a posição financeira da Oliveira & Irmão, S.A. de forma positiva.

Impacto da adoção da NCRF 6 no desempenho

Da análise aos rendimentos e gastos resultantes de ativos intangíveis, verificou-se que a transição de normativos não afetou os resultados provenientes de ativos intangíveis da entidade, conforme mostra a tabela 21.

Tabela 21 – Impacto nos rendimentos e gastos resultantes de AI da Oliveira & Irmão, S.A.

	POC	SNC	Diferença
Reversão de amortizações de AI	0	0	0
Reversão de perdas por imparidade de AI	0	0	0
Ganhos em AI	0	0	0
<i>Rendimentos resultantes de AI</i>	0	0	0
Amortizações do exercício de AI	130.312	Não divulgado	0
Perdas por imparidade de AI	0	0	0
Perdas em AI	0	0	0
<i>Gastos resultantes de AI</i>	130.312	Não aplicável	0
<i>Resultados provenientes de AI</i>	-130.312	Não aplicável	0

Montantes expressos em Euros (€)

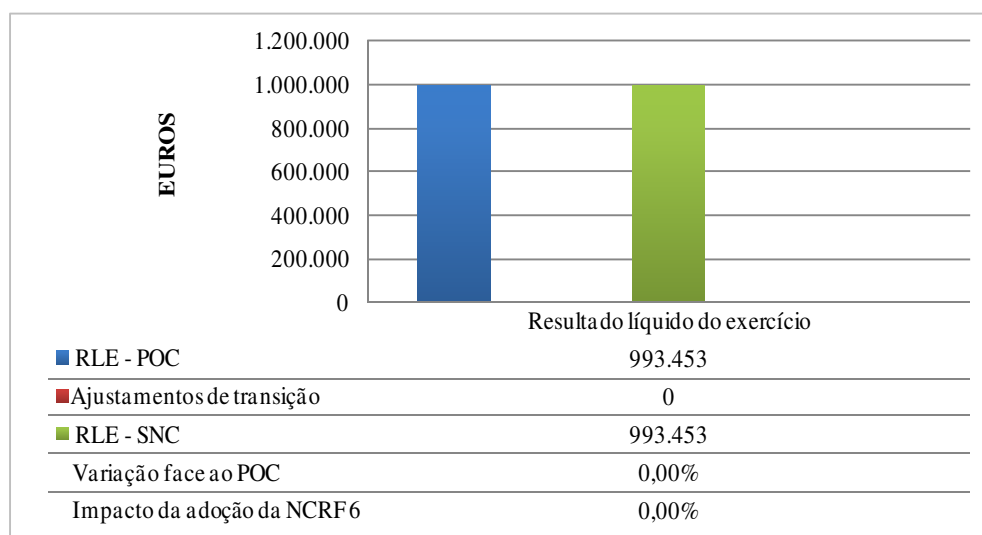
Embora não seja divulgado pela empresa o montante das amortizações do exercício de 2009 em conformidade com o SNC, na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, reexpressa de acordo com o SNC, são apresentados os diversos ajustamentos efetuados ao resultado líquido do exercício, onde se indica que o montante de

gastos de depreciações e de amortizações não sofreu qualquer ajustamento. Neste sentido, assumiu-se que não ocorreram alterações das amortizações do exercício de ativos intangíveis face à transição de normativos.

Assim, como também não se verificaram quaisquer variações nas restantes rubricas de rendimentos ou gastos resultantes de ativos intangíveis, concluiu-se que a adoção da NCRF 6 não teve qualquer impacto no desempenho da Oliveira & Irmão, S.A..

A adoção do SNC também não teve impactos no resultado líquido do exercício da Oliveira & Irmão, S.A., como se pode constatar através do gráfico 18 que se segue.

Gráfico 18 – Impacto da transição no Resultado líquido do exercício da Oliveira & Irmão, S.A.



Assim, como mostra o gráfico, verificou-se que da transição do POC para o SNC o resultado líquido do exercício mantém-se em 993.453€.

Impacto da adoção da NCRF 6 nos indicadores económico financeiros

Ao nível dos indicadores económico financeiros da Oliveira & Irmão, S.A., verificou-se que a transição de normativos não provocou impactos significativos.

Tabela 22 – Impacto da transição nos indicadores económico financeiros da Oliveira & Irmão, S.A.

		POC	SNC	Diferença
Rendibilidade dos Capitais Próprios	$\frac{\text{RLE}}{\text{Capital Próprio}}$	6,85%	6,76%	-0,09%
Rendibilidade do Ativo	$\frac{\text{Resultado antes de juros e impostos}}{\text{Total do Ativo Líquido}}$	5,33%	5,51%	0,18%
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Ativo Líquido}}$	30,23%	31,03%	0,80%
Endividamento	$\frac{\text{Total do Passivo}}{\text{Capitais Totais}}$	69,77%	68,97%	-0,80%
Solvabilidade	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Passivo}}$	0,43	0,45	0,02

A tabela 22 mostra que a adoção do SNC provoca ligeiras alterações dos indicadores da Oliveira & Irmão, S.A.. Relativamente aos indicadores de rendibilidade dos capitais próprios e de endividamento verificou-se um ligeiro decréscimo, respetivamente de 0,09% e 0,80%. Já os indicadores de rendibilidade do ativo, autonomia financeira e solvabilidade sofrem um aumento de 0,18%, 0,80% e 0,02, respetivamente.

A adoção da NCRF 6 teve algumas repercussões nas alterações verificadas, face ao impacto que provocou no total do ativo e no capital próprio. Os efeitos da aplicação da NCRF 6 nos indicadores da entidade encontram-se na tabela 23 seguinte.

Tabela 23 – Efeito da aplicação da NCRF 6 nos indicadores da Oliveira & Irmão, S.A.

	SNC	SNC, excluindo aplicação da NCRF 6	Efeito da aplicação da NCRF 6	% na diferença POC/SNC
Rendibilidade dos Capitais Próprios	6,76%	6,81%	-0,05%	49,18%
Rendibilidade do Ativo	5,51%	5,53%	-0,01%	-6,33%
Autonomia Financeira	31,03%	30,89%	0,14%	18,07%
Endividamento	68,97%	69,11%	-0,14%	18,07%
Solvabilidade	0,45	0,45	0,00	0,00%

Como se pode observar na tabela, a adoção da NCRF 6 não teve impactos relevantes nos indicadores da Oliveira & Irmão, S.A., sendo mesmo nulos quanto ao indicador de solvabilidade. Contudo, a diminuição de 0,05% no valor do indicador de rendibilidade dos capitais próprios provocada pela aplicação da NCRF 6 representa quase metade da redução resultante da adoção do SNC.

O impacto da aplicação da NCRF 6 no indicador de rendibilidade do ativo é também negativo, provocando uma redução de 0,01% do seu valor. Assim, embora com a transição de normativos o indicador de rendibilidade do ativo tenha sofrido um aumento, de cerca de 0,18%, este aumento foi inferior, em cerca de 6%, ao que teria sido caso a NCRF 6 não fosse aplicada.

Pelo contrário, a aplicação da NCRF 6 afetou os indicadores de autonomia financeira e de endividamento de forma positiva pois, como se pode verificar, a sua aplicação provoca um aumento do primeiro e uma redução do segundo em 0,14%. As oscilações resultantes da adoção da NCRF 6 representam cerca de 18% da variação verificada nestes indicadores face à transição de normativos.

Em síntese, e para comparação dos resultados dos casos em estudo, apresentam-se na tabela 24 os principais resultados da pesquisa ao nível do impacto da adoção da NCRF 6 no valor dos ativos intangíveis, na posição financeira e no desempenho das empresas analisadas.

Tabela 24 – Síntese Impacto da adoção da NCRF 6 na posição financeira e desempenho das empresas analisadas

	Ativos intangíveis	Total do ativo	Capital próprio	Resultado líquido do exercício
Cipan, S.A.	▼ 65,33%	▼ 2,51%	▼ 7,67%	▲ 6,65%
Inapa, S.A.	▼ 90,57%	▼ 0,29%	▼ 0,69%	▲ 98,35%
Lisgráfica, S.A.	▲ 872,06%	▲ 3,72%	▲ 17,64%	▲ 0,42%
Wavecom, S.A.	—	—	—	—
Compta, S.A.	▼ 37,36%	▼ 1,57%	▼ 6,71%	▼ 188,25%
Oliveira & Irmão, S.A.	▲ 70,98%	▲ 0,21%	▲ 0,68%	—

A tabela 24 mostra que a adoção da NCRF 6 afetou significativamente o valor dos ativos intangíveis apresentado no balanço das entidades da amostra. Como se pode verificar, o impacto na posição financeira da adoção desta norma não foi tão significativo, tendo sido negativo em três dessas empresas e positivo em outras duas.

Quanto ao resultado líquido do exercício, concluiu-se que a adoção da NCRF 6 afetou de forma positiva o desempenho de três empresas e teve impacto negativo no desempenho de uma das empresas analisadas. No desempenho de duas empresas da amostra a adoção desta norma não teve qualquer impacto.

Numa das empresas analisadas verificou-se que a adoção da NCRF 6 não afetou a sua posição financeira nem o seu desempenho.

Por fim, apresenta-se também na tabela 25 uma síntese dos resultados encontrados ao nível do impacto da adoção da NCRF 6 nos indicadores económico financeiros das empresas analisadas.

Tabela 25 – Impacto da adoção da NCRF 6 nos indicadores das empresas analisadas

	Rendibilidade dos Capitais Próprios	Rendibilidade do Ativo	Autonomia Financeira	Endividamento	Solvabilidade
Cipan, S.A.	▼ 2,97%	▲ 0,45%	▼ 2,27%	▲ 2,27%	▼ 0,04
Inapa, S.A.	▲ 0,70%	▲ 0,30%	▼ 0,17%	▲ 0,17%	—
Lisgráfica, S.A.	▲ 6,95%	▲ 0,29%	▲ 4,69%	▼ 4,69%	▼ 0,03
Wavecom, S.A.	—	—	—	—	—
Compta, S.A.	▼ 7,20%	▼ 1,27%	▼ 1,07%	▲ 1,07%	▼ 0,02
Oliveira & Irmão, S.A.	▼ 0,05%	▼ 0,01%	▲ 1,14%	▼ 0,14%	—

Pela tabela 25 constata-se que para a generalidade das empresas analisadas a adoção da NCRF 6 afetou os indicadores económico financeiros em estudo, verificando-se que o impacto, positivo ou negativo, da aplicação desta norma nos indicadores apresentados não ultrapassa os oito pontos percentuais, conforme analisado anteriormente caso a caso.

CONCLUSÕES

Conclusão

A adoção do SNC em Portugal veio introduzir alterações ao relato financeiro das empresas portuguesas. Concretamente ao nível dos ativos intangíveis, através da adoção da NCRF 6 foram alterados princípios e regras para revelar estes ativos nas DF das entidades.

Das diferenças encontradas entre os normativos POC e SNC ao nível do tratamento contabilístico dos ativos intangíveis, destacam-se as relativas ao conceito e critérios de reconhecimento. A NCRF 6 identifica com mais clareza o conceito de ativo intangível, apresentando uma definição mais completa e concreta, bem como os requisitos que um item deve satisfazer para que seja considerado como ativo intangível, nomeadamente, identificabilidade, existência de controlo sobre um recurso e existência de benefícios económicos futuros.

Ao contrário do POC, a NCRF 6 identifica os critérios de reconhecimento de um item como ativo intangível e apresenta ainda um esclarecimento sobre a aplicação destes critérios aos casos particulares de ativos intangíveis adquiridos separadamente, ativos intangíveis adquiridos numa concentração de atividades empresariais, ativos intangíveis adquiridos por meio de um subsídio do governo, trocas de ativos intangíveis, *goodwill* gerado internamente e ativos intangíveis gerados internamente.

Assim, conforme estabelecido pela NCRF 6, um item apenas deve ser reconhecido como ativo intangível se cumprir a definição de ativo intangível e se o seu custo puder ser mensurado com fiabilidade. Ao nível do reconhecimento de ativos intangíveis, as principais alterações verificam-se nas despesas de instalação e nas despesas de investigação que deixam de ser reconhecidas como ativos. A NCRF 6 determina que estas despesas não cumprem os critérios de reconhecimento, não devendo, por isso, ser reconhecidas como ativos, mas sim como gastos do período, contrariamente ao que acontecia no anterior normativo.

Em matéria de mensuração inicial, a NCRF 6 é coincidente com os PCGA anteriores, ao exigir a mensuração inicial de ativos intangíveis pelo respetivo custo. Quanto à definição deste custo não existem divergências entre os dois normativos, apesar de a NCRF 6 apresentar de forma mais pormenorizada o modo de apurar este custo. Quanto à mensuração após reconhecimento inicial verificam-se algumas divergências em relação ao POC, sendo de salientar o facto de o SNC introduzir a possibilidade de valorizar os ativos intangíveis pelo justo valor. A NCRF 6 prevê dois modelos de mensuração após o reconhecimento inicial – o modelo do custo e o modelo de revalorização, permitindo, assim, a reavaliação dos ativos intangíveis em determinadas condições, ao contrário do POC em que apenas é permitida a mensuração do imobilizado incorpóreo pelo seu custo histórico.

Contrariamente ao POC, para efeitos de amortizações a NCRF 6 distingue os ativos intangíveis com vida útil finita e os ativos intangíveis com vida útil indefinida, determinado que os últimos não devem ser amortizados, devendo ser sujeitos a testes de imparidade nos termos da NCRF 12. Verificou-se ainda que com a adoção da NCRF 6 o *goodwill* adquirido numa CAE deixa de ser amortizado, ficando apenas sujeito a testes de imparidade. Por fim, outra diferença em relação ao POC é o facto de a NCRF 6 remeter o reconhecimento de imparidades para a aplicação da NCRF 12.

Dadas as alterações verificadas procurou-se neste trabalho, através de um estudo de caso múltiplo, observar o impacto da adoção da NCRF 6 no valor dos ativos intangíveis, na posição financeira, no desempenho e nos indicadores económico financeiros de um conjunto de seis empresas. Neste propósito, foram analisadas as respetivas DF do exercício de 2009 elaboradas segundo o POC e a informação referente ao mesmo período reexpressa nos termos do SNC, analisando os ajustamentos que conduziram aos impactos verificados.

Através do estudo de caso múltiplo realizado, obtiveram-se resultados que mostram que a aplicação da NCRF 6 originou valores distintos, face ao POC, dos elementos que servem de base à mensuração da posição financeira e do desempenho, nomeadamente das componentes do balanço e da demonstração dos resultados.

Consequentemente, verificou-se que a adoção da NCRF 6 conduz também a resultados distintos nos valores dos indicadores económico financeiros apresentados nos casos em estudo. Numa das empresas analisadas verificou-se que a aplicação desta norma não afetou a sua posição financeira ou o seu desempenho, nem os indicadores analisados, o que se deve ao reduzido montante evidenciado em rubricas de ativos intangíveis.

Verificaram-se impactos positivos e negativos, que são mais ou menos significativos dependendo dos itens que compõem as respetivas rubricas de ativos intangíveis das empresas, em conjunto com a dimensão do investimento realizado nos mesmos. No que se refere ao valor dos ativos intangíveis apresentado no balanço constatou-se que, na maioria das empresas, a adoção da NCRF 6 teve um impacto bastante significativo.

Relativamente à posição financeira não se encontraram impactos significativos resultantes da adoção da NCRF 6. Verificou-se que a aplicação desta norma afetou ligeiramente e de forma negativa a posição financeira de três empresas estudadas, sendo que em duas dessas empresas os ajustamentos que mais contribuíram para este efeito foram o desreconhecimento das despesas de instalação e das despesas de investigação, à semelhança das conclusões de outros estudos no âmbito da transição para o normativo internacional em empresas portuguesas com valores cotados (Gomes, *et al.*, 2005; Silva, 2010; Sá, 2010; Henriques, *et al.*, 2011) e italianas com valores não cotados (Ferrari e Montanari, 2010). Numa outra empresa o ajustamento que mais contribuiu para o agravamento da posição financeira foi o reconhecimento de uma perda por imparidade do *goodwill*, partilhando assim as conclusões de Carvalho, *et al.* (2010) relativamente ao tratamento contabilístico do *goodwill* no período de transição para as IAS/IFRS.

Em duas empresas da amostra constatou-se que a aplicação da NCRF 6 afetou de forma positiva a posição financeira, efeito que se deve, fundamentalmente, ao reconhecimento de itens como ativos intangíveis que segundo o POC não eram considerados como tal, originando aumentos no valor dos ativos intangíveis e, por conseguinte, melhoria da posição financeira.

A adoção da NCRF 6 teve também repercussões no resultado líquido do exercício da generalidade das empresas da amostra, tendo provocado impactos significativos no desempenho de duas empresas em estudo. A aplicação da norma afetou significativamente e de forma positiva o desempenho de uma empresa, com o aumento dos resultados que deriva dos ajustamentos efetuados às rubricas de amortizações do exercício relativas aos itens desconhecidos, o que permite corroborar as conclusões de outros estudos (Carvalho, *et al.*, 2010; Henriques, *et al.*, 2011) relativamente à importância da não amortização para a variação positiva nos resultados. Já o desempenho de uma empresa sofreu uma redução significativa em consequência da adoção da NCRF 6, sendo a totalidade dos ajustamentos de transição referente ao reconhecimento de uma perda por imparidade do *goodwill*, observação idêntica também constatada por Carvalho, *et al.* (2010) e Henriques, *et al.* (2011). Os efeitos observados nesta empresa permitem também corroborar as conclusões de Carvalho, *et al.* (2010), de que o expectável impacto positivo nos resultados pela não amortização do *goodwill* apenas ocorrerá se não for registada uma perda por imparidade superior à amortização eliminada.

Em outras duas empresas da amostra verificou-se que a adoção da NCRF 6 provocou ligeiros aumentos do resultado líquido do exercício, que decorrem dos ajustamentos às rubricas de amortizações do exercício e correspondentes reversões relativas aos itens desconhecidos. O estudo permitiu ainda verificar que a aplicação da norma não teve qualquer impacto no desempenho de duas empresas da amostra.

À semelhança de Aisbitt (2006), este estudo mostra que embora no global o impacto da adoção da NCRF 6 na posição financeira e nos resultados não seja significativo, a aplicação desta norma tem efeitos relevantes nas rubricas de ativos intangíveis das empresas analisadas.

Quanto aos indicadores económico financeiros analisados, nomeadamente os indicadores de *Rendibilidade dos Capitais Próprios*, *Rendibilidade do Ativo*, *Autonomia Financeira*, *Endividamento* e *Solvabilidade*, verificou-se que a aplicação da NCRF 6 provocou algumas alterações nos mesmos, conduzidas pelos impactos verificados nas componentes das DF decorrentes da adoção desta norma. Foi possível observar que a adoção da NCRF 6, de um

modo geral, não afetou significativamente os indicadores das empresas da amostra, tendo-se verificado que os impactos mais consideráveis registaram-se nos indicadores de rendibilidade dos capitais próprios (no qual em duas empresas a aplicação da NCRF 6 provocou, respetivamente, um aumento e uma diminuição na ordem dos 7%) e nos indicadores de autonomia financeira e de endividamento (nos quais, em uma outra empresa, a aplicação da norma provocou, respetivamente, um aumento e uma diminuição de quase 5%).

Face aos resultados obtidos, que mostram que a adoção da NCRF 6 afetou de alguma forma quer a posição financeira quer o desempenho da maioria das empresas estudadas, e em consequência os seus indicadores económico financeiros, demonstra-se com este estudo que o relato financeiro em POC apresenta limitações de comparabilidade em relação a outros países. Assim, dada a importância da informação financeira nas decisões de investimento, de concessão de crédito ou para a comparabilidade entre empresas, revela-se fundamental a harmonização contabilística através da adoção do SNC em Portugal, já que proporciona vantagens às entidades portuguesas com reflexos na capacidade de negociação, competitividade e na comparabilidade com outras empresas.

Limitações

A dificuldade na recolha de dados foi uma limitação encontrada durante o estudo, pois constatou-se não só alguma falta de homogeneidade no que respeita à divulgação dos ajustamentos de transição pelas empresas, como também situações em que se torna difícil compreender a sua natureza ou quantificação, dificuldade também encontrada por Lopes e Viana (2008) e Carvalho, *et al.* (2010) no âmbito da transição para as IAS/IFRS em Portugal. Acresce ainda que, por vezes, verificou-se mesmo inexistência de informação divulgada nesta matéria pelas empresas, como também detetado em outros estudos no contexto da aplicação do normativo internacional em Portugal (Lopes e Viana, 2008; Silva, 2010 e Sá, 2010).

Outra limitação que pode ser apontada a este estudo é o facto de não ser possível generalizar os resultados encontrados para outras empresas. De facto, com base nos resultados observados não é possível concluir sobre o impacto da adoção da NCRF 6 na posição financeira, no desempenho ou nos indicadores económico financeiros de outras entidades. Por um lado as entidades em análise não são representativas de um determinado setor e, por outro lado, os resultados obtidos são influenciados pela *unicidade* dos princípios e políticas adotados por cada uma.

Pistas para investigação futura

Como possível desenvolvimento deste estudo seria importante em investigações futuras alargar a análise do impacto da aplicação da NCRF 6 a outras entidades, não só do mesmo setor, mas também de setores diferentes a fim de se observar em que setores o impacto da adoção desta norma poderá ser mais significativo.

Ainda que os itens intangíveis sejam fontes importantes de criação de valor e sejam considerados como tal em termos económicos, há ainda um conjunto de itens que não é reconhecido como tal à luz dos critérios contabilísticos, pelo que futuramente poderá ser relevante analisar a evolução do reconhecimento dos ativos intangíveis nas DF das empresas.

BIBLIOGRAFIA

- Aisbitt, S. (2006). Assessing the Effect of the Transition to IFRS on Equity: The Case of the FTSE 100. *Accounting in Europe*, 3.
- Bhartesh, K. R., & Bandyopadhyay, A. K. (2005). Intellectual Capital: Concept and its Measurement. *Finance India*, 19(4), 1365-1374.
- Brooking, A. (1998). *Intellectual capital: Core Asset for the Third Millenium Enterprise* London: Internal Thomson Business Press
- Callao, S., Jarne, J. I., & Laínez, J. A. (2007). Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 16, 148-178.
- Cañibano, L., García-Ayuso, M., & Sánchez, M. P. (1999). The value relevance and managerial implications of intangibles: a literature review.
- Cañibano, L., Garcia-Ayuso, M., & Sanchez, P. (2000). Accounting for intangibles: A literature review. *Journal of Accounting Literature*, 19, 102-130.
- Cañibano, L., Sánchez, M. P., García-Ayuso, M., & Chaminade, C. (2002). *Directrices para la gestión y difusión de la información sobre intangibles (Informe de capital intelectual)*: AECA (2004). *Lecturas sobre intangibles y capital intelectual*
- Carvalho, C. (2003). *Goodwill e capital intelectual [Texto policopiado]: contributos do conceito de capital intelectual no estabelecimento de uma nova noção de goodwill* Unpublished Tese de mestrado: Contabilidade e Auditoria, Universidade Aberta, Coimbra.
- Carvalho, C., Rodrigues, A., & Ferreira, C. (2010). Imparidade do goodwill na transição para a IFRS 3: o caso português. *Estudos do ISCA, Série IV - n.º 1*.
- Cohen, J. A. (2005). *Intangible Assets: Valuation and Economic Benefit* Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC). (1989). Plano Oficial de Contabilidade (POC).
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC). (1991). Directriz Contabilística (DC) n.º 1/91 - Tratamento contabilístico de concentrações de actividades empresariais.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC). (1992a). Directriz Contabilística (DC) n.º 7/92 - Contabilização das despesas de investigação e de desenvolvimento.

- Comissão de Normalização Contabilística (CNC). (1992b). Directriz Contabilística (DC) n.º 12/92 - Conceito contabilístico de trespasses.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC). (2007). Interpretação Técnica n.º 5: DC n.º 7 – Contabilização das despesas de investigação e de desenvolvimento - divulgações.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC). (2010a). Estrutura Conceptual.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC). (2010b). NCRF 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC). (2010c). NCRF 3 - Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC). (2010d). NCRF 6 - Activos Intangíveis.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC). (2010e). NCRF 10 - Custos de Empréstimos Obtidos.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC). (2010f). NCRF 12 - Imparidade de Activos.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC). (2010g). NCRF 14 - Concentrações de Actividades Empresariais.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC). (2010h). NCRF 22 - Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo.
- Comissão Europeia. (2002). Regulamento n.º 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade. *Jornal Oficial da União Europeia* L 243, 11 de Setembro de 2002.
- Costa, J. (2008). *O impacto da adopção das IAS/IFRS nas Demonstrações Financeiras das empresas cotadas na Euronext Lisboa* Unpublished Tese de Mestrado em Contabilidade, Faculdade de Economia - Universidade do Porto.
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Decreto-Lei n.º 158/2009. *Diário da República* I.ª Série, n.º 133, de 13 de Julho de 2009, pp. 4375-4384.
- Ferrari, M., & Montanari, S. (2010). The IAS/IFRS application on the intangible assets of non-listed companies. *Journal of Modern Accounting and Auditing*, 6(5).

- Gomes, P., Serra, S., & Ferreira, E. (2005). Activos intangíveis: o grau de adaptação das empresas portuguesas cotadas na Euronext relativamente à IAS 38. *Contabilidade e Gestão*, n.º 2, 15 - 53.
- Grenha, C., Cravo, D., Baptista, L., & Pontes, S. (2009). *Anotações ao Sistema de Normalização Contabilística*. Lisboa: CTOC - Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas
- Hand, J., & Lev, B. (2003). *Intangible assets: values, measures and risks*. New York: University Press Oxford
- Henriques, I., Martins, M., Azevedo, G., & Costa, A. (2011). Regulamento n.º 1606/2002/CE: Análise Comparativa dos Impactos Declarados pelas Empresas com Valores Cotados em Portugal e Luxemburgo. XIII Congresso de Contabilidade e Auditoria "A change in Management". Porto, 18 a 20 de Maio.
- Hunter, L., Webster, E., & Wyatt, A. (2005). Measuring intangible capital: a review of current practice. *Australian Accounting Review*, 15(2), 4-21.
- Hussi, T. (2004). Reconfiguring knowledge management - combining intellectual capital, intangible assets and knowledge creation. *Journal of Knowledge Management*, 8(2), 36-52.
- International Accounting Standards Board (IASB). (2004). IAS 38 - Activos intangíveis. *Jornal Oficial da União Europeia L 392*, 31 de Dezembro de 2004.
- Kaufmann, L., & Schneider, Y. (2004). Intangibles: A synthesis of current research. *Journal of Intellectual Capital*, 5(3), 366-388.
- Lev, B. (2001). *Intangibles: management, measurement, and reporting* Washington: Brookings Institute Press
- Lopes, P., & Viana, R. (2008). The transition to IFRS: disclosures by Portuguese listed companies. *FEP Working Papers*, n.º 285.
- Monteiro, S., & Mota, J. (2011). *Formação à distância - SNC: Activos Não Correntes, Bloco Formativo II, Activos Intangíveis*: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
- Pablos, P. O. d. (2003). Intellectual capital reporting in Spain: A comparative view. *Journal of Intellectual Capital*, 4(1), 61-81.
- Perramon, J., & Amat, O. (2006). IFRS Introduction And Its Effect On Listed Companies In Spain. Consultado em 20 de Outubro de 2011, em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1002516>.

- Pordata. (2009). Base de Dados de Portugal Contemporâneo, Fundação Francisco Manuel dos Santos. Consultado em 27 de Fevereiro de 2010, em FFMS: www.pordata.pt
- Porto Editora. (2003-2010). Consultado em 3 de Setembro de 2010, em Infopédia: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/franchising>
- Sá, C. (2010). *Activos Intangíveis: Impacto da Adopção das IAS ao nível das Despesas de I&D*. Unpublished Tese de Mestrado em Contabilidade ramo Fiscalidade, Instituto Superior de Contabilidade e Administração - Universidade de Aveiro.
- Sahut, J.-M., & Boulerne, S. (2010). Have IAS (International Accounting Standards)/IFRS improved the information content of intangibles in France? *Journal of Financial Management and Analysis*, 52-62.
- Silva, P. (2010). *Efeito da Aplicação da Norma Internacional de Contabilidade n.º 38 – Activos Intangíveis – na Península Ibérica*. Unpublished Tese de Mestrado em Contabilidade, Instituto Superior de Contabilidade e Administração - Universidade de Aveiro.
- Stewart, T. A. (1999). *Capital intelectual : A nova riqueza das organizações*. Lisboa: Edições Sílabo
- Sveiby, K. E. (1997). *The new organizational wealth: managing & measuring knowledge-based assets* San Francisco Berrett-Koehler Publishers
- Sveiby, K. E. (1998). Intellectual capital: Thinking ahead. *Australian CPA*, 68(5), 18-21.
- Tsalavoutas, I., & Evans, L. (2010). Transition to IFRS in Greece: financial statement effects and auditor size. *Managerial Auditing Journal*, 25(8), 814-842.
- Woodside, A. G. (2010). *Case study research : theory, methods, practice*. Bingley: Emerald
- Yin, R. (2010). *Estudo de caso : planejamento e métodos; trad. Ana Thorell* (4.ª ed.). Porto Alegre: Bookman